

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GABRIELLA ANE DRESCH

O CENSO DEMOGRÁFICO DE 1940 E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA
ESTATÍSTICA POPULACIONAL NO BRASIL: UM ESTUDO DE PENSAMENTO
SOCIAL

CURITIBA

2023

GABRIELLA ANE DRESCH

O CENSO DEMOGRÁFICO DE 1940 E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA
ESTATÍSTICA POPULACIONAL NO BRASIL: UM ESTUDO DE PENSAMENTO
SOCIAL

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Linha de pesquisa: Cultura e Sociabilidades - Produção e circulação do pensamento social

Orientadora: Prof. Dra. Simone Meucci

CURITIBA

2023

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Dresch, Gabriella Ane

O censo demográfico de 1940 e a institucionalização da estatística populacional no Brasil: um estudo de pensamento social. / Gabriella Ane Dresch. – Curitiba, 2023.

1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

Orientador: Profª. Drª. Simomne Meucci.

1. Censo demográfico de 1940. 2. Comissão Censitária Nacional. 3. Estatística populacional. I. Meucci, Simone. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. III. Título.

Bibliotecário: Dênis Junio de Almeida CRB-9/002092



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIOLOGIA -
40001016032P2

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **GABRIELLA ANE DRESCH** intitulada: **O CENSO DEMOGRÁFICO DE 1940 E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ESTATÍSTICA POPULACIONAL NO BRASIL: UM ESTUDO DE PENSAMENTO SOCIAL.**, sob orientação da Profa. Dra. SIMONE MEUCCI, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 19 de Maio de 2023.

Assinatura Eletrônica

22/05/2023 21:23:04.0

SIMONE MEUCCI

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

19/05/2023 12:37:44.0

ALEXANDRO DANTAS TRINDADE

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

19/05/2023 17:02:00.0

TOMMASO LILLI

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Rua General Carneiro, 460 - 9º. Andar - CURITIBA - Paraná - Brasil
CEP 80060-150 - Tel: (41) 3360-5173 - E-mail: pgsocioufpr@hotmail.com

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.
Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 285450

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp>
e insira o código 285450

AGRADECIMENTOS

Embora demande grande esforço individual, é impossível tecer uma pesquisa de modo solitário. Sem uma grande rede, não há ciência. Por isso, primeiramente agradeço à Universidade Federal do Paraná, ao seu corpo docente, discente e técnico, bem como a todas as pessoas que defendem a universidade pública e a ciência de excelência produzida no Brasil. Em especial, agradeço às mulheres pesquisadoras que abriram caminhos para que eu e tantas outras estivéssemos aqui.

À minha orientadora, Simone Meucci, agradeço principalmente pela humanidade que trouxe à nossa relação e a este trabalho no difícil contexto da pandemia de Covid-19, quando o medo e a morte foram constantes ao nosso redor.

À Tarcisa Bega, Gilberto Hochman e Alexandro Trindade, sou grata pelos valiosos comentários feitos na qualificação desta dissertação. Ao Tomazzo Lili, pela disponibilidade e gentileza. À Helena Bomeny, por ter me recebido com tanta generosidade.

Ao grupo de pesquisa em Pensamento Social da UFPR, agradeço a vocês por terem compartilhado tempo, iluminado as ideias e acolhido as angústias de um mestrado realizado em pleno distanciamento social.

Aos colegas da Companhia Paranaense de Energia, que me incentivaram a prosseguir na árdua conciliação entre trabalho, estudo e pesquisa, agradeço por estarem presentes durante este período e pelo apoio em todas as etapas.

Agradeço às amigas que me acompanharam de diferentes maneiras, de perto e de longe. Vocês foram refúgio, fontes de ânimo, afeto, leveza e força.

À minha família, que me incentivou desde muito nova a ler, a estudar e a explorar essa imensa curiosidade pelo mundo.

Ao Diego, pelo suporte durante este percurso e por compartilhar da premissa do amor como intenção e ação.

*Tenho apenas duas mãos
e o sentimento do mundo,*

Carlos Drummond de Andrade

RESUMO

Esta dissertação analisa o Censo Demográfico de 1940 da perspectiva do Pensamento Social. Compreende o exame da estrutura institucional do IBGE, dos processos de definição dos quesitos censitários e da composição da Comissão Censitária Nacional (CCN). O Censo de 1940, primeiro após a fundação do IBGE, pode ser considerado paradigmático da maneira como o Estado buscou racionalizar o “social” durante o regime autoritário do Estado Novo. As fontes de análise foram decretos-lei relacionados ao Recenseamento Geral de 1940, ao IBGE e à CCN relatórios apresentados por esta Comissão, além da produção intelectual de seus integrantes. Através destas fontes, foi possível: a) reconhecer pressupostos e sentidos que orientaram a realização do Censo, b) compreender a estrutura institucional do IBGE, dentro da qual estava a CCN; c) identificar agentes atuantes da CCN; d) analisar argumentos que orientaram debates e decisões; e) identificar os aspectos demográficos considerados relevantes, bem como os assuntos silenciados. Entendemos que o estudo do questionário, das orientações e dos debates para sua formulação permitiram acessar repertórios cognitivos a partir dos quais se constituíram práticas institucionais destinadas ao estabelecimento do que era considerado um dado socialmente e politicamente relevante.

Palavras-chave: Censo Demográfico; IBGE; Comissão Censitária Nacional; Estado Novo; estatísticas populacionais.

ABSTRACT

This study analyzes the Brazilian Demographic Census of 1940 from the perspective of Social Thinking. It encompasses the examination of the institutional structure of the Brazilian Institute of Geography and Statistics - IBGE, of the censitary criteria definition processes, and of the composition of the National Censitary Commission - CCN. The 1940 Census, the first after the foundation of IBGE, might be deemed paradigmatic of the way in which the State sought to rationalize the “social” during the authoritarian regime known as “Estado Novo” (New State). The sources for analysis were decrees-law referring to the 1940 General Population Survey, to the IBGE and to the CCN, reports produced by the Commission as well as the intellectual production of its members. Through such sources, we were able to: a) discern the assumptions and connotations that oriented the manner in which the Census was carried out; b) understand the institutional structure of the IBGE, within which the CCN was situated; c) identify the CNN operating agents; d) analyze the arguments that informed debates and decisions made; e) identify demographic aspects considered relevant, and those which were silenced. We believe the study of the questionnaire, of the guidelines and debates held in its development allowed us to access the cognitive repertoires on which the institutional practices aimed at establishing what was considered social and politically relevant data were built.

Key words: Demographic Census; IBGE (Brazilian Institute of Geography and Statistics); CCN (National Censitary Commission); Estado Novo; population statistics.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Segundo Censo de La República Argentina 1895	23
Figura 2 – Línguas nacionais faladas na França, conforme o censo de 1890	24
Figura 3 – População dos estados do Brasil em 1920, segundo instrução e idade	30
Figura 4 – Ilustração sobre a população do Brasil entre 1776 e 1920 (1926)	32
Figura 5 – Organização do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio de 1931	34
Figura 6 – Anteprojeto do Instituto Nacional de Estatística apresentado como resultado dos trabalhos da Comissão Interministerial em 1933	36
Figura 7 – Estrutura de fundação do IBGE	41
Figura 8 – Sistema de Serviços Estatísticos, estrutura de fundação do IBGE	42
Figura 9 – Sistema de Serviços Geográficos, estrutura de fundação do IBGE	43
Figura 10 – Sistema de Serviços Censitários, estrutura de fundação do IBGE	44
Figura 11 – Reunião da Comissão Censitária de 1940	58
Figura 12 - Visita de Albert Einstein ao Instituto Oswaldo Cruz	60
Figura 13 – Índice do relatório de Afrânio de Carvalho sobre as atividades da Comissão Censitária de 1938 a 1944	64
Figura 14 – Esquema Geral da Publicação do recenseamento geral do Brasil, A - Série Nacional	64
Figura 15 – Esquema da operação do Recenseamento Geral de 1940	74
Figura 16 – Cartaz de propaganda do Recenseamento Geral de 1940	83
Figura 17 – Segmento do censo demográfico dos EUA de 1940	107
Figura 18 – Dados sobre a população do censo demográfico de 1940	148
Figura 19 – Pessoas de 10 anos e mais que possuíam curso completo ou diploma de estudos, por sexo e grupos de idades, segundo grau de ensino em 1940	149
Figura 20 - Mulheres que tiveram filhos nascidos vivos até 1940	150

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Composição da Comissão Censitária Nacional (1938- 1944)	47
Quadro 2 – Signatários da Resolução nº 50 do CNE	69
Quadro 3 – Quesitos do Censo Demográfico de 1940	85

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantidade de quesitos por censo demográfico entre 1940 e 2010, considerando os cadernos de domicílio, individuais de população.	07
Tabela 2 – Cor da população, conforme os resultados do Recenseamento Geral de 1872	21

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Temas do censo demográfico de 1940 por quantidade de quesitos	89
---	----

LISTA DE SIGLAS

ABEP	– Associação Brasileira de Estudos Populacionais
CCN	– Comissão Censitária Nacional
CDDI	– Centro de Documentação e Disseminação da Informação
CNE	– Conselho Nacional de Estatística
CNG	– Conselho Nacional de Geografia
DGE	– Diretoria Geral de Estatística
ENCE	– Escola Nacional de Ciências Estatísticas
FLCJS	– Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHGB	– Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
INE	– Instituto Nacional de Estatística
IPEA	– Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISI	– International Statistical Institute
RBE	– Revista Brasileira de Estatística
RBG	– Revista Brasileira de Geografia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
2 APROXIMAÇÕES INICIAIS	11
2.1 O PRIMEIRO CENSO DEMOGRÁFICO BRASILEIRO	15
2.2 OS CENSOS DEMOGRÁFICOS BRASILEIROS ATÉ 1920	21
2.3 O CENSO DE 1920	29
2.4 A REVOLUÇÃO DE 1930 E AUSÊNCIA DO CENSO DEMOGRÁFICO	32
3 O RECENSEAMENTO DE 1940	41
3.1 A ESTRUTURA DO IBGE E OBSERVAÇÕES INICIAIS SOBRE O CENSO DE 1940	41
3.2 A COMISSÃO CENSITÁRIA NACIONAL DE 1940	47
3.3 O PREMISSAS DO RECENSEAMENTO GERAL DE 1940	67
3.4 O RECENSEAMENTO GERAL DE 1940	72
3.5 PREOCUPAÇÕES GERAIS DA COMISSÃO CENSITÁRIA NACIONAL	78
4 O CENSO DEMOGRÁFICO DE 1940	85
4.1 FECUNDIDADE	93
4.2 TRABALHO E SEGURIDADE SOCIAL	103
4.3 INSTRUÇÃO	114
4.4 COR, RAÇA E MIGRAÇÃO	125
4.5 ALGUNS RESULTADOS DO CENSO DEMOGRÁFICO DE 1940	147
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	151
REFERÊNCIAS	155
ANEXOS	162

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem o propósito de investigar o debate acerca da elaboração do questionário do Censo Demográfico de 1940, por considerá-lo paradigmático da maneira como o Estado Novo racionalizou o “social”, ao mesmo tempo em que instituiu narrativas sobre a nação durante o regime autoritário. Muitas dessas narrativas perduraram para além deste regime, quiçá até os dias atuais. O Estado Novo é, afinal, um divisor de águas para investigações que lidam com o desenvolvimento da burocracia brasileira e com a construção de noções de nacionalidade.

O estudo proposto se dedica não apenas ao exame dos processos de definição dos quesitos censitários propriamente ditos, como também à análise dos debates em torno da operação censitária e dos agentes envolvidos, principalmente os integrantes da Comissão Censitária Nacional (CCN). Nesse sentido, compartilha-se da visão colocada por Arruda (2004), segundo a qual revisitar ideias é uma maneira de compreender problemas cruciais de uma cultura.

O questionário, as orientações e as controvérsias para sua formulação são heurísticamente valiosos para a área de Pensamento Social, na medida em que nos permitem acessar repertórios de pensamento a partir dos quais se constituem práticas institucionais destinadas ao estabelecimento do que é o dado demográfico socialmente relevante. Eles são também reveladores sobre o modo como a sociedade toma consciência de si mesma. Aqui, são tomados como um fio condutor para a compreensão de projetos de nação, configuração de redes e ação de agentes que protagonizam atividades decisivas na burocracia e intelectualidade brasileira.

Do ponto de vista desta análise, a estatística é considerada um fenômeno sociológico relacionado ao processo moderno de racionalização da vida social (WEBER, 1994). A Estatística se consolida como um instrumento do Estado quando ciência e política se conectam a partir de um ideal de eficiência que se expressa, entre outras coisas, na capacidade de planejar e prever ações a partir da mensuração de certos aspectos da vida social (DESROSIÈRES, 1998). A estatística encarada deste modo, no entanto, ainda é um objeto de pesquisa incomum.

Numerosos estudos mobilizam dados estatísticos, incluindo os censitários, como ferramentas para subsidiar constatações. Em contraste, são poucas as pesquisas que se apropriam dos censos demográficos e das estatísticas populacionais enquanto *objeto de pesquisa*, de modo a compreender os processos

que os envolvem, como sua concepção, aplicação, divulgação ou circulação. Gilberto Hochman (2008) aponta essa lacuna no Brasil:

A partir da década de 1990 emergiu uma prolífera e profícua produção sobre espaços de ciência no Brasil na qual o IBGE, ou mesmo a estatística, não foi contemplada. A história da ciência institucionalmente organizada no Brasil, mais preocupada com a medicina, a física, a biologia, a matemática e as ciências humanas, não atentou para outras ciências e instituições que estiveram no centro da construção simbólica e material do Brasil. (HOCHMAN, p. 5, 2008).

Em consonância com o autor, entende-se que a análise dos censos demográficos e da institucionalização das estatísticas populacionais abre portas para investigar questões centrais da construção simbólica e material do Brasil.

Em sentido similar, para Simon Schwartzman (2004), as estatísticas públicas são particularmente relevantes para a Sociologia da Ciência, dada a pluralidade de papéis, contextos e perspectivas que estão na origem do campo. O sociólogo atenta para a existência das redes de relações vinculadas às estatísticas públicas, envolvendo distintos atores em grandes cadeias, e as facetas que implicam:

são um híbrido extremamente interessante, tendo, por um lado, um conteúdo científico e técnico (...) e de outro, uma natureza claramente política e institucional, na medida em que criam direitos e afetam decisões de agentes públicos e privados. (SCHWARTZMAN, 2004, p. 10).

Assim, o Censo de 1940 pode ser considerado expressão de um processo social específico que, no Brasil, assumiu sua forma mais notável na a partir da Revolução de 1930 e da subsequente implementação do Estado Novo. No período autoritário, foram potencializadas as aspirações para refundação do Estado sob o argumento de era urgente alinhar a ossatura institucional às condições sociais dadas, para que se pudesse chegar à sociedade *almejada* por este regime e seus intelectuais.

O censo de 1940 é emblemático porque foi o primeiro aplicado após a fundação do IBGE e do Estado Novo (ambos de 1937), e o quinto da história do Brasil. A fundação do IBGE congregou e potencializou diferentes agentes e agências preocupados com a criação de uma nova instituição responsável pela elaboração de estatísticas populacionais e pelos estudos geográficos. Ergueu-se uma inédita estrutura burocrática, com ampla capacidade de atuação em todo o território nacional.

Neste período, a sociologia se transformava em um conhecimento relevante, por sua tarefa de decifrar a realidade da sociedade. Os anos de 1930 foram um

período de elaboração de grandes ensaios de interpretação do Brasil. Ao mesmo tempo, o Estado, sob o comando de Getúlio Vargas, reunia esforços para a construção de um aparato burocrático que visava romper com o passado remoto e sobretudo o recente. Situando-o em uma perspectiva mais ampla, a partir do censo demográfico, este trabalho busca indagar acerca do modo como a estrutura institucional recém-criada do Estado Novo buscava interpelar e produzir uma ideia acerca da realidade social.

São escassas as produções dentro deste recorte. Jane Souto de Oliveira (2003) pretendeu responder o quê, como, por quê e por quem os censos são perguntados. A estudiosa, à época pesquisadora da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE/IBGE), se dispôs a identificar as mudanças de representação da população construídas ao longo das décadas por meio da história dos levantamentos demográficos. Este objetivo foi operacionalizado pela investigação dos censos em três etapas (considerando que não houve censos em 1910 e 1930): a) 1872, 1890, 1900 e 1920; em que a escravidão, a imigração e a miscigenação teriam sido as questões chave; b) 1940, 1950, 1960 e 1970, nos quais o foco teria sido em migrações internas, inserção econômica e condições de vida da população; e c) 1980, 1991 e 2000, em que estariam incorporadas as demandas da sociedade civil organizada. Oliveira traz uma reflexão importante, com a qual a presente pesquisa está alinhada:

Poderíamos dizer que a inclusão ou a exclusão de perguntas, a maneira de formulá-las e o significado que lhes é atribuído são, em certa medida, reveladores das preocupações e dilemas que marcam o pensamento social de uma época, tanto quanto dos atores que balizam esse pensamento. (OLIVEIRA, 2003, p. 7).

Para tanto, a pesquisadora avalia as alterações nas variáveis do questionário, as recomendações dos Congressos Internacionais de Estatística, Comissões como a de Populações das Nações Unidas e Comitês como o do Censo das Américas. Há ainda um olhar para o cenário político interno, com foco nas diretrizes e características dos governos de cada período.

A tese de Nadya Maria Deps Miguel (2012) dialoga com o trabalho de Oliveira. Seu propósito foi compreender a produção de conhecimentos e a construção da memória sobre o perfil oficial da população brasileira. A proposta foi executada pela investigação de variação das categorias censitárias nos questionários dos Censos Demográficos produzidos pelo IBGE de 1940 a 2010. Miguel (2012) parte das

categorias censitárias por entender que elas são ativadas em conjunturas e relações sociais específicas, resultando em um bom fio condutor para uma pesquisa focada em discursos. Os Discursos Institucionais do IBGE, os questionários de coleta dos dados censitários de 1940 a 2010 e os manuais do recenseador são suas principais fontes.

A pesquisadora critica a decisão de Oliveira (2003) de partir do contexto para chegar à análise de suas fontes. Miguel (2012) argumenta que, diferente de Oliveira, ela primeiro investiga as fontes primárias para então chegar ao contexto. Apesar da crítica, a abordagem da tese de Miguel acaba por resultar semelhante à de Jane S. de Oliveira. Na prática, ambas situaram a aplicação dos censos traçando vínculos com a conjuntura política e social do país, como uma espécie de panorama com o intuito de situar quem lê os seus trabalhos. Isso não é, necessariamente, um problema. A avaliação dependerá da coerência da metodologia adotada, do objetivo e dos limites de cada trabalho.

Diferente de Miguel (2012) e J. S. de Oliveira (2003), a dissertação de Regina C. A. de Oliveira (2005) versa sobre o desenvolvimento da estatística no Brasil, a criação do IBGE e o projeto político-cultural do Estado Novo. Os quesitos censitários não são objeto de sua investigação. O recorte temporal de sua pesquisa tem início no segundo império e se encerra em 1945. A estudiosa, então vinculada à equipe de Memória Institucional do IBGE, utilizou como fonte os documentos do acervo da instituição: atas de assembleias, discursos de posse, decretos, resenhas e revistas técnicas. Ela nomeou e descreveu os agentes centrais dos processos de institucionalização tratados no trabalho. Deste modo, contemplou a estrutura burocrática da estatística e a interface com o uso dos meios de comunicação, como o rádio, no primeiro governo de Getúlio Vargas. Esta dissertação guarda pontos comuns com Oliveira (2005) no que se refere ao Estado Novo e ao IBGE enquanto aspectos fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa.

Já a tese de Natália de Lacerda Gil (2007), apresentada ao programa de Educação da Universidade de São Paulo, consistiu em um estudo sócio-histórico sobre as relações entre educação e estatística no Brasil entre 1871 e 1940. Gil executa o estudo tomando como base documentos oficiais do Estado, publicados pela Diretoria Geral de Estatística, Ministério da Educação e Saúde, Serviço de Estatística de Educação e Saúde, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, e o IBGE. A estudiosa pretendeu examinar as lutas simbólicas em torno da interpretação das estatísticas educacionais e como elas reverberaram em imagens sobre a escola.

Gil (2007) defende ser possível compreender como se constitui uma lógica que dispõe de ampla legitimidade ao embasar decisões, pela posição privilegiada da estatística, entre a ciência e a ação. Ela concebe a elaboração e utilização das estatísticas como um rico material qualitativo, na medida em que a suposta neutralidade dos dados é desvelada, pois “expressam posições e interesses bem delimitados pela maneira como são organizados os dados, nas categorias formuladas, na decisão do que incluir e de que cálculos fazer” (GIL, 2007, p. 19). Concordamos com a percepção de Natália Gil sobre as estatísticas, embora a pesquisa aqui apresentada tenha um foco distinto.

Também fruto de um programa de Educação, mas da Universidade Federal do Espírito Santo, Martha Werneck Poubel (2013) defendeu a tese intitulada “Os Primeiros Processos Censitários Brasileiros e o Desenvolvimento da Matemática-Estatística no Brasil de 1872 a 1938”. Poubel se preocupa com conhecimentos matemático-estatísticos, teorias e métodos empregados nos primeiros censos e considera, entre outros elementos, a formação dos profissionais envolvidos nos recenseamentos.

Há ainda dois historiadores que têm se dedicado a pesquisas em torno dos censos e das estatísticas populacionais, porém com maior foco no Brasil Imperial, embora também analisem o período republicano: Tarcísio Rodrigues Botelho e Alexandre de Paiva Camargo. Entre os textos de Botelho, destaca-se a tese “População e nação no Brasil do século XIX” (1998), na qual o autor concebe os censos e demais fontes de dados demográficos do período como resultados de projetos de construção do Estado e do Brasil enquanto nação.

Por meio da busca por informações sobre a produção dos censos, tanto o geral quanto os regionais, Botelho (1998) reflete sobre o aparato estatal da época e apresenta considerações acerca da transição da escravatura para a liberdade, das migrações e das transformações econômicas nas províncias brasileiras. O autor procura entender ainda os significados dos censos para a elite política e as mudanças do propósito do censo demográfico até a fundação da República brasileira. Consoante ao assunto, Botelho também publicou um artigo revisando parte da tese, com ênfase nos censos e a construção do Brasil Imperial (2010), bem como análises sobre a então província de Minas Gerais. É um estudo valioso sobre os primeiros censos demográficos brasileiros, responsável por esclarecer aspectos institucionais e burocráticos relacionados a tais censos.

Botelho é uma das referências de Alexandre de Paiva Camargo, cujo título da tese é: “A construção da medida comum: estatística e política de população no Império e na Primeira República”, de 2016. Camargo (2016) se apropria das estatísticas populacionais como um objeto a ser problematizado pela racionalidade política. Ele pretende desenhar uma genealogia do Estado para, assim, compreender diferentes formas de conceber a população, de elaborar e de empregar as estatísticas. São fontes de sua pesquisa os censos oficiais, anuários, artigos de imprensa, relatórios de ministérios e legislação. Para este historiador, a estatística na Primeira República estaria relacionada à ação coletiva, diante dos movimentos sanitaristas e de campanhas de alfabetização.

Por fim, atravessando o trabalho de todas essas autoras e autores, em maior ou menor grau, figura a obra de Nelson de Castro Senra. Mestre em Economia e doutor em Ciência da Informação, Senra é autor de quatro longos volumes denominados “História das estatísticas brasileiras”. Os livros pretendem compor uma grande síntese da estatística no Brasil, de 1822 a 2002, em uma escrita que ora assume caráter ensaístico, quase pessoal, ora retorna a fontes do arquivo do IBGE, onde Senra ingressou no ano de 1974. Entre outras funções, ele exerceu o cargo de Superintendente do Centro de Documentação e Disseminação de Informações (CDDI).

Ao tratar das estatísticas no Brasil, Senra divide-as em dois períodos e aponta a maior profissionalização¹ do campo como o fator principal para tal cisão (p. 40, 2008). O primeiro período data de 1808 a 1972, caracterizado pela predominância de registros administrativos e pelas atividades por ele denominadas de técnico-políticas, pois seriam burocráticas e utilizadas especialmente para fins políticos. O segundo período inicia em 1972, com as mudanças de diretrizes do IBGE², e finda em 2002. Apesar da extensão e riqueza de sua obra, ele deve ser lido com cautela, considerando o formato da narrativa e a proximidade com o objeto e a instituição sobre os quais disserta.

Esta pesquisa se aproxima dos trabalhos citados em maior ou menor proporção. O que a distingue deles é a) o foco em um único censo demográfico, com

¹ Por profissionalização, ele se refere a um cenário de sofisticação de técnicas de pesquisa, especialização e trabalho conjunto de profissionais de diversas áreas, melhor estrutura e aumento da demanda por dados.

² Isaac Kerstenetzky torna-se presidente do IBGE.

o aprofundamento nos conteúdos e fontes sobre ele, b) a investigação do vínculo do conteúdo do censo demográfico com o Estado Novo traçada a partir da Comissão Censitária Nacional. Assim, a análise do censo demográfico foi cotejada com o projeto político institucional do Estado Novo e o processo de institucionalização da estatística populacional no Brasil.

Esta dissertação teve início no mesmo mês em que foi decretada a pandemia de Covid-19 no ano de 2020, que vitimou mais de 600 mil brasileiras e brasileiros. A pandemia foi uma das justificativas para o adiamento do censo demográfico de 2020. Foi o segundo caso de alteração do ano de aplicação do censo, desde a criação do IBGE (1937): a primeira vez ocorreu em 1991. O censo previsto para 2020³ começou a ser aplicado somente em 2022⁴, algo nunca visto pelo IBGE. Além do atraso, houve a primeira redução do questionário desde o censo demográfico de 1960:

Tabela 1 – Quantidade de quesitos por censo demográfico entre 1940 e 2010, considerando os cadernos de domicílio, individuais de população.

Censo Demográfico	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Nº de quesitos	45	25	37	46	78	88	90	108

Fonte: a autora, com base nos questionários oficiais de 1940 a 2010.

Desde pelo menos 2018, circularam notícias sobre a “imperativa” redução do orçamento para a execução da pesquisa e diminuição de quesitos do questionário básico e do amostral. Januzzi, em artigo sobre a importância do sistema estatístico, alerta:

Nenhum Estado, por menor que seja sua ambição civilizatória, pode prescindir das estatísticas, das informações sobre o “estado do Estado”. Estatísticas públicas ajudam a pautar agendas políticas, qualificar debates públicos e subsidiar decisões técnico-políticas. Prestam-se para dimensionar a população e suas demandas, avaliar o nível médio de bem-estar, investigar as iniquidades sociais existentes e avaliar os efeitos da ação ou inação de suas políticas. (JANUZZI, 2018, p. 9).

³ O censo demográfico de 2020/2022 contém 26 quesitos no questionário básico e 77 no amostral. Alguns quesitos são compostos por mais de uma pergunta. Há também o campo de caracterização do domicílio, preenchido pelo recenseador. Os questionários estão disponíveis em: <<https://censo2022.ibge.gov.br/sobre/questionarios.html>>.

⁴ No momento de escrita desta pesquisa, o censo ainda está em período de coleta.

No que diz respeito a esta dissertação, a pandemia de covid-19 demandou desenvolver a pesquisa em um contexto de circulação restrita e de distanciamento social, em que as instituições de ensino e de pesquisa funcionaram majoritariamente de forma remota. Diante da impossibilidade de acesso a arquivos físicos, todos os documentos utilizados como fontes primárias nesta dissertação foram localizados em acervos online, em especial da Biblioteca Digital do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística⁵, do Portal da Câmara dos Deputados⁶ e da Hemeroteca Digital Brasileira⁷. Não obstante, o percurso da pesquisa foi alterado mais de uma vez para que a pergunta pudesse ser explorada por meio das fontes disponíveis em meio digital.

Como consequência, é possível que existam arquivos físicos não contemplados pela dissertação. Considerando a forma pela qual ela foi desenhada, tal possibilidade não nos parece prejudicial à pesquisa, mas este é um elemento importante a ser conhecido. Nos acervos digitais não é possível aplicar certas técnicas comuns em trabalhos dentro de arquivos físicos, como a observação da disposição dos documentos no espaço em que são mantidos, as condições de integridade dos documentos ou de que maneira foram agrupados⁸. Por outro lado, talvez os acervos digitais viabilizem buscas mais completas, reduzindo o risco da pesquisadora ou pesquisador deixar de identificar documentos importantes. É possível localizá-los a partir de uma variedade de critérios, como palavras-chave, ano, autoria e similares.

Na Biblioteca Digital do IBGE, foram coletados documentos históricos sobre os censos brasileiros e as edições iniciais da Revista Brasileira de Estatística (RBE)⁹, onde eram publicados textos de integrantes da CCN. Não foram localizadas atas de reuniões da CCN no acervo.

Do portal da Câmara dos Deputados, foram acessados os Decretos e Leis relacionados aos temas esmiuçados ao longo do texto. A Hemeroteca Digital deu acesso a artigos da Revista Cultura Política, uma das comunicações oficiais do Governo Vargas direcionada a Elite Intelectual.

Diante do exposto, as fontes principais desta pesquisa foram:

⁵ Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 02/02/2023.

⁶ Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/legislacao/>>. Acesso em: 02/02/2023.

⁷ Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 02/02/2023.

⁸ Sabrina Freitas (2020) discute a organização dos arquivos físicos em sua dissertação de mestrado, do Programa de Sociologia da UFPR.

⁹ Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7111>>. Acesso em: 22/03/2023.

- O questionário demográfico aplicado no censo de 1940, bem como a caderneta do agente recenseador;
- os decretos-lei que institucionalizaram a Comissão Censitária Nacional e regularam suas atividades;
- o Relatório apresentado por esta Comissão para descrever os debates e decisões sobre a operação censitária;
- os artigos publicados à época pelos integrantes da CCN em revistas como a Cultura Política e a Revista Brasileira de Estatística, consoantes aos temas presentes nas discussões censitárias;
- a publicação da série nacional sobre população e habitação pelo IBGE, com apresentação do censo demográfico e os quadros de dados sobre população e habitação (1950).

Por meio destas fontes foi possível: a) reconhecer pressupostos e sentidos que orientaram a realização do Censo, b) identificar os agentes mais atuantes da Comissão, c) entender pontos de maior controvérsia, consenso e silêncio, d) compreender argumentos que orientavam decisões; e) compreender a relação dos debates e quesitos com a política do Estado Novo.

Tentaremos demonstrar como os debates do Conselho e seus produtos são constituídos por uma discursividade que vê o projeto nacional desafiado pela diversidade cultural e racial, pelo povoamento do território, pela desigualdade educacional, pelas condições sanitárias e pela imperatividade do trabalho produtivo.

Para tanto, o primeiro capítulo se destina a promover reflexões iniciais sobre as estatísticas enquanto objeto de pesquisa do Pensamento Social. Essas reflexões são apresentadas no início porque se entrelaçam a todas as partes desta pesquisa. O segundo capítulo propõe uma retrospectiva histórico institucional a partir do primeiro censo demográfico brasileiro, datado de 1872. Seu objetivo é mapear a institucionalização das estatísticas populacionais, bem como os interesses e conteúdos em torno dos censos, tecendo contornos fundamentais até o marco institucional central desta dissertação: a implementação do Estado Novo e a criação do IBGE. Nesse percurso, há breves descrições sobre os quesitos e resultados de cada censo.

O terceiro capítulo investiga o Recenseamento Geral de 1940, composto por sete censos e inquéritos adicionais. O capítulo explora as conexões e rupturas do IBGE e do Estado Novo com o passado institucional e censitário do Brasil. Inicia com a explicação da estrutura do IBGE, passa pela Comissão Censitária Nacional, seus integrantes e suas preocupações. Prossegue pelas premissas e estrutura geral para a realização deste recenseamento.

O quarto capítulo se detém sobre o censo demográfico de 1940. Apresenta o questionário, com seus 45 quesitos, e explora as ideias centrais de Giorgio Mortara, consultor técnico do recenseamento, em torno do censo demográfico. Na sequência, são esmiuçadas as discussões em torno dos grandes temas que aparecem (e dos que deixaram de aparecer) no inquérito, agrupados da seguinte maneira: 1. fecundidade; 2. trabalho e seguridade social; 3. instrução; 4. Cor, raça e migração.

As Considerações Finais encerram esta dissertação, sugerindo que o censo foi pensado por uma elite intelectual, em conjunto com o Estado. Por meio do questionário, pretendia-se conhecer o Brasil de modo completo; elencar soluções para o que se considerava serem os problemas da população; coletar informações sobre as políticas do Estado Novo e mostrar um Brasil moderno e organizado para o mundo.

2 APROXIMAÇÕES INICIAIS

O conjunto de mudanças sociais, culturais, econômicas e políticas do mundo ocidental em meados do século XIX compõe a ascensão do que se chama modernidade, calcada sobre as bases do racionalismo, iluminismo e o empirismo (BARBOSA; OLIVEIRA; QUINTANEIRO, 2017). As crises e instabilidades constitutivas da modernidade exigem novas formas de interpelação da vida social. Novos campos científicos são delimitados e buscam legitimidade. Com efeito, a constituição do Estado moderno, a unificação do território e sua administração se tornaram objetos de investigação da então incipiente Sociologia, bem como via de atuação da nascente Estatística.

A Estatística ganha espaço na medida em que o Estado moderno exige o estabelecimento de categorias de equivalência e comparação, padrões de nomenclatura, de medição e de reporte, em termos territoriais, econômicos e legais (DESROSIÈRES, 1998 p. 8). O ideal da administração estatal no século XIX passa a ser uma sociedade *quantificável e quantificada*. Em tal cenário, para que uma ciência que tratasse do social fosse legitimada, era relevante que ela seguisse a linha do que se entendia como de fato científico à época: a capacidade de medir e acompanhar fenômenos, compreender as suas leis e regularidades¹⁰.

A partir do referencial das ciências da natureza, as concepções de ciência vinculavam-se diretamente à medição de fenômenos e a práticas metodológicas de cunho empírico¹¹. Desta maneira, a estatística passa a ocupar uma posição um tanto incomum: ela conectava a esfera científica, com suas regras e métodos, ao ideal de um Estado racional, focado em eficiência e na interferência da realidade (DESROSIÈRES, 1998).

Por isso, Desrosières afirma que a estatística moderna deriva da combinação de práticas científicas e administrativas, originalmente separadas, porém tornadas indissociáveis. Se por um lado o Estado se utilizou dos recursos da estatística, é também por meio dele que nasceram as demandas e possibilidades de quantificações com objetivos específicos, ampliando o alcance e o olhar da estatística no campo científico.

¹⁰ Atualmente, nem mesmo as ciências da natureza são encaradas dessa forma.

¹¹ Panayotova (2018) dedica parte expressiva de sua tese para explicar a relação entre sociologia e estatística nesse contexto.

Anne Fouquet (1992) delinea uma visão introdutória, porém fundamental para interpretarmos estatística contemporânea. Fouquet explica que as estatísticas aparecem como um reflexo e, simultaneamente, um componente do debate social. Na ausência de definições pré-constituídas, diz a autora, o *estatístico* acabaria por elaborar categorias em harmonia com o debate social e, ao fazê-lo, também o orienta, ao menos em parte.

Neste ponto, uma ressalva: quando a autora mobiliza a figura “estatístico”, sugere-se a interpretação em conjunto com outras profissões que também lidam com as categorias estatísticas. Profissionais da matemática, economia, sociologia, antropologia, saúde, geografia e afins têm atuações diretamente vinculadas à elaboração de categorias. No Brasil das décadas de 1930 e 1940, eram os médicos, engenheiros, bacharéis em direito, militares e religiosos os responsáveis pela elaboração das categorias censitárias, como veremos nos próximos tópicos.

Fouquet avança, explicando que as categorias estatísticas tendem a parecer naturais quanto mais regulares e compartilhadas coletivamente. Isso significa que as categorias e dados estatísticos repercutem orientando atos normativos, normalizando práticas e rotinizando certa consciência da sociedade. Por outro lado, Fouquet indaga: como o estatístico trabalha quando é necessário *criar uma categoria*, diante de uma mudança social, por exemplo, ou quando há situações intermediárias entre as categorias já definidas? Como se daria o processo de elaboração de uma categoria entre o celibato e o casamento, por exemplo, em um período em que não existia legalmente a união estável ou o divórcio¹²? Essa é precisamente uma das questões enfrentadas pela CCN em 1940.

Para Fouquet, ao trabalhar com mudanças, o profissional atua como *intérprete da realidade e do debate social*. Não raramente, traria a público uma imagem da sociedade que poderia ser rejeitada por ela própria, considerando os valores, as normas e as hierarquias dominantes. Poderia até mesmo expor situações não previstas pelas leis e códigos civis. No caso do censo demográfico brasileiro de 1940, veremos as controvérsias acerca dos casamentos não registrados e dos chamados filhos ilegítimos.

¹² Outro exemplo poderia ser o da não binariedade, que vem ganhando espaço nas discussões de gênero.

Em contraste, indica a autora, é inegável que visão de mundo dos responsáveis por criar categorias estatísticas influencia essas categorias, como ilustra ao citar a classificação dos grupos profissionais da França¹³. Fouquet atenta para o maior detalhamento de ofícios de predominância masculina e de destacado *status* social, como as engenharias, em detrimento de outros, ocupados majoritariamente por mulheres. Ora, pontua a autora, os responsáveis pela criação das categorias eram precisamente homens que valorizavam tais ocupações, convivendo com elas em seus círculos sociais. Em resumo, para a Fouquet (1992) as estatísticas caminham junto à sociedade, não podendo precedê-la, pois são construídas e interferem na construção de compreensões sobre quem somos, inclusive em termos burocráticos e legais.

Besson (1992, p. 20) reforça tal entendimento ao afirmar que as estatísticas não necessariamente refletem a realidade “crua”; elas refletem os olhares colocados pela sociedade sobre ela própria. Isto não deve, de forma alguma, ser interpretado como uma defesa de que estatísticas seriam falsas. Significa, antes, que a lente que nos permite definir e destacar as categorias, enxergá-las como relevantes, varia e enfoca diferentes elementos conforme o tempo e o espaço. Cabe então questionar: por que e como determinadas categorias estatísticas são criadas, repensadas ou excluídas em determinados períodos e contextos?

O conjunto de conceitos que moldam a concepção de uma categoria tem consequências concretas no mundo. Camargo (2022) dá um exemplo elucidativo acerca da questão. Citando Tasset (2014), ele compara duas situações: uma na França e outra nos Estados Unidos. No primeiro país, diante da precarização de categorias profissionais ligadas à cultura e à pesquisa¹⁴ cientistas sociais teriam introduzido a categoria “intelectuais precários”. Seria, para os autores, uma expressão de um novo padrão de desvalorização do trabalho intelectual de jovens. Em contraste, teria surgido nos Estados Unidos, por meio de um olhar distinto de economistas norteamericanos a jovens com características muito semelhantes às identificadas na França, a categoria “classe criativa”.

¹³ Fouquet aborda inclusive o debate sobre as mudanças de entendimento acerca do que seria uma mulher que se ocupa da sua família e da sua casa ao longo do tempo: da categoria “desocupada” à que a define como trabalhadora do lar, e que abre a discussão sobre aposentadoria e direitos trabalhistas para o grupo em questão.

¹⁴ No exemplo, em geral, compostas por jovens diplomados sem estabilidade e vitimados pelo argumento utilitarista do espaço do trabalho, em que o exercício intelectual seria menos valioso.

Camargo (2022) lê as estatísticas como simultaneamente uma forma de dominação e um instrumento de luta por emancipação: “quantificar é produzir saber e reunir poder” (CAMARGO, 2022, p. 25). Ao apresentar uma revisão bibliográfica sobre o tema, o autor reúne três eixos fundamentais para pensar a estatística na sociedade. O primeiro, das formas hegemônicas e excludentes de quantificação, que reforçariam relações de poder. O segundo, do ativismo estatístico, com poder de emancipação, construção e visibilidade de novos sujeitos coletivos¹⁵. Por fim, o terceiro eixo versa sobre os regimes políticos de quantificação e as utilizações dos números em estados de orientações político-econômicas distintas, como o exemplo da categorização do mesmo perfil de jovem no caso francês e no estadunidense, citado acima.

Explica o autor:

Por um lado, os indicadores de performance depõem as competências de avaliação e julgamento dos atores em situações consideradas únicas e singulares, portanto, incomensuráveis. Por outro, o ativismo estatístico reivindica a generalização da comensuração para espaços antes não quantificáveis (biodiversidade, percepções subjetivas, formas de trabalho não remunerado, participação no consumo cultural), em nome da ampliação dos bens coletivos e da denúncia das desigualdades do capitalismo avançado. Entre um pólo e outro encontramos as práticas de auto quantificação, uma atividade livremente escolhida que, a depender do caso e do uso, pode tanto aumentar o controle quanto gerar recursos que melhorem a qualidade de vida. (CAMARGO, 2022, p. 30).

A conclusão de Camargo, no que concerne à pesquisa social, é a necessidade de aperfeiçoar o olhar para os números, entendendo-os enquanto elo entre o Estado, a ciência e a vida pública.

Se as estatísticas são tão relevantes, é necessário desconfiar de sua ausência e compreender o que ela revela. A dificuldade de localização de números, taxas e composição de indicadores é capaz de nos dar pistas sobre as condições de determinados grupos. Pode ser sintomática da falta de um projeto de Estado e até mesmo da invisibilidade ou apagamento de certos assuntos nos governos ou aparatos públicos. Apenas em 2020, a título de exemplo, passaram a ser publicados dados sobre a violência contra a população LGBTI+ no Anuário Brasileiro de Segurança

¹⁵ Aqui, podemos propor o exemplo do uso do percentual de assassinatos de pessoas negras em abordagens policiais no Brasil como um mecanismo de denúncia da necropolítica, nos termos de Achille Mbembe (2011) e do racismo destas instituições, bem como uma ferramenta para defesa de políticas antirracistas.

Pública¹⁶. O documento indicava que mais da metade dos estados brasileiros não dispunha de qualquer informação sobre violência motivada por orientação sexual ou identidade de gênero. Tais silêncios encontram-se com a escassez de políticas públicas, visibilidade e proteção legal adequadas para esses grupos. No caso de 1940, são identificadas ausências específicas, principalmente nos temas relacionados a trabalho, a fecundidade e a cor.

Destarte, é pertinente a pergunta: o que se esconde e se revela nas categorias estatísticas, nos quesitos das pesquisas e nos dados obtidos através delas? Os quesitos censitários e dados estatísticos são produtos sociais que revelam, recortam, delimitam, restringem, releem e desenvolvem sínteses sobre o mundo social: subsidiam interpretações dos fenômenos sociais e implicam desdobramentos concretos ao mundo.

A exposição dos argumentos acima pretendeu apresentar a base a partir da qual surgem algumas das perguntas que constituem esta dissertação. O próximo segmento introduz uma visão sócio-histórica sobre os primeiros censos demográficos brasileiros.

2.1 O PRIMEIRO CENSO DEMOGRÁFICO BRASILEIRO

Em 1872, no regime imperial, foi aplicado o que se considera ser o primeiro censo demográfico brasileiro. Até então, havia contagens com objetivos militares, fiscais ou religiosos, por vezes descentralizadas e regionais, além dos registros civis e administrativos, sendo estes as principais fontes das estimativas populacionais. Efetivamente, em escala nacional, houve uma tentativa inicial de organização de censo demográfico no ano de 1852, frustrada por diversas razões. O inquérito em questão foi visto com desconfiança pela população: “foi encarado como o caminho para o recrutamento militar, o aumento dos impostos e até mesmo a reescravização da população livre de cor” (BOTELHO, 2005, p. 329).

Jane Souto de Oliveira (2003) destaca os dois motivos principais pelos quais o censo de 1872 é considerado o primeiro do Brasil: 1. nele, são explicitados a maioria

¹⁶ Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/10/anuario-15-completo-v7-251021.pdf>>. Acesso em: 02/11/2021.

dos critérios atribuídos a um censo moderno: respaldo legal; dotação orçamentária específica; simultaneidade da pesquisa; data de referência pré-estabelecida; demarcação territorial pré-fixada; universalidade da enumeração dentro deste território e enumeração individual de todas as pessoas; e 2. o propósito manifesto de se conhecer a população brasileira, “colocada pela primeira vez como um elemento central da própria nacionalidade” (OLIVEIRA, 2003, p.10). Vêm daí as séries históricas mais antigas disponíveis no site¹⁷ do IBGE: datam de 1872 e são classificadas pelo Instituto como correspondentes a “população e demografia”, seguidas por séries do tema “mercado e força de trabalho”, de 1936.

É possível dizer que a inauguração de um censo oficial do Brasil foi uma expressão da busca ativa do Estado por estatísticas sobre si. Em contraste, até então os dados quantitativos sobre o país eram uma consequência secundária de atividades administrativas dispersas. Estes dados, além de nem sempre estarem sob a responsabilidade do Estado, raramente eram organizados e estruturados em nível nacional. Como exemplo, o trabalho de Oliveira e Simões (2005) descreve a diferença histórica entre os censos demográficos e os registros civis no Brasil. A institucionalização dos censos, coordenada pelo Estado, teria sido rápida e estruturada para os parâmetros da época, em contraposição aos registros civis, muitas vezes de domínio da igreja:

Enquanto as estatísticas populacionais censitárias, desde sua origem, foram de exclusiva responsabilidade do Estado, o registro das estatísticas vitais (casamento, batismo e sepultamento), em um primeiro momento, coube principalmente à Igreja. Esta situação explica, talvez, o desenvolvimento mais rápido e eficiente dos censos demográficos, enquanto as estatísticas do registro civil ficaram dependentes das nem sempre estáveis relações entre o Estado e a Igreja. Se aos censos cabia produzir e fornecer as estatísticas então demandadas pelo Estado, os dados do registro civil sempre foram encarados como subproduto de uma função administrativa e legal, principalmente após a laicização dos registros públicos, a partir do governo republicano. (OLIVEIRA; SIMÕES. 2005, p. 292. Grifo nosso.).

Na prática, esse movimento indica que o poder público passou a se apropriar de informações cuja coleta (e muitas vezes do uso) era de domínio de outros entes, como a igreja. Em alguma medida, iniciativas como o censo demográfico podem ter interferido nas relações de poder entre Estado e igreja e contribuído para a construção

¹⁷ Disponíveis em: <<https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 01/06/2022.

das bases do Estado Nacional. A ossatura estatal em torno da estatística cresce no decorrer dos anos e chega ao ápice no Estado Novo, como veremos.

A responsabilidade burocrática e institucional sobre a execução do censo de 1872 coube à Diretoria Geral de Estatística (DGE), recém-instalada, por meio do Decreto nº 4.676 de 1871¹⁸. Entre as atribuições do órgão, constava dirigir os trabalhos do censo; organizar quadros e mapas estatísticos de nascimentos, casamentos e óbitos; coordenar e apurar dados estatísticos recolhidos pelas repartições públicas; e formular planos estatísticos necessários para apreciação de fatos do domínio da estatística. Para tanto, o documento previa a contratação de onze empregados: um diretor geral; dois oficiais; dois copistas¹⁹; dois praticantes; um porteiro que seria também o guarda do arquivo; e um contínuo.

Os trabalhos estatísticos estavam divididos em quatro grandes classes, nos termos do Decreto: 1. dados que se referem a população; 2. dados que se referem ao território; 3. dados sobre o estado político, intelectual e moral (relativo a escolas, instituições de caridade, instituições religiosas e presídios); e 4. dados quanto ao estado agrícola, industrial e comercial do país. Desde o início das atividades estatísticas oficiais no Brasil, portanto, o território e a população estiveram em destaque e associados um ao outro.

As informações sobre a população a serem mensuradas pela DGE são detalhadas no terceiro artigo do Decreto. A lista nos mostra quais temas, materializados em números, eram relevantes ao Império, dentro da divisão administrativa formada por províncias, municípios e paróquias. Eles seriam refletidos, conseqüentemente, na elaboração do censo demográfico:

Art. 3º Os trabalhos concernentes á população devem comprehender o numero das pessoas existentes no Imperio, divididas por provincias, municipios parochias:

- 1º Em relação ás raças;
- 2º Em relação ás nacionalidades;
- 3º Em relação aos sexos;
- 4º Em relação ás idades;
- 5º Em relação ao estado civil;
- 6º Em relação ás profissões;
- 7º Em relação ao domicilio;
- 8º Em relação aos fogos ou familias;
- 9º Em relação á condição;
- 10º Em relação á religião;

¹⁸ Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4676-14-janeiro-1871-552057-publicacaooriginal-68972-pe.html>>. Acesso em: 12/09/2022.

¹⁹ Amanuenses, nos termos do documento.

11º Em relação á imigração e á emigração;
 12º Em relação ás naturalisações;
 13º Em relação aos nascimentos;
 14º Em relação aos casamentos e divorcios²⁰;
 15º Em relação á mortalidade.
 (BRASIL. Decreto nº 4.676 de 1871).

A DGE existiria no país até meados de 1940, com altos e baixos em termos de autoridade, orçamento e capacidade de atuação. A Diretoria “produziu anualmente - com notáveis interrupções, no entanto - balanços dos trabalhos [estatísticos] realizados.” (GIL, 2007, p. 43).

Quanto ao conteúdo do primeiro censo demográfico do Brasil, o historiador Tarcísio Rodrigues Botelho (2010) frisa como a definição dos quesitos investigados foi atribuída e debatida exclusivamente entre burocratas do Estado, embora parte deles atuasse também na esfera parlamentar. As perguntas incluíam, nesses termos, nome, sexo, idade, cor (com as categorias branco, preto, pardo e caboclo), estado civil, a naturalidade, nacionalidade, residência, grau de instrução primária, religião, enfermidades aparentes, grau de parentesco ou convivência de cada pessoa com o chefe da família, a frequência escolar para quem tinha entre 6 e 15 anos e se a pessoa era livre ou escravizada²¹. O autor compreende que os quesitos refletiam o momento específico no qual os burocratas estavam inseridos e as suas preocupações à época. Os resultados do censo, publicados em 1878, dariam à elite letrada respostas quanto à composição do Brasil e respaldo a questões sobre a identidade nacional.

Naquele momento, a questão racial parecia ser, para Botelho (2010), o centro de uma discussão sobre identidade brasileira. De fato, Oliveira (2003) salienta que as perguntas do censo brasileiro coincidiam com as recomendações do Congresso Internacional de Estatística, do qual o Brasil participou em São Petersburgo, exceto por quatro variáveis específicas. Teriam sido adicionadas por recomendação do Estado brasileiro: *língua*²², *cor*, *frequência escolar* e *condição civil* (homem livre ou

²⁰ Apesar do termo, não existia divórcio no Brasil nesse período. Vale lembrar que no período imperial, o Brasil não era laico, sendo o casamento indissolúvel. O desquite estava previsto no Código Civil brasileiro de 1916 (Lei nº 3.071/1916), permitindo apenas a separação dos cônjuges e seus bens, todavia sem o rompimento do vínculo do matrimônio. A Lei nº 6.515, que regulamentou o divórcio no Brasil, foi formalizada por meio de emenda constitucional somente em 1977.

²¹ Há dados censitários sobre a população escravizada, todavia não foram localizadas informações sobre como os dados foram coletados. Não sabemos se as questões eram feitas diretamente às pessoas ou se alguém respondia por elas, visto que não eram consideradas cidadãos.

²² Botelho (2005, p. 326) afirma que foi recomendada pelo Congresso Internacional de São Petersburgo, em 1872, pela primeira vez a inserção de pergunta sobre a língua falada nos censos, todavia o representante oficial do Brasil, o Barão de Porto Seguro, não teria incluído essa resolução

escravo, nos termos da época). Como comparativo, Botelho (2010) explana que na Europa, no lugar da cor, as línguas e dialetos falados figuravam no cerne da discussão sobre as identidades nacionais.

Os Congressos Internacionais de Estatística iniciaram em 1853, em Bruxelas, organizados por estudiosos europeus, cujo intento consistia não apenas em ensinar os debates científicos, como também estabelecer padrões comuns e comparáveis de estatística entre os Estados Nação. Entre 1853 e 1876, nove congressos ocorreram em cidades europeias, reunindo cerca de 5.000 participantes, majoritariamente de países europeus, mas também das Américas, do norte da África e da Turquia (RANDERAAD, 2011). Eram, pois, marcos da busca pela racionalidade e desenvolvimento característicos da modernidade, indicativos do estabelecimento de movimentos de relações internacionais entre os Estados. Randeraad (2011) considera que os congressos de estatística promoviam elos entre diversas outras iniciativas científicas internacionais do início da segunda metade do século XIX, especialmente porque à época a estatística era concebida de modo mais abrangente, se comparada aos tempos atuais.

Embora o último Congresso Internacional de Estatística²³ tenha ocorrido em 1876, esses eventos foram citados de forma recorrente nas diretrizes e nos

em seu relatório. Este foi o primeiro Congresso Internacional de Estatística do qual o Brasil participou. Supõe-se também que na elaboração do censo de 1872, foram utilizadas informações do Congresso Internacional de Estatística anterior, sendo o próprio decreto da DGE, que previa “raça” nas medições de população, de 1871.

²³ Adolphe Quetelet (1796 - 1874) é um nome consensualmente citado como um dos principais precursores da Estatística, em especial no âmbito social, tendo sido figura central dos Congressos Internacionais de Estatística. A razão do destaque se dá, principalmente, pelo sistema criado pelo astrônomo belga para a produção de informações de caráter coletivo a partir da reunião de grandes quantidades de números, relativos a casos individuais. Era uma nova linguagem, responsável por abrir uma gama de possibilidades de estudo. Quetelet não esteve restrito ao campo teórico: organizou censos, reuniu estatísticas de diversos países e auxiliou na elaboração de serviços estatísticos (DERSROSIÈRES, 1998). Desrosières (1998) explica que o processo desenvolvido por Quetelet era composto por duas frentes. A primeira observava a regularidade das taxas, como a quantidade de nascimentos, mortes, casamentos, crimes e suicídios em um dado país, em oposição ao caráter randômico individual para cada um deles. A segunda tomava como foco as semelhanças das formas de distribuição das medições, seja por medições repetidas do mesmo objeto, ou por medições sistemáticas de objetos distintos. Em outros termos, Quetelet conectava a permanência de um objeto, observado diversas vezes, à existência de algum elemento comum entre objetos, estabelecendo vínculos entre as duas frentes. Desta maneira, Quetelet pretendia comprovar que ambas diziam respeito a algo de natureza comum. Daí decorre o conceito do homem médio, “the average man”: um modelo ideal no qual estariam reunidas as médias de diversos aspectos quantificáveis sobre um mesmo objeto (neste caso, uma pessoa, um integrante de dada sociedade). A partir do homem médio, determina-se o que é padrão, bem como seus desvios. O homem médio, todavia, não seria ele próprio o fruto de uma média, pelo contrário. Dele derivariam os demais; ele seria o símbolo de perfeição a partir do qual se desdobram variações ou cópias imperfeitas.

documentos estatísticos do Brasil até 1940, foco desta dissertação, influenciando-os de forma direta, como será possível notar.

À época do primeiro censo geral, a Lei do Ventre Livre²⁴ (1871) havia sido recém instaurada, e determinava que os filhos e as filhas das pessoas escravizadas que nascessem a partir daquele ano seriam livres, seguindo a política de abolição lenta da escravidão. Nesta linha, o censo seria imprescindível para mensurar a população de mulheres escravizadas, possíveis mães, aponta Botelho (2010). Não obstante, complementa Camargo (2009), o inquérito poderia funcionar como um termômetro dos efeitos iniciais da citada lei, considerando as perguntas: “condição”, com os quesitos “livre” ou “escravo”; e “cor” (CAMARGO, 2009). Assim, podemos inferir que a categoria “cor”, desde que começou a ser abordada pelos censos, esteve relacionada à política vigente, aos lugares sociais das pessoas classificadas, e à sua condição (ou não-condição) de cidadania. Os brancos e demais pessoas livres seriam classificadas como população, enquanto os negros escravizados seriam contabilizados como propriedade.

Com efeito, a década de 1870 é o ponto de início da tese de Lilia Schwarcz acerca da questão racial para intelectuais, cientistas e instituições de ensino e pesquisa do Brasil (2017 [1993]). Além de citar a Lei do Ventre Livre como um anúncio do declínio do trabalho de regime escravo, a década é:

um marco para a história das ideias no Brasil, uma vez que representa o momento de entrada de todo um novo ideário positivo-evolucionista em que os modelos raciais de análise cumprem um papel fundamental. (SCHWARCZ, 2017, p. 19).

As teorias raciais europeias e as suposições sobre os efeitos da mestiçagem passaram a ser discutidas pelas elites intelectuais do Brasil, bem como a necessidade das estatísticas e dos recenseamentos populacionais. A década de 1870 é relevante também porque, a partir dela, diferentes centros de ensino e pesquisa são impulsionados no Brasil, incluindo os museus nacionais, institutos históricos e geográficos brasileiros, e escolas de direito e de medicina, objetos do estudo de Lilia Schwarcz (2017).

²⁴ Em relação às leis sobre a escravidão publicadas no Brasil Imperial: Abolição do Tráfico (1950); Lei do Ventre Livre (1871); Lei dos sexagenários (1885) e proibição de açoites (1886).

Essas instituições e círculos intelectuais são compreendidos por Schwarcz como centros do saber e de consagração intelectual, por permitirem compor um amplo panorama das elites e de suas preocupações, sobretudo as de cunho racial. Nos museus, institutos históricos, escolas de direitos e de medicina, a discussão racial passou a ocupar um espaço central. Desses lugares²⁵, partiram respostas alternativas e, ao mesmo tempo, contemporâneas para o tema (SCHWARCZ, 2017). Circulavam por esses espaços, não por acaso, os homens envolvidos com os censos, principalmente vindos das escolas de medicina e de direito.

Os resultados²⁶ do censo de 1872 indicaram 8.419.672 pessoas livres e 1.510.806 escravizadas (15,2% da população), totalizando um universo de 9.930.478²⁷ pessoas. Destas, 8.365.997 não eram alfabetizadas, o que correspondia a 81,9% da população. Quanto à cor, os números registrados foram os seguintes:

Tabela 2 – Cor da população, conforme os resultados do Recenseamento Geral de 1872

População	Branca	Parda	Preta	Cabocla	Total
Absoluta	3.787.289	3.801.782	1.954.452	386.955	9.930.478
Percentual	38,1%	38,3%	19,7%	3,9%	100%

Fonte: a autora, com base nos dados do IBGE: Recenseamento Geral de 1872²⁸.

2.2 OS CENSOS DEMOGRÁFICOS BRASILEIROS ATÉ 1920

Até 1920, Oliveira (2003) compreende que os censos refletiam o debate sobre a identidade e a formação do Brasil enquanto nação, traduzindo anseios da elite política e cultural, ao mesmo tempo em que alinhavam às recomendações internacionais. Essa visão é compartilhada por Botelho (2010), embora ele não dê

²⁵ Vale ainda atentar à percepção de Schwarcz sobre a influência internacional nas referidas instituições. O Brasil era visto como um lugar privilegiado para obtenção de materiais que seriam levados e estudados por museus europeus, e o impulso às instituições nacionais teria relação com as expectativas vindas de fora do país. A chamada “era brasileira dos museus”, localizada em meados de 1890, coincidia, não por acaso, com o apogeu das instituições internacionais (SCHWARCZ, 2017).

²⁶ Recenseamento do Brasil em 1872. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>>. Acesso em: 26/08/2022.

²⁷ Para se ter um comparativo, a quantidade é inferior à população da cidade de São Paulo contabilizada pelo censo de 2010.

²⁸ Recenseamento de 1872. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>>. Acesso em: 23/09/2022.

tanto destaque às instituições internacionais e, sim, à preocupação que existia com a imagem do Brasil no exterior.

Em 1890, após a abolição da escravidão e o fim do Império, a condição civil deixa de existir no questionário e dá lugar a outras divisões, vinculadas por Oliveira (2003) às marcas deixadas pela escravidão e à então chamada aculturação²⁹ dos migrantes europeus. Era o início do Brasil República e na elite letrada emergia o ímpeto de interpretar e de solucionar os problemas do país.

Os censos de 1890 e 1900 teriam apresentado diversos problemas de execução e de divulgação, portanto os resultados são considerados bastante precários. Ainda assim, cabe avaliar brevemente os quesitos definidos para a pesquisa. O censo de 1890 previu, conforme o Decreto nº 659³⁰ de 12 de Agosto de 1890, que fosse questionado ao indivíduo: o nome, a naturalidade, a idade, o sexo, a raça (com as alternativas branca, preta, cabocla ou mestiça), a filiação (legítima, ilegítima, legitimada, ou “se é exposto”³¹), o estado civil (solteiro, casado, viúvo ou divorciado), a nacionalidade paterna e materna, os chamados defeitos físicos aparentes (nos termos do documentos: cego, surdo-mudo, surdo, idiota, ou aleijado)³² e a residência. Havia ainda perguntas sobre as intituladas relações familiares, relações sociais e renda:

Quanto às relações de família: o anno do casamento, o numero de nupcias, o gráo de parentesco no casal, o numero de filhos (designados o sexo, os defeitos phisicos apparentes, quantos vivos e quantos mortos);

Quanto às relações sociaes: - a nacionalidade, a relação com o chefe da casa, a habilitação intellectual (si sabe ler e escrever, si tem instrucção secundaria ou superior, ou si possui titulo ou diploma scientifico, litterario ou artistico), o culto, a profissão, a renda (da profissão, do emprego ou da propriedade) (BRASIL, Decreto nº 659 de 1890).

Para se ter uma ideia inicial da complexidade de classificação das questões de um censo, e dos debates relacionados às perguntas, podemos fazer um

²⁹ A autora não entra em detalhes sobre o que se compreendia por aculturação, mas suponho que se tratava da assimilação do idioma oficial do Brasil, bem como outros aspectos culturais neste sentido.

³⁰ Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-659-12-agosto-1890-520681-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 12/09/2022.

³¹ “Exposto” provavelmente se refere às crianças deixadas para adoção em hospitais, sem a identificação dos pais.

³² Data de 1881 a primeira publicação do texto “O Alienista”, de Machado de Assis, sobre um médico que estuda a mente e passa a internar pessoas em uma casa com o objetivo de estudá-las e, ao fim, se perde na própria loucura.

comparativo com outros países. No ano de 1890, o censo dos Estados Unidos³³ mobilizou as categorias de raça³⁴: "branco," "preto," "mulato," "Quadroon"³⁵, "Octoroon," "chinês," "japonês," e "índio", misturando noções de nacionalidade e de cor, hoje concebidas como questões distintas. Já a publicação oficial³⁶ dos resultados do censo da Argentina, realizado em 1895, apresenta as nacionalidades declaradas pelos respondentes e então as agrupa em raças: raça latina, germânica, anglo-saxã, eslava, escandinava, asiática, africana e "demais raças":

Figura 1 – Segundo Censo de La República Argentina – 1895

Poblacion argentina por razas.				
RAZAS	VARONES	MUJERES	TOTAL	PROPORCION POR MIL
<i>Latina. — Hispana:</i>				
Argentinos	1,452,952	1,497,432	2,950,384	746
Americanos de habla española	183,804	106,829	290,633	73
Latinos de otros idiomas	392,467	227,053	619,520	156
Total raza latina	2,029,223	1,831,314	3,860,537	975
<i>Raza germánica</i>	<i>30,587</i>	<i>17,028</i>	<i>47,615</i>	<i>13</i>
• anglo-sajona	15,154	8,046	23,200	6
• eslava	8,330	6,840	15,170	4
• escandinava	2,498	587	3,085	1
• asiática	310	104	414	—
• africana	290	164	454	—
Demás razas	2,527	1,909	4,436	1
TOTAL GENERAL	2,088,919	1,865,992	3,954,911	1000

Fonte: Tomo 2: Población, 1898. p. 45.

Como podemos ver, no mesmo período, as classificações de cor e raça no Brasil, Estados Unidos e Argentina, todos países das Américas, eram bastante distintas. No censo demográfico de 1890 de Portugal e da Bélgica, não houve questões sobre cor ou raça. Em Portugal, nenhuma pergunta sobre idioma foi inserida, sob a justificativa de que apenas uma língua era falada no país: o português (PORTUGAL, 1896). Similar, havia apenas o quesito "naturalidade", dividido em

³³ Censo de 1890 dos Estados Unidos, de United States Census Bureau. Disponível em: <https://www.census.gov/programs-surveys/decennial-census/technical-documentation/questionnaires.1890_Census.html>.

³⁴ Original: "White", "Black", "Mulatto", "Quadroon", "Octoroon", "Chinese", "Japanese", e "Indian".

³⁵ Quadroon seria relativo a pessoas "um quarto" negras e "três quartos" europeias, considerando seus ascendentes. Do mesmo modo, Octoroon seria relativo a pessoas "um oitavo" negras e "sete oitavos" europeias, considerando seus ascendentes.

³⁶ Segundo Censo de La República Argentina -1895. Disponível em: acesso: 19/09/2022.

“Naturaes do próprio concelho de residencia”; “naturaes de outro concelho do mesmo districto”; “de qualquer outra naturalidade”; e “estrangeiros” (PORTUGAL, 1896, p. 86). No censo belga (BÉLGICA, 1893), havia uma pergunta sobre as línguas nacionais faladas, com as alternativas “apenas francês”; “apenas flamengo”; “apenas alemão”; “apenas francês e flamengo”; “apenas francês e alemão”; “apenas flamengo e alemão”; “as três línguas nacionais”; “não fala nenhuma das três línguas nacionais”:

Figura 2 – Línguas nacionais faladas na França, conforme o censo de 1890

LANGUES NATIONALES PARLÉES.																							
HABITANTS PARLANT :																							HABITANTS NE PARLANT AUCUNE DES TROIS LANGUES NATIONALES.
LE FRANÇAIS SEULEMENT.			LE FLAMAND SEULEMENT.			L'ALLEMAND SEULEMENT.			LE FRANÇAIS ET LE FLAMAND SEULEMENT.			LE FRANÇAIS ET L'ALLEMAND SEULEMENT.			LE FLAMAND ET L'ALLEMAND SEULEMENT.			LES TROIS LANGUES NATIONALES.					
Hommes.	Femmes.	TOTAL.	Hommes.	Femmes.	TOTAL.	Hommes.	Femmes.	TOTAL.	Hommes.	Femmes.	TOTAL.	Hommes.	Femmes.	TOTAL.	Hommes.	Femmes.	TOTAL.	Hommes.	Femmes.	TOTAL.	Hommes.	Femmes.	TOTAL.

Fonte: Statistique de la Belgique: Population. Recensement général au 31 décembre 1890. Tomo I. 1893. p. 383.

Em relação aos chamados defeitos físicos, não houve perguntas sobre o tema no censo português, nem no belga. O censo Argentino categorizou os ditos enfermos, surdos-mudos, idiotas, alienados, cegos, com bócio (“el coto ó papera”) e inválidos. O censo estadunidense perguntou sobre doenças crônicas, sem especificar alternativas, se a pessoa tinha defeitos mentais, de visão, audição ou fala, e se era aleijada, mutilada ou deformada³⁷.

Nesse sentido, podemos observar diferenças expressivas entre as categorias de cada país e entre continentes, a despeito de alguns elementos similares. Os censos pretendem fornecer elementos de comparação universal, ao mesmo tempo em que oferecem mensurações alinhadas às preocupações próprias de cada Estado.

No que tange ao censo demográfico brasileiro de 1900, a sua determinação teria sido efetuada por meio de uma portaria³⁸ que, segundo Nelson Senra (2006), continha no “Boletim Individual” perguntas sobre nome, sexo, filiação, naturalidade ou nacionalidade, idade, estado civil, se residia no distrito, se sabia ler e escrever, a

³⁷ Do original: “Is the person defective of mind, sight, hearing, or speech? Is the person crippled, maimed, or deformed?”. Censo demográfico de 1890 dos Estados Unidos. Disponível em: <https://www.census.gov/programs-surveys/decennial-census/technical-documentation/questionnaires.1890_Census.html>. Acesso em: 19/09/2022.

³⁸ O documento original, citado por Senra, não foi localizado, portanto não foi possível descrever de modo mais detalhado.

religião, a profissão e os chamados defeitos físicos. No documento de sinopse do recenseamento, publicado em 1905 por meio da coordenação do então Diretor da DGE, João Sabino Damasceno³⁹, há variados problemas de coleta indicados no próprio texto e ausência de parte dos dados, não sendo possível verificar quais informações foram efetivamente coletadas.

Em termos institucionais, cabem algumas ponderações sobre este período no Brasil. A Diretoria Geral de Estatística passou pela sua primeira reconfiguração em 1890. Em adição a essa estrutura burocrática, no mesmo ano foram criadas seções de estatística comercial anexas às associações comerciais do país. As funções que lhes cabiam eram específicas:

orientar a lavoura e o commercio, determinando constantemente, com precisão e segurança, pelo conhecimento exacto da produção nacional, da produção estrangeira e da situação dos mercados, o preço natural dos productos (BRASIL, Decreto nº 216-C, 1890).

Poucos anos depois, por meio do Decreto nº 2.449⁴⁰ de 1897, foi também instituída a Diretoria Geral de Saúde Pública, que unificava os serviços de higiene da União, antes dispersos entre o Instituto Sanitário Federal e a Inspetoria Geral de Saúde dos Portos. Ela se soma à estrutura institucional estatística do Estado, na medida em que previa, entre os serviços sanitários da União, a organização das estatísticas denominadas demógrafo-sanitárias quanto “às causas de moléstia e de morte, estudadas em concreto, tanto na Capital Federal, como nos Estados” (BRASIL, Decreto nº 2.458, 1897).

O Decreto nº 2.458⁴¹, acerca do regulamento da Diretoria Geral de Saúde Pública, indicava o cargo de médico-demografista com a descrição de suas atribuições, o que nos dá um retrato sobre a pretensão acerca das estatísticas:

Art. 15. O médico demographista terá a seu cargo:
I. A estatística dos nascimentos ocorridos no Districto Federal e nos Estados e o estudo demographico completo da natalidade, considerada nos pontos de vista: 1º, da população total e especialmente da população feminina, apta

³⁹ João Sabino Damasceno foi diretor da DGE entre 1901 e 190...

⁴⁰ Decreto nº 2449 de 1897. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2449-1-fevereiro-1897-539632-publicacaooriginal-38965-pe.html>>.

Acesso em: 14/09/2022

⁴¹ Decreto nº 2458, de fevereiro de 1897. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2458-10-fevereiro-1897-539715-publicacaooriginal-39166-pe.html>>. Acesso em: 14/09/2022.

para a maternidade; 2º, da cor dos novi-natos; 3º, do sexo; 4º, do estado civil dos progenitores; 6º, da nacionalidade dos progenitores; 6º, da pluri-paridade ou fecundidade dos casamentos; 7º, dos mezes e estações; 8º, do lugar em que ocorrerem.

II. A estatística dos casamentos realizados no mesmo districto e nos Estados e o estudo demographico da nupcialidade, considerada sob os aspectos: 1º, da população total e especialmente da população apta para contrahir casamento; 2º, das cores dos conjuges; 3º, das idades; 4º, do estado civil anterior; 5º, das nacionalidades; 6º, das profissões; 7º, dos mezes e estações; 8º, do lugar em que o facto demographico se realizou.

III. A estatística dos obitos occorridos no districto e nos Estados e o estudo demographico da mortalidade, considerada sob as relações: 1º, da população total; 2º, do sexo dos mortos; 3º, das idades; 4º, das cores; 5º, do estado civil; 6º, das nacionalidades; 7º, das profissões; 8º, da mortinatalidade; 9º, dos mezes e estações; 10, do lugar do obito; 11º, das causas de morte.

IV. A estatística dos doentes tratados nos hoapitais publicos e particulares, civis e militares, e o estudo demographico da morbilidade hospitalar, considerada em attenção ás idades dos enfermos, ao estado civil e nacionalidade, e ás molestias (BRASIL, Decreto nº 2.458, 1897).

Em resumo, tratava-se de mapear informações sobre nascimentos, casamentos, fecundidade, óbitos, enfermos e enfermidades, a partir de cruzamentos com os dados de cor, sexo, estado civil, nacionalidade, idade, profissão e *metereologia*. Uma das atividades do médico demografista seria organizar um boletim quinzenal sobre a mortalidade, indicando, entre outros aspectos, o movimento meteorológico do trimestre e os óbitos provocados pelas doenças transmissíveis: “O respectivo boletim indicará também o movimento meteorologico do trimestre, e será acompanhado de cartas epidiographicas da mortalidade das molestias transmissiveis” (BRASIL, Decreto nº 2.458, 1897).

Para tanto, teria a seu dispor um cartógrafo e dois ajudantes. Seria também de sua alçada organizar e dirigir os serviços de demografia sanitária, solicitando as informações necessárias ao diretor do órgão; demandar materiais de expediente; registrar notas e prestar informações à diretoria para medidas de higiene defensiva; e organizar um anuário “tão completo quanto possível, da demographia dinamica no Districto Federal e nos Estados, especialmente em suas relações com a hygiene.” (BRASIL, Decreto nº 2.458, 1897).

Era uma variada gama de atividades e de campos de saber ainda em formação no país. Não havia fronteiras claras entre as áreas de conhecimento e de atuação, e não parecia existir uma especialização. Simultaneamente, atuava-se com conhecimentos da geografia, história, cartografia, física, direito, gestão e administração.

Uma constatação possível é a de que a demografia sanitária foi uma das catalisadoras do uso, organização e análise estatística no Brasil. Médicos sanitaristas foram, em grande medida, responsáveis pelo desenvolvimento e institucionalização da disciplina no Brasil nos espaços de ensino e pesquisa, motivados pela preocupação com a saúde pública. Eles foram os primeiros a ocupar os espaços na burocracia brasileira destinados aos estudos de estatística sobre a população.

Em 1907, o médico sanitarista José Luiz Sayão Bulhões de Carvalho (1866-1940), assumiu a DGE com a incumbência de reorganizar o serviço de Estatística Federal. Sua entrada reiterou a proeminência de médicos sanitaristas vinculados às atividades estatísticas e àquela Diretoria, em detrimento de outras formações acadêmicas. Ele permaneceu à frente da DGE de 1907 a 1909, e de 1915 a 1931. Foi uma exceção à regra, pois a rotatividade neste cargo costumava ser elevada.

Quando chegou à DGE, Bulhões de Carvalho já contava com uma trajetória⁴² marcada pela carreira na burocracia brasileira. As primeiras impressões do sanitarista ao assumir a DGE, em 1907, teriam sido ruins: havia 17 funcionários “mal retribuídos” e grande desorganização (SANTOS, 2007). Responsável por várias mudanças, logo que entrou na DGE Bulhões criou o Conselho Superior de Estatística, tomando como base as recomendações dos Congressos Internacionais de Estatística. Naquele momento, um grande desafio da União era a articulação com os estados para políticas e coleta de dados em nível nacional. Os estados na jovem república gozavam de ampla autonomia, realidade que dificultava o estabelecimento de um padrão estatístico nacional.

Santos (2007) descreve os esforços (sem êxito) de Bulhões de Carvalho para que fosse estabelecida essa articulação: “Embora tenha conseguido melhor diálogo

⁴² O carioca ingressou no aparato público em 1892, na Inspetoria Geral de Higiene Pública (depois renomeada como Diretoria Sanitária), onde trabalharia sob direção do baiano Francisco de Castro (1857 - 1901), médico, professor e integrante da Academia Brasileira de Letras. O titular da Seção de Demografia daquela instituição era o também médico Aureliano de Souza Portugal (1851 - 1924), nascido e formado no Rio de Janeiro, e autor do primeiro Anuário de Estatística Demógrafo-Sanitária do Brasil (SANTOS, M. A. M, 2007). Em 1894, a convite de Francisco de Castro, Bulhões assumiu a chefia da Seção de Demografia do novo Instituto Sanitário Federal. Em 1897, ele ingressou na Diretoria Geral de Saúde Pública, local em que trabalhou com o sanitarista Oswaldo Cruz (1872 - 1917), pioneiro no combate preventivo a doenças como febre amarela e varíola no Rio de Janeiro, bem como da vacinação[#] compulsória da população. Ali, Bulhões de Carvalho participou de estudos sobre o que Marco Aurélio M. Santos (2007) denomina demografia sanitária: a análise de endemias, como a febre amarela, por meio de estatísticas relacionadas à população, como as taxas de mortalidade e de imigração. Em 1906, o médico integrou a Comissão Central responsável pelo recenseamento do então Distrito Federal, na época localizado no Rio de Janeiro, junto a colegas como o próprio Aureliano de Souza Portugal.

que seus antecessores, não era fácil vencer as sólidas oligarquias estaduais e o próprio pouco caso que muitos estados davam aos seus registros administrativos e ao registro civil” (SANTOS, 2007, p. 11). A variação entre os estados era expressiva, desde a complexidade de órgãos vinculados à estatística, até o que era mensurado ou deixava de ser.

Bulhões de Carvalho se afastou do cargo⁴³ em 1909 e retornou em 1915. Nesse meio tempo, à revelia da Constituição de 1891, que previa recenseamentos decenais e, entre trocas de governo, o censo de 1910 não ocorreu. A volta do sanitarista teve como foco o censo de 1920. Para tanto, teria convidado a trabalhar com ele figuras como o engenheiro gaúcho João Carlos Vital⁴⁴ (1900 -1984), e o jurista Mário Augusto Teixeira de Freitas (1890 - 1956).

Teixeira de Freitas é uma pessoa fundamental para esta dissertação, como ficará evidente, pois ele foi um dos intelectuais mais engajados nas discussões do recenseamento de 1940. O estudioso teve uma carreira intrinsecamente vinculada às estatísticas nacionais e, por consequência, às instituições que as abrigavam. Nascido na Bahia, cresceu no Paraná e frequentou a Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais (FLCJS) do Rio de Janeiro, onde se formou bacharel em Direito no ano de 1911. Ingressou na DGE em 1908, já sob a liderança de Bulhões de Carvalho, enquanto ainda era estudante de Direito da mesma faculdade em que lecionava o irmão daquele. A coincidência não deixa de expressar a existência de um círculo restrito de intelectuais, os quais ocupavam espaços nas universidades e carreiras burocráticas.

Nesse sentido, Lanari (2016) destaca a relevância dos círculos de sociabilidade dos bacharéis e das famílias ricas no início do Brasil República para o preenchimento dos quadros elevados da burocracia brasileira. Isso se aplica ao caso de Teixeira de Freitas e a outros integrantes da Comissão Censitária de 1940. O estudioso acredita que, ao entrar ainda jovem na DGE,

Teixeira de Freitas se integrou a um esforço de estruturação administrativa para a realização de políticas estatísticas e cartográficas pelo governo federal, participando da consolidação de um “ethos” do estatístico no Brasil,

⁴³ De acordo com Lanari (2016), a razão do afastamento teria sido a dificuldade de efetivar os objetivos da DGE e os percalços do conflituoso relacionamento com os órgãos das esferas estaduais.

⁴⁴ Formado pela Escola Politécnica da Universidade do Rio de Janeiro. Para saber mais: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/vital-joao-carlos>>.

ainda marcado pela baixa especialização e pela dependência dos contatos políticos para a ascensão aos postos de trabalho (LANARI, 2016, p. 35).

Teixeira de Freitas foi designado Delegado do Recenseamento em Minas Gerais em 1920 e, na sequência, recebeu do governo do estado o convite para ocupar o cargo de diretor do Serviço de Estatística Geral de Minas Gerais, onde teria conhecido Francisco Campos (1891-1968), secretário da Segurança Pública, Interior e Justiça do estado (OLIVEIRA, 2005). Entre os estados brasileiros, Minas Gerais era o mais desenvolvido em termos de estrutura e de coleta de dados estatísticos à época.

Em tal cargo, Teixeira de Freitas coordenou a execução de tarefas importantes, como o Anuário Estatístico do Estado, o Anuário Demográfico, o Atlas Corográfico Municipal de Minas Gerais, a Carteira Estatística de Minas Gerais e a Divisão Administrativa Judiciária de Minas Gerais⁴⁵. Uma década depois, a convite de Francisco Campos (agora Ministro da Educação e Saúde Pública do Governo Vargas), Teixeira de Freitas assumiria a chefia da Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação, local em que trabalhou centrado em estatísticas educacionais. O jurista escreveu projetos preocupados com a racionalização e a integração das estatísticas brasileiras, vários implementados, outros tantos recusados. Ele desenvolveu, assim, experimentos inovadores de produção de estatísticas públicas no Brasil, arcabouço que seria importante também para as operações censitárias de 1940.

Regina C. A. Oliveira (2005) esclarece que a diretoria comandada por Teixeira de Freitas promoveu uma reforma geral nos métodos de organização das estatísticas educacionais, integrando de forma bastante inovadora a esfera municipal, estadual e federal, cada qual com funções bem definidas. Sendo positivo o resultado da experiência, “abriam-se assim as possibilidades de racionalização da estatística brasileira da área educacional-cultural ser estendida aos demais setores da vida nacional, mediante fórmula do mútuo entendimento” (OLIVEIRA, 2005, p. 47). Os modelos e experimentos de Teixeira de Freitas formariam bases essenciais para a criação do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Conselho Nacional de Estatística (CNE), os quais posteriormente se tornariam o IBGE.

2.3 O CENSO DE 1920

⁴⁵ Para saber mais, consultar a tese de Lanari (2016).

Jane Souto de Oliveira (2003) reconhece no censo de 1920 uma tendência a se conferir um peso cada vez maior à divisão social do trabalho e a inserção da população no processo produtivo (OLIVEIRA, 2003, p. 24). Naquele ano, foram indagados os seguintes dados⁴⁶: nome; sexo; idade; estado civil; nacionalidade; profissão; grau de instrução; residência; os chamados defeitos físicos, compostos por cegueira e surdo-mudez; situação do habitante do domicílio e número de pessoas pelas quais seria responsável. Os quesitos “cor” ou “raça”, por vezes utilizados como sinônimos em pesquisas censitárias, não foram incluídos. Entre as hipóteses para a exclusão, Poubel (2013) sugere a o propósito de apagar a memória da escravidão e a percepção da mestiçagem crescente, lida como degeneração por parte da elite intelectual (POUBEL, 2013).

O censo de 1920 indicou uma população de 30.635.605 pessoas, dentre as quais 16.684.601 não eram alfabetizadas, correspondendo a 69,1% do país. A maior quantidade de pessoas letradas estava no Distrito Federal (RJ), onde também ficava a DGE e a concentração majoritária dos intelectuais burocratas do Brasil.

Figura 3 – População dos estados do Brasil em 1920, segundo instrução e idade



⁴⁶ O questionário aplicado em 1920 não foi localizado nos arquivos disponíveis na biblioteca do IBGE. É possível saber os quesitos por meio dos relatórios e divulgação dos resultados censitários, no entanto, não obtivemos informações sobre as perguntas exatas, nem sobre as alternativas para cada quesito.

Fonte: Recenseamento do Brasil realizado em 1920. Vol. IV, parte 4, 1926, página 36.

Celebrado como marco do centenário da independência da nação brasileira, Botelho (2010) destaca neste recenseamento a preocupação com a imagem do Brasil na Europa e Estados Unidos, então consideradas nações “mais civilizadas”. O Brasil estaria à margem caso não contasse com tal instrumento de conhecimento técnico e científico. Para o historiador,

O Recenseamento de 1920 inscreve-se como um momento a mais de redescoberta e de tentativa de criar a nação. Tanto o recurso a pensadores sociais brasileiros quanto a tentativa de aproximar-se da população em geral demonstram as preocupações alargadas que a estatística se propunha a abarcar. (BOTELHO, 2010, p. 269).

Relacionadas à divulgação dos resultados do recenseamento, podem ser citadas iniciativas como a Exposição Internacional do Centenário, com um Pavilhão de Estatística dedicado a informar dados sobre o Brasil; e a publicação, no decorrer daquela década, de extensos volumes que discutiam os números obtidos pela pesquisa. A coleção coordenada por Bulhões de Carvalho contém 19 volumes, lançados entre 1922 e 1930. Cada parte conta com um texto de apresentação do próprio Bulhões de Carvalho.

O Volume IV - População - é composto por seis segmentos que somam 4.240 páginas. É curioso notar a existência de fotos de municípios brasileiros no material, exibindo praças, ruas, igrejas, escolas, cachoeiras, rios e afins. Em contraste, não há fotografias de pessoas, em um volume que discute precisamente os dados sobre a população. Era exibido, afinal, um país repleto de obras e de natureza, mas sem faces, sem brasileiros e brasileiras. A exceção são os seis retratos⁴⁷ de ex-presidentes e do então presidente Arthur Bernardes, cada qual no início de um volume. Iconograficamente, portanto, existia governo, líderes, obras e natureza.

Outro ponto interessante reside em uma representação gráfica da população, disponível no Volume IV:

⁴⁷ As legendas das publicações originais informam: Prudente José de Moraes Barros, ex-presidente da República; Dr. Affonso Augusto de Moreira Penna, Ex-Presidente da República, reorganizador da Diretoria Geral de Estatística; Dr. Ruy Barbosa, Membro do Governo Provisório, Senador da República, autor de notável parecer sobre o ensino; Dr. Arthur Silva Bernardes, Presidente da República e Ex-governador de Minas Gerais; Wenceslau Bras Pereira Gomes, Ex- presidente da República, iniciador da Estatística Oficial no Estado de Minas Gerais; General Benjamin Constant Botelho de Magalhães, Fundador da República, Antigo Diretor do Instituto dos Meninos Cegos, actualmente Instituto Benjamin Constant.

Figura 4 – Ilustração sobre a população do Brasil entre 1776 e 1920 (1926)



A ilustração dos sujeitos que representam a população é, em grande proporção, um espelho das figuras responsáveis pelos recenseamentos no período. Vemos ali homens brancos e da elite, a perceber pela indumentária, que não era a de trabalhadores braçais. A ilustração não deixa de assemelhar-se a uma linha evolutiva.

Concluídos os trabalhos do censo de 1920, Bulhões de Carvalho permaneceu na DGE até 1931, durante sete governos federais, tendo recusado ofertas para assumir cargos de maior prestígio. Em 1939, pouco antes de sua morte, tornou-se membro vitalício do International Statistical Institute (ISI) e recebeu o título de “Fundador da Estatística Geral Brasileira” do Conselho Nacional de Estatística.

2.4 A REVOLUÇÃO DE 1930 E AUSÊNCIA DO CENSO DEMOGRÁFICO

Não houve censo demográfico em 1930, dada a inviabilidade da operação em um cenário político instável. Lembremos que naquele ano ocorreu o que se convencionou chamar de Revolução de 1930, que decretou o fim da I República (1891-1930). Júlio Prestes havia vencido as eleições presidenciais sob acusações de

fraude de votos pela oposição. Embora o candidato indicado pelo então presidente Washington Luís não tenha assumido o poder, sua indicação e vitória implicaram uma ruptura na lógica de revezamento de poder entre as oligarquias paulista e mineira, conhecida como a política do café com leite.

Em meio a crises políticas e econômicas, o golpe de estado liderado pela Aliança Liberal levou o gaúcho Getúlio Vargas à posição de Chefe do Governo Provisório, instituído em 11 de novembro de 1930, pelo Decreto nº 19.398⁴⁸. Vargas permaneceu no poder por quinze anos consecutivos: seria eleito presidente em 1934 por voto indireto e, em 1937, comandaria um novo golpe que o manteria na presidência com amplos poderes até 1945, desta vez como ditador do regime autoritário conhecido como Estado Novo. Vargas retornaria ao poder por voto democrático de 1950 a 1953.

O primeiro período do Governo Vargas é crucial para a compreensão das políticas públicas brasileiras, moldadas a partir de mudanças institucionais, “estabelecendo um arcabouço jurídico e material que conformaria o sistema de proteção social até um período recente” (FONSECA; HOCHMAN; LIMA, 2005, p. 38). Na esfera do trabalho, educação, saúde e afins, as instituições públicas foram reforçadas e centralizadas, e as estatísticas populacionais receberam um papel de grande destaque. Nesta pesquisa, as estatísticas populacionais do período funcionam como um fio condutor que nos conecta a projetos e concepções do Estado Novo.

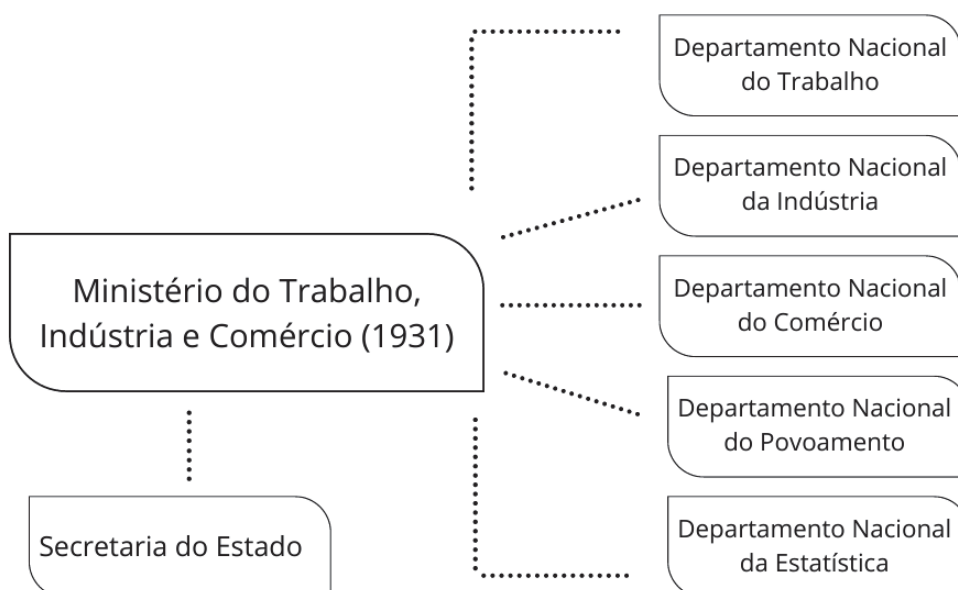
Boris Fausto (2019) sustenta que os vitoriosos da Revolução de 1930 compunham um quadro heterogêneo da perspectiva social e política: dos militares aos técnicos diplomados, bacharéis, jovens com envolvimento político e, posteriormente, os industrialistas. Parte significativa dessas figuras já seguia carreira dentro das estruturas burocráticas e políticas do regime anterior, incluindo o próprio Vargas. Nessa toada, Boris Fausto (2019) afirma ter ocorrido uma troca da elite no poder sem grandes rupturas. Com as pessoas ligadas à estatística brasileira, não foi diferente: muitas delas já atuavam em cargos públicos ou na política, pertenciam a famílias da elite econômica ou intelectual brasileira, como era o caso de Teixeira de Freitas e de Léo de Affonseca⁴⁹.

⁴⁸ Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19398-11-novembro-1930-517605-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 14/09/2022.

⁴⁹ Poucas informações biográficas foram localizadas sobre Affonseca. A exceção é um texto de 1940 sobre ele na Revista Brasileira de Estatística, na seção “Vultos da estatística brasileira”. Affonseca nasceu em São Paulo e cursou o ensino secundário no Rio de Janeiro. Frequentou a escola militar da

Com o início do governo provisório na década de 1930, foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, dentro do qual a DGE foi inserida. Em fevereiro de 1931, a organização do Ministério é publicada pelo Decreto nº 19.667⁵⁰. Ele continha uma secretaria de Estado e cinco Departamentos Nacionais: do Trabalho; da Indústria; do Comércio; do Povoamento e da Estatística:

Figura 5 – Organização do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio de 1931



Fonte: a autora, com base no Decreto nº 19.667 de 1931.

A existência de um Departamento Nacional do Povoamento aponta para uma das funções fundamentais da estatística populacional à época. Apesar de estar formalmente separado do Departamento de Estatística, contar a população dialogava diretamente com os planos de ocupar e de povoar os territórios do país, o que se desdobrou, entre outras ações, na chamada “marcha para o oeste”. Lembremos que parte expressiva dessas áreas era habitada por populações indígenas e ribeirinhas

Praia Vermelha, mas não prosseguiu na carreira militar. Em 1898, ingressou nos serviços estatísticos do Ministério da Viação, passando por diferentes cargos da Diretoria da Estatística Comercial até chegar ao posto de Diretor, em 1917, quando foi também subcomissário de Alimentação Pública. Na década de 1920, participou da organização da Exposição do Centenário da Independência, trabalhou em propostas e regulamentações relacionadas ao funcionalismo público e à diplomacia brasileira (IBGE, 1940).

⁵⁰ Decreto nº 19.667 de 1931, disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19667-4-fevereiro-1931-503116-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 14/09/2022.

que mantinham uma relação idiossincrática com o território, divergente da pretendida pelo governo, que considerava essas áreas desabitadas.

Na estrutura do Departamento de Povoamento, a seção do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) dividia espaço com a seção de Colonização e Trabalhos Técnicos⁵¹; a seção de Terras Públicas; a seção de Imigração e Colocação de Trabalhadores; e a seção de Expediente e Contabilidade. Por meio das configurações colocadas, evidencia-se não apenas a concepção que associava população e território de modo intrínseco, como começa a aparecer o vínculo do território com a noção de trabalho e de trabalhador⁵². Nessa chave de pensamento, o território servia à nação e cumpria sua função quando era ocupado e produtivo, tratando-se de agricultura.

O Departamento Nacional de Estatística, por sua vez, aglutinou a DGE (antes vinculada ao Ministério da Agricultura) e a Diretoria de Estatística Comercial (antes vinculada ao Ministério da Fazenda), tendo ambas sido extintas em seu formato prévio. Cabia-lhe organizar a) a estatística territorial e demográfica; b) a estatística econômica e financeira; e c) a estatística social. Novamente, demografia, economia e geografia compartilham espaços.

O Departamento Nacional de Estatística deveria, conforme dispõe o Decreto 19.669⁵³ de 1931, promover a sistematização dos serviços estatísticos nas repartições federais, estaduais e municipais, tornando-as uniformes no Brasil. O documento sugere que a uniformização das estatísticas nacionais, considerando sua divisão administrativa, permanecia um desafio.

Léo de Affonseca foi nomeado diretor geral do Departamento Nacional de Estatística, exercendo ainda funções ligadas às relações exteriores. Foi ele quem presidiu, em 1933, a Comissão Interministerial responsável por apresentar a proposta de criação de um Instituto Nacional de Estatística (INE). Mário Augusto Teixeira de Freitas foi o secretário e relator desta Comissão.

⁵¹ Os serviços de Colonização não raramente levavam agricultores a lotes de terra habitados por populações indígenas, com graves conflitos. Nesse contexto, chama a atenção o fato de o SPI estar dentro do mesmo departamento.

⁵² A Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT ocorreria pouco tempo depois, em 1943.

⁵³ Decreto nº 19.669 de 1931, Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19669-4-fevereiro-1931-518976-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 14/09/2022.

Em agosto de 1936, a Convenção Nacional de Estatística foi realizada, formalizando as diretrizes do Conselho Nacional de Estatística. Concomitantemente, em março de 1937 foi criado o Conselho Brasileiro de Geografia (CBG), que logo se tornaria o Conselho Nacional de Geografia (CNG), incorporado pelo INE por meio do Decreto nº 1.527⁵⁶ com a atribuição de:

reunir e coordenar, com a colaboração do Ministério da Educação e Saúde, os estudos sobre a Geografia do Brasil e a promover a articulação dos Serviços oficiais (federais, estaduais e municipais), instituições particulares e dos profissionais, que se ocupem de Geografia do Brasil no sentido de ativar e sistematizado do território pátrio (BRASIL. Decreto n. 1.527, 1937).

Outro propósito do CNG seria viabilizar a adesão à União Geográfica Internacional, sendo uma das condicionantes a existência de um órgão nacional de Geografia. Seu secretário geral, Cristóvão Leite de Castro (1904 – 2002), era chefe da seção de Estatística Territorial e participou da elaboração do CNB (SENRA, 2014). Castro permaneceu nesta posição após a transição para o Estado Novo e a criação do IBGE.

A Constituição de 1937 deveria ser submetida a um plebiscito e previa a realização de eleições para o Parlamento que jamais ocorreram. Na verdade, diz Boris Fausto (2019), o Estado de Emergência não foi revogado e Getúlio Vargas manteve o poder de governar durante a totalidade do Estado Novo por meio de Decretos-Leis. Nesse cenário, figura o Decreto-Lei nº 218⁵⁷ de 1938, responsável por alterar o nome do então Instituto Nacional de Estatística e o do Conselho Brasileiro de Geografia, transformando-os em Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: o IBGE.

Da perspectiva socioeconômica, Boris Fausto (2019) sintetiza o Estado Novo como resultado de uma aliança da burguesia industrial e da burocracia civil e militar, com o objetivo de industrializar o país sem grandes turbulências sociais: uma modernização autoritária. Tal regime foi, até então, o mais centralizador desde a independência do Brasil, sendo imperiosa a construção de um robusto aparato estatal

⁵⁶ Decreto 1.527, de 24 de março de 1937. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-1527-24-marco-1937-449842-norma-pe.html>>. Acesso em: 05/10/2022.

⁵⁷ Decreto-Lei nº 218 de 26 de janeiro de 1938. Disponível em: <

alinhado à premissa de modernização. Indústrias como a do petróleo foram nacionalizadas e houve a criação de Companhias, Institutos e Órgãos de importância nacional.

Nesse breve período, se comparado ao histórico das estatísticas no Brasil desde o império, é fundamental observar a centralização e o reforço das estruturas burocráticas em torno das estatísticas nacionais. Se antes o avanço das estatísticas parecia depender de esforços dispersos, de agentes e órgãos específicos, de diferentes entes federativos, agora havia um esforço amplamente coordenado por um Estado totalitário.

A partir daí, o IBGE organizou todos os censos do Brasil, tendo se tornado o principal produtor e provedor de informações estatísticas sobre o país. Não é leviano afirmar que as estatísticas demográficas brasileiras se confundem com a história, a institucionalidade e a atuação do IBGE, assim como ao próprio Estado brasileiro. Decorre daí que os censos, como os conhecemos, desenvolveram-se junto ao IBGE, não sendo possível dissociar os censos do Instituto. O censo de 1940 será tema desta dissertação por ser o primeiro realizado sob a coordenação do IBGE, uma nova e inédita estrutura estatal.

Esta breve revisão sobre o início dos censos demográficos entrelaçada à estrutura burocrática da estatística no Brasil teve como propósito tecer contornos fundamentais até o marco institucional central desta dissertação: a criação do IBGE e o censo de 1940. A Diretoria Geral de Estatística, as seções de estatística comercial anexas às associações comerciais do país e a Diretoria Geral de Saúde Pública, o INE, o CNE e o CNG, cada qual com agentes e agências, compuseram o desenho institucional da estatística do Brasil até o início do Estado Novo. Em conjunto, formaram redes por meio das quais circularam pessoas, questões sociais, econômicas e políticas de Estado.

Passamos também pelos quesitos censitários e seu vínculo com o propósito manifesto de conhecer o Brasil. Se é verdadeiro que os censos estavam alinhados às recomendações dos Congressos Internacionais de Estatística, é igualmente verdade que eles tomaram contornos próprios, por meio de quesitos como os de cor e raça, que ora apareciam, ora saíam do questionário, com alternativas que variavam conforme o censo, o governo e seus agentes. Ao empregarmos um olhar atual e retrospectivo aos questionários e à fundação do INE, CNE e CNG, é possível concluir que eles foram a base da construção do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística,

o IBGE. Atualmente, após passar por diferentes regimes e governos, o IBGE permanece essencial para a produção de estatística e de conhecimento sobre o Brasil.

Ainda assim, em consonância com Natalia Gil (2007), compreende-se que as formas institucionais através das quais as estatísticas se materializaram são um componente relevante, intrínseco aos censos, e que precedem o IBGE. Concordamos com Natalia Gil (2007) quando ela critica abordagens⁵⁸ que se referem ao período de 1871 a 1940 como essencialmente marcado por lacunas, descontinuidades e percalços. Versões como esta aplicariam ao IBGE uma visão quase contraposta, pelo forte intento de situá-lo enquanto fundador exclusivo de iniciativas contemporâneas. Dito de outra forma, se os problemas anteriores ao IBGE são ressaltados pela literatura, aos posteriores não se deu a mesma ênfase. Não obstante, a narrativa sobre o IBGE como algo tão novo (quanto o próprio Estado Novo) parece um artifício discursivo importante no Governo Vargas, ao enfatizar uma ruptura com o passado recente daquele Brasil a ser redescoberto.

Se a sua forma institucional era nova, os intelectuais que o compuseram não eram pessoas desconhecidas da burocracia brasileira. Pelo contrário, eles circulavam intensamente pelas instituições mesmo antes do Estado Novo e faziam parte do restrito círculo dos bacharéis e das elites econômicas. Não houve, assim, uma ruptura absoluta ou definitiva com projetos anteriores relacionados a estatísticas sobre o Brasil, nem mesmo uma forma completamente nova de se pensar sobre essas estatísticas.

O IBGE não se situa ao extremo da ruptura total com o passado, nem à ao outro extremo, da completa permanência. Entre ambos, a criação do IBGE abriu oportunidades e agregou agentes de forma peculiar. Trouxe inovações técnicas e enfrentou problemas, como veremos. De certo modo, o IBGE pode ser lido como uma materialização do projeto do Estado Novo.

⁵⁸ Gil provavelmente se refere ao trabalho de Senra: *História das Estatísticas Brasileiras*. São quatro extensos volumes escritos pelo pesquisador que trabalhou por décadas no IBGE. Além disso, verifica-se que a maior parte dos autores e autoras que falam sobre o IBGE trabalharam no Instituto e parecem compartilhar visões similares sobre ele.

3 O RECENSEAMENTO DE 1940

Pode-se dizer, sem exagero, que a tarefa confiada a muitos desses obscuros servidores da brasilidade foi semelhante à dos velhos pioneiros que alargaram, em todos os rumos, as fronteiras da Pátria (...).

As riquezas que esses novos arautos da civilização extraíram do âmago do imenso território brasileiro valem, entretanto, algo mais do que os metais preciosos e os escravos que buscavam os valentes sertanistas dos séculos XVII e XVIII. As bandeiras de agora diferiam das antigas pela missão de paz e de altruísmo que levaram os recônditos sertões no propósito edificante de revelar ao mundo um Brasil desconhecido.

Carneiro Felipe, presidente da Comissão Censitária nacional, 1940, p. 444.

3.1 A ESTRUTURA DO IBGE E OBSERVAÇÕES INICIAIS SOBRE O CENSO DE 1940

A estrutura do IBGE⁵⁹ nasce complexa, englobando e reforçando formas institucionais estabelecidas desde os anos 1930, em grande medida influenciadas pelo trabalho de Teixeira de Freitas. Importa conhecer essa estrutura porque a composição da CCN guardava estreito vínculo com os demais âmbitos do Sistema Estatístico Nacional e com pastas estratégicas do governo. O Instituto compreendia dois sistemas permanentes: o de Serviços Estatísticos e o de Serviços Geográficos, além dos Serviços Censitários, de caráter periódico⁶⁰.

⁵⁹ Esquema completo disponível nos anexos.

⁶⁰ A descrição do esquema estrutural de fundação do IBGE consta nas edições iniciais da Revista Brasileira de Estatística (RBE), assim como as listas de integrantes do Conselho Nacional de Estatística.

Figura 7 – Estrutura de fundação do IBGE

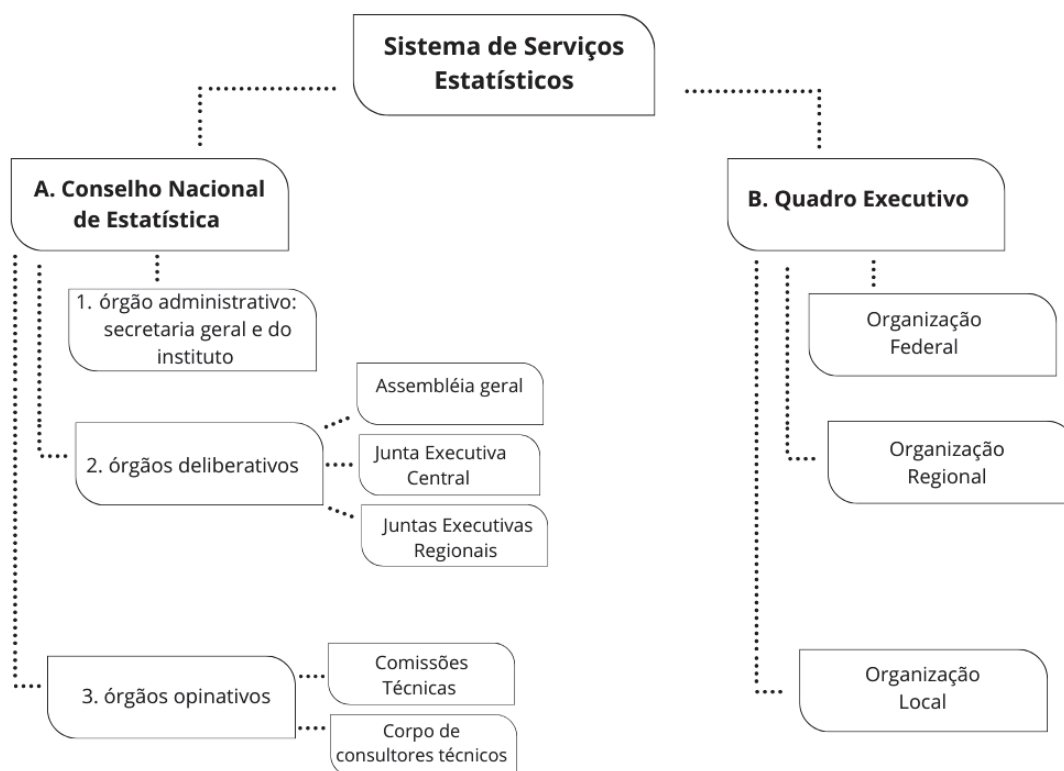


Fonte: a autora, com base na Revista Brasileira de Estatística v1 n1, 1940.

O Sistema dos Serviços Estatísticos dispunha de um quadro executivo de três instâncias: Organização Federal (União); Organização Regional (repartições estaduais) e Organização Local (serviços municipais) e continha o Conselho Nacional de Estatística (CNE).

O CNE, por sua vez, era composto por A) órgão administrativo: a Secretaria Geral do Conselho e do INE; B) órgãos deliberativos: Assembléia Geral, formada pela Junta Executiva Central, com representantes da União, e pelas Juntas Executivas Regionais, que representavam os estados, Distrito Federal e território do Acre; e C) órgãos opinativos: Comissões Técnicas, divididas em Comissões Permanentes e Comissões Especiais, bem como um Corpo de Consultores Técnicos eleitos pela Assembleia Geral.

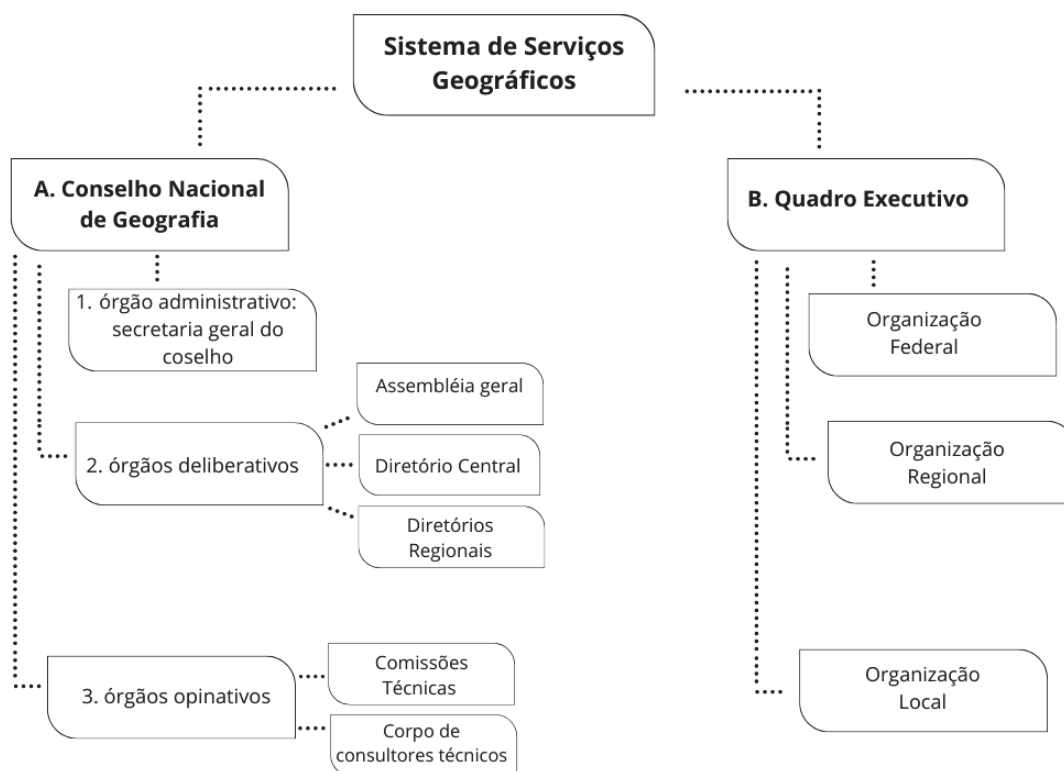
Figura 8 – Sistema de Serviços Estatísticos, estrutura de fundação do IBGE



Fonte: a autora, com base na Revista Brasileira de Estatística v.1, n.1, 1940.

O Sistema dos Serviços Geográficos funcionava do mesmo modo: havia um quadro executivo de três instâncias, composto por representantes da União, estados e municípios, e o Conselho Nacional de Geografia. O CNG igualmente contava com A) órgão administrativo: a Secretaria Geral do Conselho; B) órgãos deliberativos: Assembleia Geral, composta por Diretório central e Diretórios Regionais; e C) órgãos opinativos: comissões técnicas e consultores técnicos, subdivididos em nacionais e regionais. Era prevista a participação de um representante do CNE no Diretório Central do CNG, provavelmente para garantir o alinhamento entre as duas frentes.

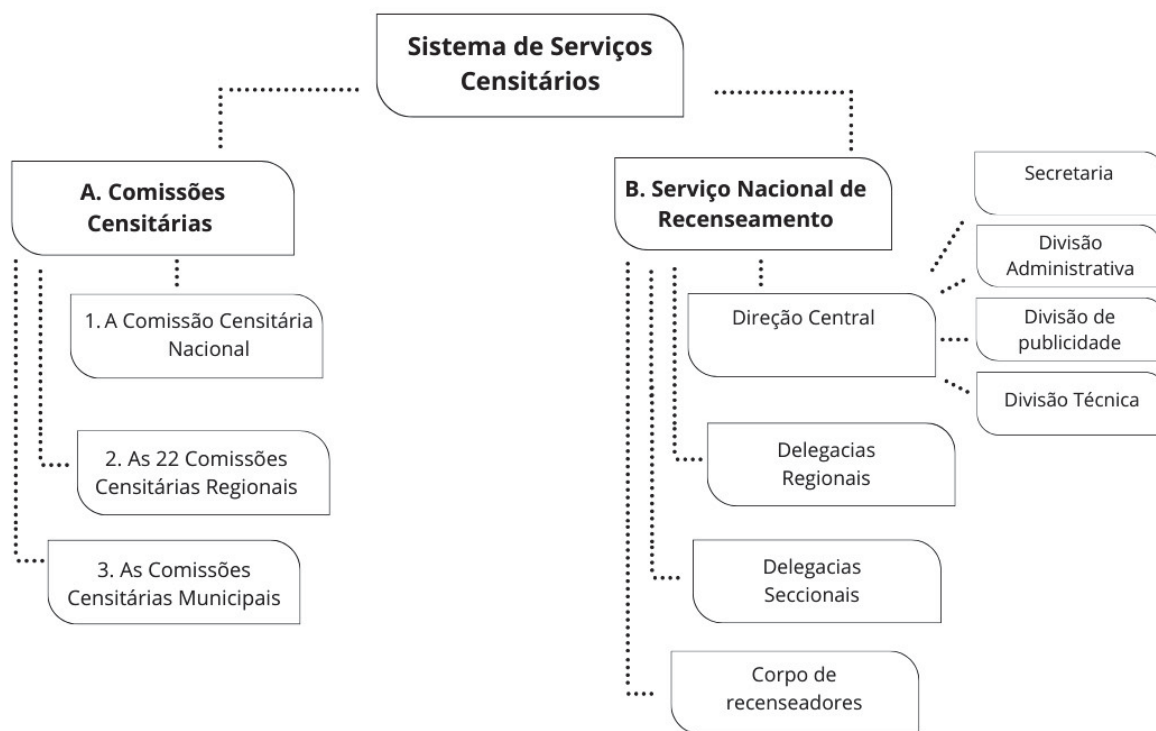
Figura 9 – Sistema de Serviços Geográficos, estrutura de fundação do IBGE



Fonte: a autora, com base na Revista Brasileira de Estatística v.1, n.1, 1940.

Finalmente, o Sistema dos Serviços Censitários, de maior importância nesta pesquisa, era composto pelos órgãos deliberativos: Comissões Censitárias, divididas em Comissão Censitária Nacional, 22 Comissões Censitárias Regionais, e Comissões Censitárias Municipais; bem como órgãos executivos, em conjunto chamados de Serviço Nacional de Recenseamento. Este contemplava uma Direção Central, Delegacias Regionais, Delegacias Seccionais (117 grupos de municípios); Delegacias Municipais e Corpo de Recenseadores.

Figura 10 – Sistema de Serviços Censitários, estrutura de fundação do IBGE



Fonte: a autora, com base na Revista Brasileira de Estatística v.1, n.1, 1940.

O sistema de serviços censitários esteve presente desde a concepção do IBGE, o que sugere a importância dos censos para o órgão e, por conseguinte, para o Brasil do Estado Novo. A divisão oficial de responsabilidades e atribuições entre união, estados e municípios demonstra a intenção explícita de cooperação entre os entes federativos, um desafio desde os tempos de Bulhões de Carvalho, como já vimos. Nesta divisão, a palavra final seria do grupo nacional, em um contexto de grande centralização política.

A implementação da nova estrutura foi citada em tom elogioso pelo IBGE na divulgação dos resultados censitários para justificar a possibilidade de realização de recenseamento abrangente como de 1940:

Em 1940, o panorama da administração brasileira oferecia perspectivas favoráveis à realização do Recenseamento Geral, uma vez que a radical modificação de estrutura dos serviços de estatística, que se vinha processando nos últimos anos, dotara a organização administrativa do país por meios adequados a garantir-lhe as necessárias condições de êxito. (IBGE, 1950, xi).

Outro ponto relevante diz respeito à estrutura do Serviço Nacional de Recenseamento. As três divisões da direção central chamam a atenção porque compunham o núcleo dos recenseamentos: a parte administrativa, a parte de publicidade e a parte técnica. A publicidade detinha o mesmo peso e nível hierárquico da parte técnica e da administrativa. Aqui, ela deve ser compreendida como propaganda para ensinar a participação⁶¹ do censo e provavelmente para a divulgação de seus resultados.

A pesquisa de Lícia Rubinstein (2007), por exemplo, analisa as peças gráficas do censo demográfico de 1940. A autora identifica mensagens sobre identidade, exatidão científica, patriotismo, militarismo e industrialização que iam ao encontro das premissas daquele regime e estavam alinhadas ao discurso do Estado Novo. No governo Vargas, de modo geral, a publicidade passava por todas as instâncias estratégicas, sendo ela própria um eixo base do Estado Novo. Era um aspecto crucial para o regime.

O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do Estado Novo participou ativamente do recenseamento de 1940 e do IBGE, por meio da atuação de representantes na Comissão Censitária, da publicação de artigos na revista *Cultura Política*, e da utilização dos dados estatísticos para propaganda governamental. Regina C. A. de Oliveira (2005) discutiu em sua pesquisa de mestrado a relação entre o IBGE e o projeto político-cultural do Estado Novo. Sua leitura é a de que a capilaridade territorial alcançada pelo IBGE era aproveitada para a promoção da propaganda do governo e da cultura política do Estado Novo, com o intento de disseminar ações e o espectro da pretendida identidade nacional. O DIP, criado em 1939, centralizou tal objetivo e buscava impor o controle à opinião pública. Rádio, música, cinema, livros, revistas e musicais compunham o arsenal de comunicação do Governo autoritário de Vargas.

Por outro lado, o IBGE se utilizaria desses meios de comunicação para divulgar feitos e informações do sistema estatístico nacional, bem como comunicados chamados por Oliveira de doutrinários, com “o intuito de criar no país um ambiente social favorável à estatística” (OLIVEIRA, 2005, p. 84). A “Hora do Brasil”, programa

⁶¹ Há um vídeo no canal do IBGE no Youtube que apresenta Spot de rádio, cartazes e fotos do Recenseamento Geral de 1940. No final há um trecho da música *Recenseamento*, composta por Assis Valente e gravada por Carmen Miranda. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uO9uYBjl_RE>. Acesso em: 08/03/2023.

de rádio, teria sido mobilizado diversas vezes com esta finalidade. Essa informação é especialmente relevante se considerarmos que a primeira emissora de rádio no Brasil era recente, fundada em 1923 pela Academia Brasileira de Ciências, com o objetivo de promover um projeto de educação e divulgação científica (FONSECA; HOCHMAN; LIMA, 2006, p. 31).

O Estado Novo constrói o ápice da ossatura estatal existente até então no Brasil e, assim, novas capacidades de se fazer política. Mesmo quando Getúlio Vargas deixa o poder, a força dessa ossatura de Estado permanece. O IBGE é peça fundamental desse contexto.

3.2 A COMISSÃO CENSITÁRIA NACIONAL DE 1940

Ainda dentro do Sistema de Serviços Censitários, nos interessa sobretudo a Comissão Censitária Nacional. A ela cabia a tarefa de debater e definir as questões que entrariam no censo demográfico, entre outras atribuições. A Comissão Censitária Nacional⁶² (CCN) era indicada no artigo 7º do Decreto-Lei nº 969⁶³, de dezembro de 1938 (sobre recenseamentos gerais no Brasil), como a responsável pelo planejamento e acompanhamento da execução do censo. Era ela quem definiria as perguntas, alternativas e a operacionalização da pesquisa, além de aspectos administrativos a serem desdobrados nos estados e principalmente nos municípios. Sua composição básica era a seguinte:

A Comissão Censitária Nacional, órgão deliberativo e controlador, compõe-se dos membros da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, do Secretário do Conselho Nacional de Geografia, do Diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda, de um representante do Conselho Atuarial e de três outros membros- um dos quais como seu Presidente e Diretor dos trabalhos censitários- eleitos por aquela Junta em nome do Conselho Nacional de Estatística, verificando-se a confirmação dos respectivos mandatos mediante ato do Poder Executivo (Revista Brasileira de Estatística, 1940, v.1, n.4, p. 1).

A princípio, a CCN teria duração de cinco anos, portanto até 1943, mas foi prorrogada até 1944. De acordo com o Decreto, a Comissão seria definida pelo IBGE,

⁶² Fonte: publicação “Censo Demográfico: população e habitação. Quadros de totais para o conjunto da união e de distribuição pelas regiões fisiográficas e unidades federadas. Série Nacional, volume 2. Rio de Janeiro, Serviço gráfico do IBGE, 1950.

⁶³ Decreto-Lei nº 969 de 1938. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del0969.htm>. Acesso em: 30/07/2022.

todavia o alcance dos seus poderes e a decisão quanto aos seus membros deveriam ser confirmados por ato do Poder Executivo. Em outras palavras, o próprio Getúlio Vargas. Carvalho (1948) aponta a existência de dois tipos de integrantes da CNN: os eleitos pela Junta Executiva Central do CNE, e os chamados membros natos, representantes de ministérios do governo e dos serviços de estatística do país. O Presidente da Comissão deveria ser um dos eleitos, e quanto aos demais,

Alguns dos membros natos são técnicos em estatística, mas os demais, assim como os membros eleitos, podem ser, ou deixar de ser, especialistas na referida matéria, uma vez que apenas são investidos como representantes de serviços públicos interessados no recenseamento ou eleitos como expressões da cultura brasileira. É eclética, portanto, a composição. (CARVALHO, 1948, p. 18).

Ao final, a CCN incluiu representantes de todos os Ministérios. Aqui, começamos a responder a uma das questões colocadas no início deste trabalho: quem pensou o censo demográfico brasileiro de 1940?

Os nomes que passaram⁶⁴ pela Comissão Censitária foram os seguintes:

Quadro 1 - Composição da Comissão Censitária Nacional

Comissão Censitária Nacional de 1938 - 1944			
Função	Nome	Formação	Principais cargos até o período de 1938-1944
Presidente	Professor José Carneiro Felipe ⁶⁵ (1886 - 1951)	Escola de Minas de Ouro Preto - Engenharia de Minas, Metalurgia e Civil (MG)	1916 - Engenheiro chefe das obras de saneamento de São João del Rei; 1918 a 1919 - Diretor do Laboratório de Análises química e microscópicas de Minas Gerais; 1921 a 1938 - Chefe da seção de química aplicada do Instituto Oswaldo Cruz. 1925 - Membro efetivo da seção Físico Química da Academia Brasileira de Ciência; 1929 a 1933 - Presidente da Sociedade Brasileira de Química;

⁶⁴ Eles não estiveram todos simultaneamente na CCN. Os representantes de ministérios variavam conforme a composição do órgão.

⁶⁵ COSTA, J.J. da Serra. Carneiro Felipe: estudo biográfico. REM: R. Esc. Minas, Suplemento Especial 2 Ouro Preto, jul. set. p. 1-14. 2012.

			1933 - Membro Interino do Conselho Nacional de Educação. 1933 - Diretor do Gabinete do Ministro da educação e saúde; 1934 - Chefia do laboratório de química fisiológica e terapêutica do centro internacional de leprologia da Liga das Nações. Fundador, diretor e professor da Escola Nacional de Química da Universidade do Brasil.
Membros	Elmano Gomes Cardim ⁶⁶ (1891 - 1979)	Faculdade de Direito do Rio de Janeiro - Direito (1910 - 1914) (RJ)	1909 - Revisor no Jornal do Commercio (RJ)⁶⁷ 1915 a 1926 - oficial de gabinete dos Ministros da Justiça⁶⁸. 1927 - Funcionário do Arquivo Nacional (sem data de saída) 1935 a 1957 - Diretor do Jornal do Comércio⁶⁹. 1935 - Chefe da delegação de jornalistas que acompanhou Getúlio Vargas em viagem a países do Prata; 1937 - Sócio honorário do IHGB; 1938 - Um dos fundadores do Instituto de Petrópolis. 1941 - Co-Proprietário do Jornal do Comércio, Diretor da Associação Brasileira de Imprensa e da Associação Comercial do Rio de Janeiro.

⁶⁶ Fonte: Memória IBGE. Disponível em: <<https://memoria.ibge.gov.br/historia-do-ibge/galeria-de-presidentes/20963-elmano-gomes-cardim.html>>. Acesso em: 21/02/2023.

⁶⁷ O Jornal do Comércio é o segundo periódico mais antigo do Brasil. Contou com nomes como o visconde de Taunay e o barão do Rio Branco, Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, José de Alencar, Homem de Mello, Félix Pacheco, Alcindo Guanabara, Austregésilo de Athayde, entre outros. Fonte: Biblioteca Digital Brasil – Jornal do Comercio. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/artigos/jornal-do-commercio-rio-de-janeiro/>>. Acesso em: 21/02/2023.

⁶⁸ Fonte: Revista Brasileira - Academia Brasileira de Letras. Janeiro/ dezembro, n. 6, fase IV, 1980. pp. 11 a 17.

⁶⁹ Fonte: Biblioteca Digital Brasil - Jornal do Comercio. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/artigos/jornal-do-commercio-rio-de-janeiro/>>. Acesso em: 21/02/2023.

	Padre Leonel da Silveira Franca ⁷⁰ (1893 - 1948)	Filosofia (1912-1915) na Pontifícia Universidade Gregoriana (Itália) - Teologia e filosofia (1920 -1923) em Roma.	1916 a 1919 - professor do Colégio Santo Inácio, das disciplinas de Religião, Filosofia, Química, História Natural, Álgebra, Geometria e Trigonometria. 1926 - Professor de História da Filosofia no Colégio Anchieta de Nova Friburgo. 1927 - Assistente Eclesiástico do Centro Dom Vital e da Ação Universitária Católica; 1931 - Membro do Conselho Nacional de Educação 1931 - Um dos fundadores do Instituto Católico de Estudos Superiores 1933 - Assistente eclesiástico da Confederação Católica Brasileira de Educação e redator, junto com Alceu Amoroso Lima, do documento "Reivindicações Católicas", enviado à assembleia constituinte. 1937 - Representante do campo da religião do Conselho Nacional de Estatística. 1940 - Reitor da Universidade Católica do Rio de Janeiro.
Diretor do serviço de estatística do Ministério da Agricultura	Rafael da Silva Xavier ⁷¹ (1894 - 1982);	Faculdade de Direito de Recife (PE)	1927 a 1931 - diretor de Estatística do Estado de Pernambuco; 1933 a 1937 - diretor do Ministério da Agricultura 1938 a 1942: diretor de Divisão do Departamento Administrativo do Serviço Público ⁷² ; (? -?) diretor do Serviço Nacional de Recenseamento do IBGE.

⁷⁰ Fonte: Memória Puc Rio - Galeria de Reitores. Disponível em: <<http://nucleodememoria.vrac.puc-rio.br/70anos/perfis/galeria-dos-reitores/padre-leonel-edgar-da-silveira-franca-sj-1940-1948.html>>. Acesso em: 21/02/2023.

⁷¹ Fonte: Memória IBGE. Disponível em: <<https://memoria.ibge.gov.br/historia-do-ibge/galeria-de-presidentes/20970-rafael-da-silva-xavier.html>> e Vultos da Estatística Brasileira – RBE, v 8, 1947. P. 545.

⁷² Em 1961, foi presidente do IBGE. Fonte: IBGE, Documentos para Disseminação – Memória Institucional 13: o IBGE na história do municipalismo e sua atuação nos municípios. 423. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv38889.pdf>>.

	Alberto Ribeiro de Cerqueira Lima ⁷³ (1896 - 1947)	Escola Politécnica do Rio de Janeiro - engenharia civil (RJ)	1919 - Divisão de águas do Ministério da agricultura; 1920 - Auxiliar na seção de cartografia, na Diretoria Geral de Estatística; Serviço Geológico e Mineralológico do Ministério da Agricultura 1930 - Cartógrafo chefe da Diretoria geral e estatística 1931 - Técnico do Ministério de Educação e Saúde (MES). Presidente da Associação Brasileira de Educação; 1936 - Organização da Exposição Nacional de Estatística e Educação, comissão de eficiência do MES. 1938 - Diretor do serviço de estatística do Ministério da Agricultura.
Diretor do serviço de Estatística do Ministério da Educação e Saúde	Mário Augusto Teixeira de Freitas (1890 - 1956) ⁷⁴	Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro - Direito (RJ)	1911 - Ingressou no serviço público na DGE, dentro do Ministério da Agricultura, Viação e Obras Públicas. 1920 - Delegado Geral do Recenseamento em Minas Gerais 1930 - Organização do Ministério da Educação e Saúde Pública, na Diretoria de Informações, Estatística e Divulgação. 1936 a 1948 - Secretário Geral do Conselho Nacional de Estatística, do Instituto Nacional de Estatística, que passou a ser o IBGE. 1941 - Participou da fundação do Instituto Interamericano de Estatística.
Diretor do serviço de Estatística do Ministério da Fazenda	Léo de Affonseca (1878- ?) ⁷⁵ ;	Escola Militar da Praia Vermelha do Rio de Janeiro (RJ)	1898 - Serviços estatísticos do Ministério da Viação; 1899 - Escriturário da Diretoria de Estatística Comercial (DEC)

⁷³ Revista Brasileira de Estatística. Vultos da Estatística Brasileira: A. R. de Cerqueira Lima. v. 8 n30/31. p. 545 - 546.1947.

⁷⁴ Fonte: IBGE, nota biográfica. In: Documentos para Disseminação. Encontro comemorativo do centenário de Teixeira de Freitas. CDDI. Rio de Janeiro, 1991.

⁷⁵ Revista Brasileira de Estatística. Vultos da Estatística: Léo de affonseca. v.1, n.4, p. 738 - 740. 1940.

			1908 a 1917 - organização do arquivo do comércio externo do Brasil para a seção de Negócios Comerciais do Ministério do Exterior; 1917 - Diretor da DEC 1918 - Subcomissário da Alimentação Pública; 1924 - Membro da comissão organizadora da exposição do centenário; 1931 - Diretor Geral do Departamento de Estatística do Ministério do Trabalho. 1934 - Diretoria de estatística econômica e financeira e consultor técnico do Conselho Federal do Comércio Exterior 1937 - Delegado técnico do Ministério da Fazenda. 1938 - Representando do IBGE no corpo de consultores técnicos do Conselho de Comércio Exterior; .
	João de Lourenço ⁷⁶ (1893- 1980);	Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil - Ciências jurídicas e sociais (RJ)	Ocupou diversos cargos em órgãos públicos, ligados majoritariamente ao Ministério da Fazenda (MF). 1937 - Redator econômico-financeiro, no Jornal do Comércio. Consultor técnico do Conselho Federal do Comércio Exterior. Membro de comissão reservada do Ministério das Relações Exteriores para exame da política comercial do Brasil. 1938 - Membro do Conselho Federal do Comércio Exterior. 1939 - Secretário-chefe do gabinete do ministro da Fazenda. Diretor do serviço de estatística econômica e financeira do MF; 1941 - Presidente da comissão para o estudo das

⁷⁶ Posteriormente, foi Presidente do IBGE (1961). Fonte: CPDOC. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lourenco-joao-de>>.

			condições do mercado interno; 1943 - Assessor técnico e membro da Comissão Federal de Preços, como representante do IBGE.
	Josué Serôa da Mota;	Sem informação	Sem informação
Diretor do serviço de Estatística do Ministério da Justiça e Negócios Interiores	Heitor Bracet;	Direito	1930 a 1931 - oficial de gabinete do Ministro da Justiça ⁷⁷ 1936 - Presidente do Instituto Nacional de Estatística e da Assembléia Convencional ⁷⁸
Diretor do serviço de Estatística do Ministério do trabalho, indústria e comércio	Oswaldo Gomes da Costa Miranda;	Sem informação	Sem informação
Representante do Ministério da Viação e Obras Públicas	Joaquim Licínio de Sousa Almeida (1884 - ?);	Sem informação	Sem informação
	Mário de Lacerda Gordilho;	Sem informação	Sem informação
	Moacir Malheiros Fernandes Silva (1891 - ?);	Escola Politécnica do Rio de Janeiro, Engenharia Civil ⁷⁹ (RJ)	1931 - Consultor técnico do Ministério de Viação 1942 - Consultor técnico do Conselho Nacional de Geografia ⁸⁰
Representante do Serviço atuarial do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio	João Lyra Madeira ⁸¹ (1909 - 1979)	Escola Politécnica do Rio de Janeiro - Engenheiro geógrafo (1930) e Engenheiro Civil (1932). (RJ)	1933 - Assistente técnico do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) 1933 a 1936 - Atuário Adjunto do MTIC Chefe de divisão técnica do departamento nacional de seguros privados e

⁷⁷ Correio da Manhã, 19 de dezembro de 1930.

⁷⁸ Informação retirada da Convenção Nacional de Estatística de 1936, p. 6.

⁷⁹ Fonte: "O novo consultor técnico da viação". Correio da manhã, 25 de fevereiro de 1931. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&pesq=hythergraphos&pagfis=6025> e Vultos da Estatística Brasileira: professor João Lyra Madeira, RBE N40, 1979.

⁸⁰ Não foram encontradas informações sobre ele. Há um artigo de sua autoria na RBG de 1942, chamado "Geografia das fronteiras no Brasil", em que ele é apresentado como engenheiro e consultor do CNG. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1942_v4_n4.pdf>.

⁸¹ SILVA, L. Vultos da Estatística Brasileira: professor João Lyra Madeira. in: Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro: IBGE, v. 40, n. 157/158, p. 215-216, jan/jun. 1979.

			capitalização do MTIC; Consultor atuarial do IAPI, Chefe do Departamento do IPASE e consultor Atuarial do IRB.
	Oscar Edivaldo de Pôrto Carreiro ⁸² ;	Sem informação	Professor da Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil (sem informação de ano).
Diretor do departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)	Lourival Fontes ⁸³ (1899 - 1967);	Faculdade de Direito do Rio de Janeiro (RJ)	Jornalista. 1934 a 1938 - diretor do Departamento de Prop. Dif. Cult.; 1938 a 1939 - diretor do Depto. Nac. Propaganda; 1939 a 1942 - diretor do DIP.
	Tenente Coronel Antônio José Coelho dos Reis ⁸⁴ (1898 - ?) ;	Escola Militar do Realengo (RJ)	1932 - Torna-se capitão 1937 - Torna-se major 1942 a 1943 - diretor do DIP (substituindo Lourival Fontes) 1943 - Promovido a tenente- coronel.
	Capitão Almilcar Dutra de Meneses ⁸⁵ (1908 - 1965);	Escola Militar do Realengo (RJ)	1942 - Diretor da Divisão de Rádio do DIP 1943 - Diretor Geral do DIP Professor de escolas militares.
Secretário Geral do Conselho Nacional de Geografia	Cristóvão Leite de Castro (1904- 2002)	Escola Politécnica do Rio de Janeiro - Engenheiro geógrafo e civil (RJ)	1933 - Seção de estatística territorial da Diretoria de Estatística e Publicidade, do Ministério da Agricultura. 1937 a 1950 - Secretário Geral do Conselho Nacional de Geografia.
Representante do Ministério das Relações Exteriores	Luiz Felipe do Rêgo Rangel;	Sem informação	Sem informação
	Carlos Alberto Gonçaves;	Sem informação	Sem informação

⁸² Carreiro publicou um artigo na RBE em 1948 no qual é identificado como professor da escola nacional de engenharia da Universidade do Brasil. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/111/rbe_1948_v9_n35.pdf>

⁸³ Fonte: CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fontes-lourival>

⁸⁴ Fonte: CPDOC. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-jose-coelho-dos-reis>>.

⁸⁵ Fonte: CPDOC. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/meneses-amilcar-dutra-de>>.

	Landulfo Antônio Borges da Fonseca;	Sem informação	Sem informação
	Luiz Camilo de Oliveira Neto ⁸⁶ (1904 - 1953);	Escola de Engenharia de Belo Horizonte - química industrial (MG)	1924 - Químico na Secretaria do Interior e Justiça de Minas Gerais; 1934 - Servidor do Ministério da Educação e Diretor da Casa de Rui Barbosa; 1938 - Professor catedrático de história do Brasil da Universidade do Distrito Federal - UDF e diretor da Faculdade de Política e Economia. 1939 - Reitor da UDF. 1940 a 1943 - diretor do Serviço de Documentação e da Biblioteca do Itamarati. Exonerado pelo Manifesto ao Povo Mineiro, retornaria ao serviço público em 1945.
	João de Lourenço;		
Representante do Ministério da Guerra	Capitão José Correia de Melo;	Sem informação	Sem informação
	Major Iraci Ferreira de Castro;	Sem informação	Sem informação
	Major José Luiz Guedes;	Sem informação	Sem informação
	Tenente Coronel Frederico Augusto Rondon;	Sem informação	Sem informação
Representante do Ministério da Marinha	Capitão de Corveta Manuel Pinto Ribeiro Espíndola;	Sem informação	Sem informação
Representante do Ministério da Aeronáutica	Tenente Coronel Aviador Plínio Raulino de	Sem informação	Sem informação

⁸⁶ Fonte: CPDOC. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/oliveira-neto-luis-camilo-de>>.

	Oliveira;		
	Coronel Lísias Rodrigues (1896-1957); Aviador Augusto (1896-1957);	Escola Politécnica do Rio de Janeiro - Engenheiro Geógrafo (RJ)	1921 - Comandante da Esquadilha Mista do Campo dos Afonsos 1922 - Comandante do Grupo de Esquadilha no Rio Grande do Sul 1924 - Comandante da 1.a Esquadilha de Bombardeio, em Pôrto Alegre, comandante da defesa aérea da fortaleza de Itaipus, 1936 a 1939 - chefiou a 1a, 2.a e 3.a Divisões de Diretoria da Aviação Militar 1939 - Comandante do 3 regimento de aviação Publicou cerca de trezentos artigos em defesa da navegabilidade do São Francisco.
Consultor técnico	Professor Giorgio Mortara (1885-1967)	Doutor em Jurisprudência pela Universidade de Nápoles (Itália)	1909 a 1914 - Livre docente em Estatística pela Universidade de Roma 1914 a 1924 - Instituto Superior de Ciências Econômicas e Comerciais de Roma, disciplina Estatística Metodológica, Demográfica e Econômica 1924 a 1938 - cadeira de Estatística e de Economia Política na Real Universidade de Milão e professor de Estatística e Diretor do Instituto de Estatística da Universidade Comercial L. Bocconi. 1939 - Técnico do Conselho Nacional de Estatística (CNE/ IBGE)
Secretário	Otávio Alexander de Moraes	Sem informação	Sem informação
	Heitor Elói Alvim Pessoa	Sem informação	Sem informação
	Maria do Carmo Lahmeyer Monteiro	Sem informação	Sem informação

Fonte: a autora.

Parte deles, como Cristóvão Leite de Castro e Mário Augusto Teixeira de Freitas já apareceram em tópicos anteriores desta dissertação, por suas carreiras relacionadas à estatística. Não foram localizadas informações sobre todos os 36 nomes que estiveram na Comissão⁸⁷. Entre os 17 integrantes com informações localizadas, 12 se formaram no Rio de Janeiro, 2 em Minas Gerais, 2 na Itália e 1 em Pernambuco, com formações relacionadas ao direito e à engenharia. Havia também militares: capitães, tenentes, maiores, coronéis.

Chama a atenção a ausência de representantes de outros estados que contavam com faculdades e cursos de ensino superior à época, como São Paulo ou mesmo o Paraná. Notável também era a falta de médicos, outrora predominantes nas estatísticas brasileiras. Em termos de gênero, a única mulher entre os nomes da Comissão Censitária era Maria do Carmo Lahmeyer Monteiro, na função “Secretaria”. Não foram encontradas informações sobre ela.

⁸⁷ Os representantes sem informações localizadas em geral não apareceram nas demais fontes dessa pesquisa. Assim, a ausência desses dados não é tão prejudicial à discussão.

Figura 11 – Reunião da Comissão Censitária de 1940



Fonte: Acervo IBGE.⁸⁸

Somente Giorgio Mortara (1885-1967) figurou oficialmente no Campo “Consultor Técnico” da Comissão Censitária. Mortara foi um estatístico italiano judeu reconhecido internacionalmente, considerado um dos principais precursores da estatística populacional no Brasil, onde passou a viver em 1939. O estudioso veio ao Brasil para escapar do fascismo⁸⁹ na Europa. Aceitou o convite de José Carlos de Macedo Soares, embaixador do Brasil e presidente do IBGE, para atuar como assessor técnico da Comissão Censitária Nacional e do Conselho Nacional de Estatística do Instituto. Mortara comentou suas percepções sobre os censos do Brasil em texto autobiográfico:

⁸⁸ Não há identificação dos nomes na fotografia, mas supõe-se, da esquerda para direita: 1. Rafael da Silva Xavier 2. Mário Augusto Teixeira de Freitas. 3. Padre Leonel da Silveira Franca. 4.? 5.? 6. José Carneiro Felipe. 7.? 8. José Carlos de Macedo Soares 9. 10.? 11.?

⁸⁹ Sobre o assunto, Santos observa: “Na verdade, chega a ser contraditório que o mesmo País que expulsou uma judia grávida de um brasileiro – Olga Benário – acolheria um descendente semita perseguido e ainda lhe dando emprego no próprio governo.” SANTOS, 2007, p. 13.

As discussões na Comissão e o exame da documentação disponível evidenciaram grandes deficiências nas estatísticas demográficas brasileiras; o censo anterior tinha sido feito vinte anos antes e havia suspeita de erros graves; as estatísticas dos nascimentos e dos óbitos se tinham tornado inválidas e falhas em consequência de grandes lacunas; não existiam estatísticas das migrações internas, e as das migrações internacionais eram incompletas. (MORTARA, 1985, p. 16).

O italiano criaria no IBGE o Laboratório de Estatística, início da formação técnica das primeiras gerações de estatísticos do Brasil. Em 1953, receberia o título de professor honoris causa da Universidade do Brasil (atual UFRJ) e em seu centenário (1985), seria homenageado pelo IBGE, assim como em ocasiões posteriores. Não por acaso, Mortara integra a lista “Pioneiros do IBGE”⁹⁰, publicada na seção de memória do site da Instituição.

Embora fosse o único consultor técnico da lista oficial da CCN, havia outros nomes detentores de prestígio intelectual na Comissão. Essa era uma forte característica tanto do grupo quanto da burocracia estatal no período. Do mesmo modo, é notável o intenso trânsito desses homens por entre as instituições governamentais, bem como as de ensino e de pesquisa existentes no Brasil.

O presidente da Comissão, José Carneiro Felipe, por exemplo, era bacharel em Ciências e Letras e em Engenharia de Minas, Metalurgia e Civil. Trabalhou em instituições como o Instituto Oswaldo Cruz (atual Fundação Oswaldo Cruz), a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, o Centro Internacional de Leprologia da Liga das Nações e a Universidade do Brasil. No governo, foi parte do Serviço de Medicamentos Oficiais do Brasil, do Gabinete do Ministro da Educação e Saúde e do Departamento Nacional de Ensino, assim como membro interino do Conselho Nacional de Educação. Ele teria sido um dos acadêmicos a acompanhar laureados do prêmio Nobel em visitas ao Instituto Oswaldo Cruz, como Albert Einstein, em 1925, e Marie Curie, em 1926. Era um nome influente nas instituições de ensino e pesquisa brasileiras.

⁹⁰ Disponível em: <<https://memoria.ibge.gov.br/historia-do-ibge/pioneiros-do-ibge.html>>. Acesso em: 18/07/2022.

Figura 12 - Visita de Albert Einstein ao Instituto Oswaldo Cruz, com a presença de Carneiro Felipe



Da esquerda para a direita, no primeiro plano: Carlos Chagas, Albert Einstein e José Carneiro Felipe. 1925.

Fonte⁹¹: Museu Regional de São João Del Rei.

Entre os representantes de Ministérios do governo, Mário Augusto Teixeira de Freitas e Christovão Leite de Castro⁹² compartilham com Mortara o espaço na lista dos chamados Pioneiros⁹³ do IBGE. A atuação de Teixeira de Freitas e a articulação em rede culminaram na base do Instituto Nacional de Estatística em seguida, do próprio IBGE, em termos de concepção e operacionalização. Os dois espaços seriam criações originais, próprias do Brasil:

⁹¹ Disponível em: <<https://museuregionaldesaojoaodelrei.museus.gov.br/gente-das-vertentes-jose-carneiro-felipe/>>. Acesso em: 21/07/2022.

⁹² Disponível em: <<https://memoria.ibge.gov.br/historia-do-ibge/pioneiros-do-ibge/20856-christovam-leite-de-castro.html>>. Acesso em: 18/07/2022.

⁹³ Disponível em: <<https://memoria.ibge.gov.br/historia-do-ibge/pioneiros-do-ibge.html>>. Acesso em: 20/07/2022.

A criação máxima do pensamento e ação de Teixeira de Freitas foi, sem dúvida, o IBGE. Baseado em seu plano de cooperação interadministrativa entre as três esferas governamentais - federal, estadual e municipal -, foi criado em 1934 e instalado em 1936 o Instituto Nacional de Estatística, que a partir de 1938 passa a denominar-se Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, pela associação nas mesmas bases de cooperação interadministrativa, do sistema de atividades geográficas. No período de 1936 a 1948 idealizou, planejou e consolidou a organização estatística brasileira como Secretário-Geral do Conselho Nacional de Estatística, órgão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (IBGE, xxx).

Os esforços para desenvolver a geografia brasileira dentro do aparato burocrático estatal estavam, simultaneamente, passando por processos de institucionalização, liderados por burocratas afeitos aos temas. Christóvão Leite de Castro, também parte da Comissão Censitária Nacional, foi chefe da Seção de Estatística Territorial do Ministério da Agricultura entre 1933 e 1937, e teria participado com Teixeira de Freitas da empreitada pelas estatísticas e pela geografia.

Leite de Castro foi considerado fundamental para o desenvolvimento e modernização da geografia no Brasil, tendo integrado diversas comissões, inclusive a Comissão Brasileira da União Geográfica Internacional⁹⁴. Ele era engenheiro geógrafo e civil formado pela Universidade do Brasil (UFRJ). O Conselho Nacional de Geografia e o projeto do Teleférico do Pão de Açúcar⁹⁵ seriam considerados por Leite de Castro seus dois principais feitos.

Rafael da Silva Xavier⁹⁶ é outro exemplo de integrante da CCN com carreira prévia na burocracia brasileira. Ele foi representante do Ministério da Agricultura na Comissão Censitária, era bacharel em Direito pela Faculdade de Recife. Foi diretor de Estatística do Estado de Pernambuco (1927-1931) e do Ministério da Agricultura (1933-1937). Seria diretor de Divisão do Departamento Administrativo do Serviço Público (1938-1942)⁹⁷.

⁹⁴ Criado na Bélgica em 1922.

⁹⁵ Curiosamente, Leite de Castro seria o responsável por projetar e supervisionar a construção do novo Teleférico do Pão de Açúcar no Rio de Janeiro, em 1972.

⁹⁶ Para saber mais: <<https://memoria.ibge.gov.br/historia-do-ibge/galeria-de-presidentes/20970-rafael-da-silva-xavier.html>>.

⁹⁷ Após o censo de 1940, seria diretor do Serviço Nacional de Recenseamento do IBGE; diretor do Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura (1942-1949); secretário-geral do Conselho Nacional de Estatística (1949-1951); diretor-executivo da Fundação Getúlio Vargas (1952); e membro do Conselho Econômico da Confederação Nacional da Indústria (1959), do Instituto Interamericano de Estatística, do Instituto Internacional de Estatística e do Comitê do Censo das Américas. Se tornaria presidente do IBGE em 1961, nomeado por Jânio Quadros, e seria exonerado no mesmo ano por João Goulart.

Em relação ao campo “Membros” da Comissão Censitária Nacional, nos documentos consultados não foram encontradas maiores explicações sobre a função de cada um no grupo. Com este título, aparecem duas figuras influentes: o jornalista Elmano Gomes Cardim (1891 - 1979) e Padre Leonel da Silveira Franca (1893 - 1948). O primeiro foi sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1937), um dos proprietários do importante “Jornal do Commercio” (a partir de 1941), e chegaria à presidência do IBGE (1954-1955)⁹⁸. O segundo foi um dos fundadores e Reitor da primeira Pontifícia Universidade Católica do Brasil, no Rio de Janeiro (PUC-RJ), em 1940⁹⁹. Era um dos representantes da ala conservadora da igreja católica com grande influência no Estado Novo e atuou principalmente no âmbito da educação, tendo composto, por exemplo, o Conselho Nacional de Educação, em 1931.

A partir dessa aproximação inicial, pode-se concluir que, de modo geral, a Comissão Censitária Nacional era constituída por um *ethos* de homens brancos de uma restrita elite intelectual presente na burocracia brasileira e de militares, em um Brasil cuja maioria da população não era alfabetizada. Eles vinham sobretudo de escolas de nível superior de direito e de engenharia do Rio de Janeiro e circulavam simultaneamente por variadas instituições públicas e de ensino, atuando em diferentes instâncias administrativas. Muitos deles construíram carreiras sólidas na burocracia brasileira em períodos anteriores ao governo Vargas, confirmando as análises de Boris Fausto (2019). Outros pareciam estar ali por sua influência na igreja, como o Padre Leonel Franca, ou na Imprensa, como Elmano Cardim, ambas esferas importantes para o Governo Vargas. O recenseamento geral de 1940, afinal, foi definido por esses homens, intelectuais orgânicos atuantes nas estruturas coercitivas do Estado Novo. Adiante, a discussão sobre os temas do recenseamento permitirá compreender melhor a chave de pensamento de alguns deles e sua influência nas operações censitárias.

Durante a pesquisa de arquivos realizada na Biblioteca Digital do IBGE, foi localizado um relatório dos trabalhos da Comissão Censitária Nacional, intitulado “Observações sobre a organização e execução do recenseamento geral do Brasil em 1940”. A indicação de autoria é de Afrânio de Carvalho (1899 -1991)¹⁰⁰ e o suposto

⁹⁸ E da Academia Brasileira de Letras em 1958.

⁹⁹ Receberia o Prêmio Machado de Assis da Academia Brasileira de Letras no ano anterior à sua morte.

¹⁰⁰ Sobre Afrânio de Carvalho, ver: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/guia/detalhesfundo.aspx?sigla=AC>>. Acesso em: 30/07/2022.

ano publicação em 1948¹⁰¹, embora essas informações não constem impressas no documento digitalizado. Carvalho foi Chefe de Gabinete do Governo do estado de Minas Gerais (1924), Consultor Jurídico do IBGE (1939-1948) e Presidente da Junta Executiva Regional da Bahia (vinculada ao CNE), estado onde exercia o cargo de Diretor do Departamento Estadual de Estatística. A princípio, ele não integrava a CCN (não oficialmente, ao menos). Ainda assim, teria redigido o trabalho de 367 páginas que resume os pontos principais daquela Comissão, desde a Legislação que a regia, passando pelas decisões sobre material de coleta e distribuição de informações na caderneta, até o conteúdo dos questionários. Seria uma espécie de memorial dos trabalhos da Comissão, indicando inclusive falhas durante os processos, a serem repensadas nos próximos recenseamentos e com orientações para os censos futuros.

¹⁰¹ Na ficha, a data consta como: [1948?].

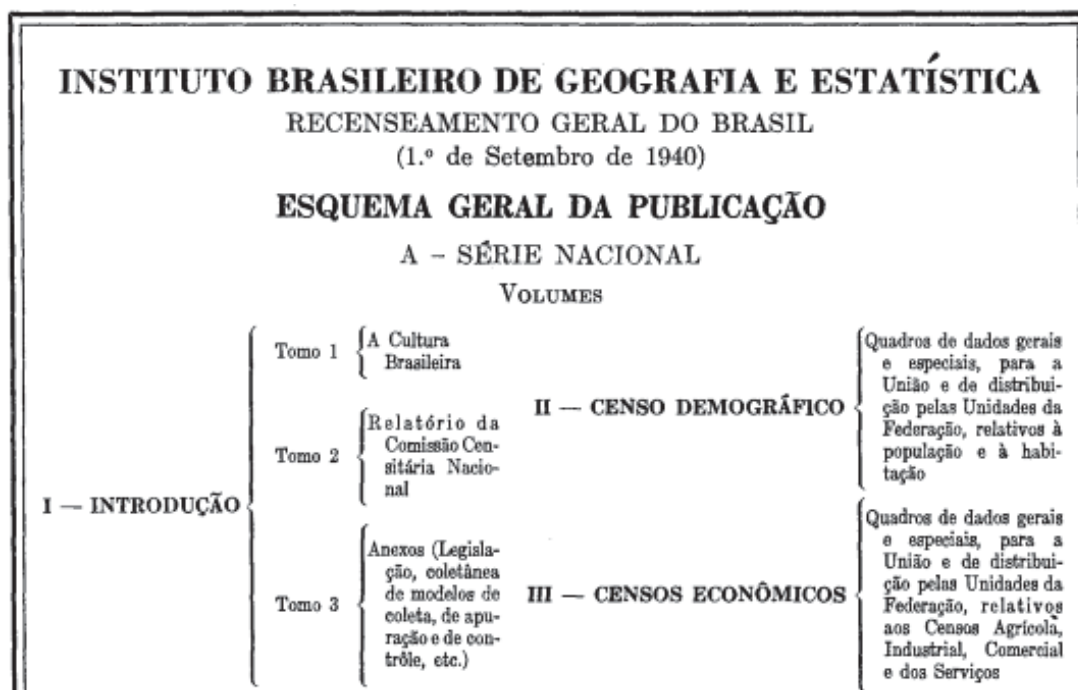
Figura 13 – Índice do relatório de Afrânio de Carvalho sobre as atividades da Comissão Censitária de 1938 a 1944

<u>Í N D I C E</u>	
I - Introdução	1
II - Legislação do Recenseamento	8
III - Comissão Censitária Nacional	18
IV - Data do Recenseamento	30
V - Preenchimento dos Questionários	41
VI - Programa do Recenseamento	51
VII - Questionários do Recenseamento	65
VIII - Instruções e Cadernetas	79
IX - Coordenação de Questionários	100
X - Questionários Demográficos	123
XI - Questionários Agrícolas	141
XII - Questionário Geral da Agricultura	159
XIII - Questionários Industriais	195
XIV - Questionário Geral da Indústria	217
XV - Questionários Comerciais	255
XVI - Questionário Geral do Comércio	273
XVII - Divisão Censitária do Território	328

Fonte: CARVALHO, 1948.

O relatório inicia pelo índice e o texto indica que a publicação foi submetida à apreciação dos integrantes da CCN para a conclusão do trabalho. É provável que o relatório de Carvalho seja o que está indicado no Esquema Geral de publicação dos resultados do recenseamento geral do Brasil, tomo 2 da Introdução:

Figura 14 – Esquema Geral da Publicação do recenseamento geral do Brasil, A - Série Nacional



Fonte: série nacional, volume II, censo demográfico: população e habitação. Quadros de totais para o conjunto da união e distribuição pelas regiões fisiográficas e unidades federadas, 1950, p. 5.

O material foi considerado uma fonte primária fundamental para a presente dissertação, por condensar as principais discussões e impasses em torno do recenseamento, além de ter sido finalizado com a anuência dos integrantes da CCN. A partir deste ponto, será constantemente mobilizado.

No documento consta que entre 1938 e 1944, a Comissão Censitária teria realizado 344 reuniões ordinárias e extraordinárias (CARVALHO, 1948, p. 21). Em relação à composição da CCN, Carvalho (1948) relata ter sido criado um Gabinete Técnico de apoio, para preparar projetos de questionários, e uma Subcomissão, a qual deveria acompanhar a elaboração dos projetos do Gabinete Técnico e depois apresentar à CCN. Não foram localizados documentos com os nomes das pessoas que compuseram o Gabinete Técnico e a Subcomissão, mas supõe-se que fossem integrantes do próprio corpo técnico do CNE e do CNG do IBGE.

A tese de Nadia Miguel (2010) traz um quadro com os nomes que integraram as Comissões Censitárias Nacionais¹⁰² de 1940 a 2010. Em 1940, além dos homens já citados, ela adiciona, sob o título de “consultores técnicos”, mais trinta e cinco

¹⁰² A partir de 1991, passa a existir a comissão consultiva de Censo Demográfico e a Comissão de Coordenação do Recenseamento.

nomes. Na realidade, a lista se refere aos consultores técnicos do Conselho Nacional de Estatística do IBGE. Em comum, os consultores técnicos do CNE reuniam prestígio intelectual, influência e grande trânsito entre importantes instituições de burocracia estatal, bem como de ensino e de pesquisa e, em alguns casos, a igreja. Eram todos homens, muitos deles próximos da igreja católica, para além dos padres ali presentes. Roquete Pinto, Sergio Milliet, Lourenço Filho, Fernando Azevedo, Alceu Amoroso Lima, padre Helder Câmara e padre Leonel Franca eram alguns dos integrantes de renome do CNE. Cada intelectual respondia por um tipo de estatística, conforme sua especialidade:

A) Seções: Estatística metodológica: Milton da Silva Rodrigues; Estatística matemática: Jorge Kafuri; Estatística cosmográfica: Lélío Gama; Estatística geológica: (vago); Estatística climatológica: Sampaio Ferraz; Estatística territorial: Everardo Backeuser; Estatística biológica: Almeida Junior; Estatística antropológica: Roquete Pinto; Estatística demográfica: Sérgio Milliet; Estatística agrícola: Artur Torres Filho; Estatística industrial: Roberto Simonsen; Estatística dos transportes: Aimoré Drumond; Estatística das comunicações: Eugenio Gudín; Estatística comercial: Valentim Bouças; Estatística de consumo: Nogueira de Paula; Estatística dos serviços urbanos: José; Otacílio de Sabóia Medeiros; Estatística do serviço social: Fernando Magalhães; Estatística do trabalho: Plínio Cantanhede; Estatística atuarial: Lino de Sá Pereira; Estatística educacional: Lourenço Filho; Estatística cultural: Fernando Azevedo; Estatística moral: Alceu de Amoroso Lima; Estatística dos cultos: padre Helder Câmara; Estatística policial: (vago); Estatística judiciária: Filadelfo Azevedo; Estatística da defesa nacional: General Francisco José Pinto; Estatística da organização administrativa: Francisco Sales de Oliveira; Estatística financeira: Romero Estelista; Estatística política: Azevedo Amaral;

B) Representações: Agricultura: Fernando Costa; Indústria: A. J. Rener; Comércio: Lafaiete Belfort Garcia; Trabalho: João Carlos Vital; Imprensa: Paulo Filho; Ensino: Raul Leitão da Cunha; Religião: padre Leonel Franca. (REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, 1940, p. 2. Grifo nosso).

Não foram encontrados materiais ou registros que indiquem intervenções dos consultores técnicos do CNE nas decisões e debates da Comissão Censitária, exceto pelo padre Leonel Franca, que consta tanto na Comissão Censitária quanto no CNE.

3.3 O PREMISSAS DO RECENSEAMENTO GERAL DE 1940

Em fevereiro de 1938, poucos dias distante da criação do IBGE, foi publicado o Decreto-Lei nº 237¹⁰³, cujo propósito era regular o início das atividades e orçamentos

¹⁰³ Decreto Lei 237, de 02 de fevereiro de 1938. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-237-2-fevereiro-1938-350962-publicacaooriginal-1->

para o quinto recenseamento demográfico do Brasil e o primeiro gerido pelo Instituto. O documento previa a formação da Comissão Censitária Nacional e a mensuração de aspectos demográficos, econômicos e sociais do país. No Decreto, havia uma clara interseccionalidade entre a estatística, população e a geografia: falava-se de áreas, mapas, corografia.

Para Regina C. A. de Oliveira (2005), parte deste vínculo pode ser explicado porque dentro do ideário do Estado Novo e das premissas do IBGE, o território e o povo seriam indistintos: não havia povo sem território, ou território sem povo. Destarte, a ênfase à segurança nacional, ocupação territorial e proteção das fronteiras eram preocupações do governo autoritário. Se nos distanciarmos para um olhar macro, cabe aqui Benedict Anderson (2008 [1983]), em seu conhecido texto "Comunidades Imaginadas". Para o autor, aos Estados coloniais três instituições seriam fundamentais: censos, mapas e museus. Elas seriam capazes de congrega a maneira pela qual o Estado imaginava seu domínio, as pessoas governadas e a geografia de seu território, legitimando ainda o passado daquele Estado.

Data também de 1938 o Decreto-Lei nº 311, conhecido como Lei Geográfica, que dispunha sobre a divisão territorial do Brasil. A Lei procurava estabelecer diretrizes para padronizar a delimitação, caracterização e nomenclatura de unidades territoriais, como municípios, vilas e distritos. Isso se justificava pela expressiva divergência de informações oficiais, imprecisão que dificultava o controle do Estado e o próprio recenseamento. As disparidades e incoerências chegavam até mesmo à extensão territorial do país, reforça Oliveira (2005). De acordo com a Lei Geográfica, os modelos a serem seguidos por estados e municípios seriam estabelecidos pelo CNE e os mapas deveriam cumprir determinações do CNG. Ou seja, no Estado Novo, os órgãos colegiados do IBGE detiveram a fundamental tarefa de orientar os limites e as divisões do território brasileiro. Cabe lembrar que delimitação territorial entre União, estado e municípios têm consequências políticas e econômicas cruciais dentro de um país formado por entes federativos, por isso era uma atribuição complexa.

Feita esta observação, voltemos ao Decreto-Lei nº 237, sobre o recenseamento geral. O dispositivo estabelecia a previsão orçamentária e 23 ambiciosos objetivos para o recenseamento geral de 1940. Constavam, entre os pontos enumerados, a revisão da área do Brasil e de suas divisões estaduais e

municipais; a descrição das divisas entre municípios; a elaboração de um Atlas Estatístico Corográfico Municipal; a contabilização da área urbana das sedes municipais e distritais; a contagem e cadastro dos efetivos prediais e domicílios nas capitais; a intensificação do Registro Civil; levantamento e cadastro de propriedades agrícolas e industriais. O alargamento e refinamento de estatísticas sobre meios de transporte, vias de comunicação, importações e exportações nos estados, serviços de higiene e beleza urbanos, remuneração de trabalho e custo de vida, organizações sociais trabalhistas. Citava-se ainda:

r) o compute da produção bibliográfica brasileira; s) o levantamento dos quadros do funcionalismo público federal, estadual e municipal; t) o estudo estatístico do cadastro patrimonial da União, dos Estados e dos Municípios; u) o estudo estatístico dos sistemas tributários da União, dos Estados e dos Municípios; v) o levantamento esquemático-estatístico da organização administrativa da União, dos Estados e dos Municípios; x) a regularidade da divulgação, em tôdas as Unidades da Federação, do Anuário Municipal de Legislação e Administração, previsto na Resolução n. 13, da assembléia geral do Conselho Nacional de Estatística; z) o arrolamento de todos os elementos da organização nacional, de ordem econômica, social, cultural e administrativa, cujo conhecimento seja útil à administração em geral ou, em particular, aos trabalhos censitários e à segurança nacional (BRASIL, DECRETO-LEI N 237, DE 02 DE FEVEREIRO DE 1938. Grifo nosso).

A despeito da abrangência de cada item, cabe a ênfase ao último: o ponto que encerrava a lista abria margem a uma miríade de possibilidades de quantificação do país, de sua população, economia, geografia e cultura. A lista reunia, em suma, todos os conhecimentos passíveis de quantificação que se almejava materializar sobre o Brasil. Existiam grandes expectativas em torno do recenseamento.

O Decreto-Lei nº 237 trazia anexa a Resolução nº 50 do Conselho Nacional de Estatística, de 1937, com diretrizes para a organização, execução e divulgação do recenseamento de 1940. Fizeram parte da redação desta Resolução homens em cargos de elevado nível hierárquico do CNE e dos nove Ministérios existentes (posteriormente, durante o Estado Novo, foi criado o Ministério da Aeronáutica) naquele governo. Todos também passariam pela Comissão Censitária Nacional, com exceção do cônsul Carlos Alberto Soares e do tenente-coronel Custódio dos Reis Príncipe Junior. José Carlos de Macedo Soares era o próprio presidente do IBGE:

Quadro 2 – Signatários da Resolução nº 50 do CNE

Nome	Função
------	--------

José Carlos de Macedo Soares	Presidente do Instituto e do Conselho Nacional de Estatística
Heitor Bracet	Diretor de Estatística Geral do Ministério da Justiça e Negócios Interiores
Léo d'Affonseca (1878 - ?)	Diretor de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda
Oswaldo Costa Miranda	Diretor do Departamento de Estatística e Publicidade do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
Rafael Xavier (1894 - 1982)	Diretor de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura
Mario Augusto Teixeira de Freitas	Diretor de Estatística do Ministério da Educação e Saúde e secretário geral do Instituto Nacional de Estatística
Joaquim Licínio de Souza Almeida	Presidente da Comissão de Estatística do Ministério da Viação e secretário do ministro da Viação e Obras Públicas
Tenente-coronel Custodio dos Reis Príncipe Junior	Representante do Ministério da Guerra
Capitão de Corveta Contador Naval Manoel Pinto Ribeiro Espindola	Representante do Ministério da Marinha
Consul Carlos Alberto Gonçalves	Representante do Ministério das Relações Exteriores

Fonte: a autora, a partir da Resolução nº 50 de 1937.

É importante notar a construção dos argumentos elencados no início e ao fim da Resolução para justificar a necessidade do recenseamento no Brasil. No início, entre outros elementos, são citadas as exigências do pensamento moderno no que tangia o domínio da estatística. Sugere-se que uma sociedade sem estatísticas consistentes não era uma sociedade moderna. Citava-se ainda as sugestões de técnicos e especialistas; as resoluções dos Congressos Internacionais de Estatística; a chamada *missão* da estatística em geral e das pesquisas censitárias, com destaque à Liga das Nações¹⁰⁴; e as peculiaridades do Brasil, em termos de população e de ausência de dados a ser preenchida:

as condições peculiaríssimas da vida brasileira, a natureza e complexidade dos seus problemas, e, sobretudo, o surto poderoso do seu progresso, tudo a exigir o concurso urgente, na forma mais desdobrada e profunda possível, da documentação estatística, sobre todos os aspectos estáticos e dinâmicos

¹⁰⁴ Criada a partir da Conferência da Paz que deu origem ao Tratado de Versalhes (1919). Era composta por Estados reunidos com o objetivo de evitar novos conflitos mundiais.

do Estado Brasileiro, Considerando que certos domínios estatísticos ainda inabordados no Brasil, só poderão ser devassadas e abertos às pesquisas regulares em consequência de um trabalho intensivo de desbravamento como o que sómente uma operação censitária de grande envergadura consegue realizar (...). (BRASIL, RESOLUÇÃO Nº 50 de 1937. Grifo nosso).

O recenseamento era mobilizado enquanto um passo necessário para conhecer o Brasil. As palavras destacadas no excerto corroboram para a percepção de que esta era considerada uma tarefa desbravadora, quase uma missão heróica. Um trabalho que exigia conhecimento especializado e grandes esforços para sua concretização.

Ao final da Resolução, são elencados, respectivamente, “motivos de ordem técnica”; “motivos de ordem política”; “motivos de ordem administrativa” e “motivos de ordem econômica” para a execução do recenseamento. Os motivos de ordem técnica recorriam aos princípios ordenados a partir de Congressos Internacionais, com ênfase ao de São Petersburgo (1872). Explicava-se a importância de seguir o padrão decenal, em anos de milésimo zero, recomendado a todas as nações e seguido pelos chamados “países decisivos”, para que os censos pudessem ser comparáveis entre si. Do contrário, careceriam de sentido e comprometeriam o papel do conhecimento quantitativo:

Si se levantassem, por exemplo, os censos demográficos de cada país em datas diferentes; nunca se poderiam comparar os respectivos grupos populacionais, perdendo a investigação estatística, no caso, o seu principal elemento de prestígio, isto é, a comparabilidade, ou seja o que confere tão conhecimento quantitativo o papel de poderoso ampliador da experiência humana. (BRASIL, Resolução 50 de 1937. Grifo nosso).

Como pode ser visto no trecho, o papel do conhecimento quantitativo nas nações modernas era compreendido pelo grupo como *ampliador da experiência humana*. O sentido é específico: a comparabilidade entre nações. Os números permitiriam entender manifestações gerais da condição humana. Tratava-se, portanto, de estatísticas pensadas de dentro para fora do país. Esta afirmação é reveladora da importância do censo para os intelectuais e os burocratas que o discutiam, e do modo pelo qual o argumento circulava entre instituições do Estado e as instâncias decisórias do aparato público, ambas em processo de construção e reestruturação.

Os motivos de ordem administrativa convergiam para outro sentido: serviriam para olhar para dentro do Brasil. Discorriam sobre o papel dos censos como subsídio incontornável aos Poderes Legislativo, Executivo e à administração pública como um

todo, para “o conhecimento numérico dos problemas nucleares do complexus econômico e social brasileiro” (BRASIL, Resolução 50 de 1937), visto que os dados do censo de 1920 já estariam desatualizados frente a tantas mudanças do país. Aqui, temos um ponto essencial: os resultados do censo permitiriam desvelar o que precisava ser visto no país, e este não era um conhecimento despropositado ou acessório. O censo parece ter sido associado a uma forma possível - quiçá a de maior refino disponível - não somente de conhecimento do Brasil, mas de seus *problemas sociais*, desde o início do IBGE e da construção de uma ossatura estatal mais robusta. Não obstante, tratava-se de um Estado Novo: o argumento era de que os dados existentes até então já não serviam. A consolidação do “novo” no Estado implicava uma ruptura com a ordem imediatamente anterior.

Os motivos de ordem política descritos na Resolução versavam sobre o funcionamento da República, uma vez que a quantidade de representantes eleitos para Câmara de Deputados era definida pelo sistema proporcional ao número de habitantes. Logo, as estatísticas populacionais deveriam estar atualizadas para a execução do trabalho do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral¹⁰⁵.

Finalmente, justificativas de ordem econômica referiam-se à necessidade de elaboração de um “plano de reconstrução econômica nacional”. A feitura e execução do plano no Brasil seria, nos termos do documento, absolutamente impossível sem informações estatísticas atuais e completas. O tópico é endossado por meio de exemplos elogiosos às experiências da Alemanha, México e Estados Unidos, de modo a reforçar quão imprescindível seria a estatística e a realização do censo.

No caso da Alemanha, o argumento tratava do plano de reconstrução econômica elaborado no pós-guerra, em 1919, pelo economista Otto Neurath, em que a estatística seria de importante utilização. Para o México, o exemplo foi o Plano Sexenal no qual, segundo os signatários do documento, as informações estatísticas seriam imprescindíveis para a ordenação da economia coletiva. O excerto sobre os Estados Unidos traz à tona a criação do Instituto Central de Estatística, no governo de Roosevelt (1882 -1945), para melhor coordenar os serviços de estatística da União, como parte de uma obra de recuperação da economia nacional.

A conclusão dos motivos de ordem econômica é a seguinte:

¹⁰⁵ Atualmente, chamado Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Em relação a toda e qualquer medida destinada a ordenar, reerguer, estruturar, racionalizar a economia de um povo - a estatística exerce, implacável, o papel de tirana que certa vez um filósofo lhe atribuiu. É insubstituível e, sobretudo, imprescindível. Eis a razão por que quanto maiores são as dificuldades econômicas com que um povo se vê a braços, tanto maior e mais alastrante se torna o prestígio da estatística. (BRASIL. RESOLUÇÃO N50 do CNE, 1937. Grifo nosso).

A mensagem, repleta de adjetivos fortes, concentrava-se na defesa da estatística enquanto mecanismo incontornável para viabilizar a reconstrução econômica do Brasil, outra função hercúlea esperada a partir do recenseamento.

O Decreto-Lei nº 257 e a Resolução nº 50 nos apontam para os interesses centrais que orbitavam em torno da defesa de um recenseamento naquele período, precisamente por parte dos agentes que trabalharam nas instâncias decisórias do censo de 1940. No limite, parecia existir a expectativa de que o censo pudesse revelar toda a informação quantitativa possível de ser extraída do Brasil, ao mesmo tempo em que forneceria as respostas necessárias para o desenvolvimento dos campos econômico, político e administrativo, assim como as soluções dos seus respectivos problemas. Tal tarefa seria assegurada pela estrutura inovadora do recém-criado IBGE.

3.4 O RECENSEAMENTO GERAL DE 1940

O Recenseamento Geral do Brasil de 1940 foi composto por um conjunto de sete Censos: I - Demográfico, II - Agrícola, III - Industrial, IV - Comercial, V - Transportes e Comunicações, VI - Serviços, e VII - Social; além de um oitavo caderno denominado “Inquéritos Complementares”. Este foi o quinto censo demográfico da história do país e o segundo censo agrícola e industrial. Os demais censos foram aplicados pela primeira vez em 1940, o que reforça o caráter inédito da operação, bem como a complexidade do trabalho proposto.

A ideia da construção de algo novo é reforçada na introdução do relatório da CNN, que destaca a falta de uma tradição censitária do Brasil, uma base, no sentido da variação da periodicidade e dos conteúdos dos censos anteriores. Em relação aos materiais do último censo até ali, datado de 1920, Carvalho (1948) destaca a insuficiência para embasar o censo de 1940, tanto pela perda ou ausência de informações, quanto pela elevação da complexidade do censo de 1940:

Assim, ainda que tivessem conservado íntegros em documentos escritos ou testemunhos verbais, os ensinamentos do recenseamento de 1920, estes não bastariam, de modo algum, para orientar o de 1940 que ofereceu imensa complexidade e, por conseguinte, imensa dificuldade. (CARVALHO, 1948, p. 3. Grifo nosso).

A figura abaixo traz o esquema geral da operação do Recenseamento Geral, a partir do qual “ter-se-á perfeita ideia da extensão e da profundidade dos aspectos demográficos, econômicos e sociais da vida brasileira, então objetos de pesquisas.” (IBGE, 1950. Grifo nosso):

Figura 15 – Esquema da operação do Recenseamento Geral de 1940

RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL

(1.º DE SETEMBRO DE 1940)

ESQUEMA GERAL DA OPERAÇÃO

I — Censo Demográfico.	1. Edificação.....	- a — Prédios - b — Domicílios
	2. População.....	- a — Indivíduos - b — Famílias
II — Censo Agrícola.....	1. Exploração direta do solo....	- a — Agricultura - b — Pecuária
	2. Indústrias rurais.....	- a — Extração de produtos naturais - b — Beneficiamento de produtos de origem vegetal e animal
III — Censo Industrial...	1. Indústrias de transformação..	- a — Indústrias metalúrgicas - b — Indústrias químicas - c — Indústrias mecânicas - d — Indústrias têxteis - e — Outras indústrias manufatureiras
	2. Indústrias especiais.....	- a — Pesca - b — Exploração mineira - c — Construção civil - d — Imprensa e artes gráficas - e — Produção e distribuição de energia
IV — Censo Comercial...	1. Comércio de mercadorias....	- a — Comércio por atacado, a varejo e misto - b — Atividades auxiliares do comércio
	2. Comércio de valores.....	- a — Crédito, seguros e capitalização - b — Valores mobiliários e imobiliários

V — Censo dos Transportes e Comunicações	1. Transportes.....	- a — Aéreos, marítimos e fluviais - b — Ferroviários - c — Rodoviários
	2. Comunicações.....	- a — Postais - b — Telegráficas e radiotelegráficas - c — Telefônicas e radiotelefônicas
VI — Censo dos Serviços.	1. Pessoais.....	- a — Oficinas de trato corporal - b — Oficinas de confecção e reparação
	2. Coletivos.....	- a — Casas de alojamento e de alimentação - b — Casas de diversão
VII — Censo Social.....	1. Organizações urbanas.....	- a — De higiene e conforto - b — De segurança - c — De defesa médico-sanitária - d — De repressão ou regeneração - e — De objetivos funerários
	2. Instituições sócio-culturais ...	- a — Beneficentes e de assistência - b — Sindicais - c — Desportivas - d — Recreativas - e — Educativas - f — Culturais - g — Religiosas
VIII — Inquéritos Complementares		
1. Matérias primas 2. Climatologia e epidemiologia 3. Retrospecto econômico e cultural 4. Prospeção técnico-econômica e social dos Municípios 5. Custo da vida		

Fonte: IBGE, Recenseamento Geral do Brasil (1º de setembro de 1940), série nacional volume II: Censo demográfico, população e habitação. Quadros totais para o conjunto da União e de Distribuição pelas regiões fisiográficas e Unidades Federadas. Rio de Janeiro, 1950.

Como demonstra o esquema geral, cada censo era formado por duas partes. Cada parte era subdividida entre dois e sete segmentos. Deste modo, o censo demográfico continha questionários sobre 1. edificação, considerando prédios e domicílios, e 2. sobre a população, contemplando indivíduos e famílias. O questionário sobre edificações era preenchido pelos próprios agentes recenseadores, conforme avançavam pelo território.

O censo agrícola investigava a 1. exploração direta do solo, pela agricultura e pecuária, e 2. indústrias rurais, com a extração de produtos naturais e o beneficiamento de produtos de origem animal e vegetal. O censo industrial trazia 1. Indústrias de transformação, contendo as indústrias metalúrgicas, químicas, mecânicas, têxteis e outras manufactureiras; e 2. Indústrias especiais, com pesca, exploração mineira, construção civil, imprensa e artes gráficas, produção e distribuição de energia.

O censo comercial abarcava 1. o comércio de mercadorias, com atacado, varejo, misto, atividades auxiliares; e 2. comércio de valores, considerando crédito,

seguros e capitalização, e valores mobiliários e imobiliários. A CCN o considerou importante realizar um censo comercial por conta da “(...) lacuna do conhecimento do comércio. Para sincronizar a produção e o consumo, é indispensável melhorar os métodos de distribuição, mas antes disso, importa conhecê-los” (CARVALHO, 1948, p. 56). Os integrantes da CCN desconheciam a existência de outros censos comerciais no planeta, afirma Carvalho (1948). Pensavam ser um inquérito verdadeiramente inédito. Posteriormente, descobriram que havia censos sobre o tema nos Estados Unidos (1930, 1933), Canadá (1931) e Estado Livre da Irlanda (1933).

O censo dos transportes e comunicações, por sua vez, mapeava 1. transportes aéreos, marítimos e fluviais, ferroviários e rodoferroviários; e 2. comunicações postais, telegráficas e radiotelegráficas, telefônicas e radiotelefônicas. O objetivo por trás da parte dos transportes era conhecer a fundo os mecanismos de distribuição de mercadorias, para que se pudesse então simplificá-lo ou modificá-lo (CARVALHO, 1948). Parecia ser um inquérito voltado majoritariamente para o transporte de produtos, não o de pessoas.

O caso das comunicações teria sido destacado em virtude da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, que evidenciou a desarticulação das comunicações nacionais. Os problemas de comunicação isolavam as áreas do país dentro de si, tal como um arquipélago. Diz Carvalho:

(...) pelos penosos reflexos que projetaram a vida brasileira, a insuficiência e a desarticulação da nossa rede de transportes e comunicações. Aqueles reflexos, que ainda perduram, levaram a sentir e a dizer que o Brasil é quase um continente, mas funciona como um arquipélago, pelo isolamento em que se encontram umas regiões das outras. (CARVALHO, 1948, p 57).

O censo de serviços estava dividido em 1. pessoais, com ofícios do trato corporal e oficinas de confecção e reparação; e 2. coletivos, com casas de alojamento, de alimentação e de diversão. Carvalho (1948) indica que a principal diferença para a existência de censos de indústria, comércio e serviços, que em um primeiro momento poderiam parecer similares, era a forma de obter o lucro. Na indústria, o lucro vinha da transformação da matéria prima; no comércio, da venda de mercadorias; nos serviços, da venda do próprio serviço. A distinção era relevante, aos olhos da CCN, em termos dos dados que forneceriam.

O censo social era o que trazia mais segmentos. De acordo com a explicação de Carvalho, “o censo social tem por objeto as atividades mais nobres da vida da

comunidade, aquelas que não visam lucro, mormente as educativas, culturais e religiosas, as primeiras bastante relegadas no nosso país” (CARVALHO, 1948, p. 58). Ele era dividido entre 1. organizações urbanas: de higiene e de conforto, de segurança, de defesa médico-sanitárias, de repressão ou regeneração, de objetos funerários; e 2. Instituições socioculturais: beneficentes e de assistência, sindicais, desportivas, recreativas, educativas, culturais e religiosas.

Sugere-se aqui a noção de que o social na verdade dizia respeito às organizações e instituições, em grande medida sob o domínio do Estado. Recordemos que, de modo similar, nos volumes de apresentação do censo de 1920, o eixo sobre população representava o Brasil pelas fotografias de obras e construções, não pelas pessoas. Talvez essa fosse uma permanência no que concerne à visão dos censos, a despeito dos discursos de ruptura com o passado. Não obstante, no censo social de 1940 somente as organizações chamadas urbanas eram mapeadas, como se não existissem organizações sociais rurais propriamente ditas. No limite, era como se não houvesse sociedade ou vida cultural onde as instituições elencadas não estivessem presentes. O meio rural parecia ser encarado, nesse sentido, apenas como um espaço de trabalho, o qual se tornaria suburbano ou urbano mediante a presença das instituições mencionadas.

No Recenseamento Geral, adicionalmente, havia cinco inquéritos complementares sobre matérias primas; climatologia e epidemiologia; retrospecto econômico e cultural; prospecção técnico econômica e social dos municípios; e custo de vida. Sua inclusão na operação censitária foi alvo de debate na CCN pela especificidade dos temas, contudo os integrantes optaram por manter os inquéritos, tendo em vista a estrutura administrativa criada para a coleta de dados:

Não quis, entretanto, a Comissão Censitária perder a oportunidade que se lhe oferecia de projetar-se sobre êsses domínios para devassar certos aspectos de palpitante interesse da vida nacional que, de outro modo, correriam o risco de não ser tão cedo investigados. (CARVALHO, 1948, p. 60).

O excerto indica a consciência da CCN de que o Recenseamento Geral seria uma oportunidade ímpar de pesquisa no Brasil. Não existiam no país outras estruturas similares, capazes de promover investigações com a extensão territorial e a articulação entre os entes federativos. Os integrantes da CCN pareciam perceber o Recenseamento Geral como um grande veículo de coleta de informações sobre todos

os assuntos carentes de investigação na completa extensão territorial do Brasil. Por consequência, a abrangência de temas do recenseamento expressa também a percepção de grandes lacunas de dados e da deficiência de outros órgãos e pesquisas no sentido da cobertura nacional. Logo, para além do conteúdo, a logística das pesquisas era um ponto de atenção da CCN.

No caso dos inquéritos complementares, ocorreram alinhamentos com departamentos conhecedores dos assuntos de cada questionário. Carvalho (1948) explica, por exemplo, o diálogo com o Serviço de Estudos de Grandes Endemias no inquérito sobre epidemiologia, para que este fosse aproveitado ao máximo. Em posse dos dados desse inquérito, Giorgio Mortara faria correlações valiosas sobre a disseminação de mosquitos em domicílios (CARVALHO, 1948).

Juntos, os censos de 1940 totalizaram 57 questionários e 12.924 perguntas (CARVALHO, 1948). A divisão em sete partes, com a adição dos inquéritos complementares, é explicada por Carvalho como um mero recurso formal, porque os documentos se completavam “sem de nenhum modo pretender seccionar a trama de relações inerentes ao social.” (CARVALHO, 1948, p. 100). Havia, pois, uma clara noção de que o conjunto desses censos daria efetivamente acesso ao que era a sociedade em sua totalidade.

3.5 PREOCUPAÇÕES GERAIS DA COMISSÃO CENSITÁRIA NACIONAL

Dentro da ideia de conjunto, o cuidado com garantia de uniformidade e de comparabilidade dos termos e das classificações entre os distintos censos foi um ponto esmiuçado pelo relatório da Comissão Censitária. Era importante que não houvesse incoerências entre as perguntas nos diferentes questionários, que as alternativas estivessem claras e que não existissem questões repetidas sem necessidade, inclusive por motivos financeiros e operacionais, como o espaço nos folhetos. Foi discutido inclusive o material do papel de cada censo. Além da logística, a uniformidade e o senso de economicidade figuravam entre as preocupações da CCN.

Todos os quesitos e as suas respectivas categorias deveriam conversar de forma articulada entre os sete censos, podendo assim “recompôr numericamente, sem atritos, o quadro que a acção do homem, irradiando-se em vários sentidos, formou sobre o território” (CARVALHO, 1948, p. 100). Destarte, o trecho expressa que, da

perspectiva dos trabalhos da Comissão Censitária, além dos resultados quantitativos do recenseamento exprimirem o social, este social era indissociável do território do Brasil. A ação humana adentrava e se misturava ao território, em um período no qual a marcha para oeste e a ocupação territorial eram prioridades sensíveis do Estado Novo.

A comparabilidade e a uniformidade deveriam dialogar, do mesmo modo, com os dados censitários de outros países, em observação às orientações internacionais. Os censos dos diferentes países não precisavam ser exatamente iguais, esclarece Carvalho (1948), resguardadas as peculiaridades de cada um, mas a possibilidade de conversão entre agrupamentos dos censos era uma premissa relevante a ser cumprida: “a conversibilidade, isto é, a possibilidade de trocar grupos menores de uma nomenclatura ou classificação por grupo maior de outra, apresentando-se como um instrumento comum da comparabilidade.” (CARVALHO, 1948, p. 116. Grifo nosso).

Os projetos do questionário demográfico e do agrícola foram descritos no relatório da Comissão Censitária como os de conclusão mais lenta, em razão do empenho de elaboração de instruções capazes de sanar dúvidas ou indecisões que certas perguntas poderiam causar:

Se a discussão dos questionários constituiu a tarefa magna da Comissão Censitária, dentro dessa tarefa a parte do questionário demográfico, constantemente agitada pelas controvérsias, foi a mais extensa, embora não tenha sido a mais demorada, primazia que cabe à do questionário agrícola. Todavia, o questionário demográfico levou um ano a ser discutido (...) (CARVALHO, 1948, p. 123).

O nome de Teixeira de Freitas é o mais citado no relatório da Comissão Censitária, fato que indica atuação assídua nas variadas decisões sobre o recenseamento: desde o conteúdo das perguntas até os aspectos operacionais, de diagramação, custos, maquinário e logística. Giorgio Mortara, Lyra Madeira, Costa Miranda e Cerqueira Lima são também mencionados em diferentes momentos do relatório.

Especificamente no capítulo X - Questionários Demográficos, foram descritas intervenções de Teixeira de Freitas, Costa Miranda, Carlos Imbassahy¹⁰⁶, Lourival

¹⁰⁶ Ele não era parte da lista oficial de nomes da Comissão Censitária Nacional. Aparece na lista da Comissão VI - Estatística de Assistência Social do CNE de 1940, na organização federal.

Fontes, Lyra Madeira, Padre Leonel Franca, Heitor Bracet, Luiz Briggs¹⁰⁷ e Giorgio Mortara. No caso deste censo, Carvalho (1948) cita os quesitos sobre cor, religião, nacionalidade, instrução e condição no domicílio em relação ao chefe da família como os mais trabalhosos em termos de definições e instruções.

A preocupação com as instruções de preenchimento dizia respeito à percepção da Comissão Censitária sobre o povo, encarado frequentemente como incapaz, em razão do analfabetismo e da falta de instrução formal. A CCN temia que as pessoas recenseadas e talvez os próprios agentes censitários não compreendessem as questões: “militava ainda uma razão poderosa, que a tornava mais legítima aqui, do que alhures, a saber, o atraso da maioria do nosso povo, de onde devia sair o agente recenseador, sem falar no analfabetismo da maioria” (CARVALHO, 1940, p. 80). Alhures, no trecho, provavelmente se referia aos outros países, lidos como mais desenvolvidos em comparação ao Brasil, em especial no que concerne à escolaridade da população. Quanto ao agente recenseador, embora a CCN o mencione em diferentes momentos, não foram localizados documentos com maiores explicações sobre quem ele era ou como seria realizado o seu recrutamento. Pelo teor dos diálogos, o recenseador parecia ser uma pessoa do povo, distante do imaginário que a CCN tinha sobre si própria, enquanto elite letrada, condutora da nação.

No caso do censo demográfico, temia-se tanto a incompreensão textual quanto a desconfiança do povo, no caso das perguntas de teor polêmico. Como resultado, para a segunda situação a CCN decidiu tangenciar ou mesmo suavizar certas perguntas. As informações seriam extraídas pelo cruzamento de diferentes quesitos, como veremos no tópico sobre fecundidade.

A solução para a possível incompreensão do questionário foi a adição de numerosos exemplos nas instruções¹⁰⁸ de resposta. No caso dos quesitos sobre trabalho, os exemplos chegaram a mais de 40 itens. A grande preocupação com o entendimento dos recenseados parece ser algo próprio do censo brasileiro. Os censos mexicano e estadunidense daquele ano, em contraste, traziam instruções breves, com pouco exemplos. O censo mexicano era formado por cerca de 18 quesitos, em sua

¹⁰⁷ Não está na lista de integrantes da Comissão Censitária. É citado como assistente, sem maiores detalhes. Aparece também na lista da Comissão de Estatísticas Demográficas do CNE de 1940, organização federal.

¹⁰⁸ As instruções estão compiladas nos anexos desta dissertação.

maioria questões abertas e instruções curtas. Já nos 50 quesitos do censo estadunidense predominavam alternativas fechadas, com poucas e breves instruções.

Além das instruções, a CCN deliberou que o questionário deveria ser preenchido e assinado pelo chefe da família¹⁰⁹ e de modo suplementar pelo agente recenseador, sempre que não existisse no domicílio alguém que pudesse escrever respostas e interpretar o questionário adequadamente (CARVALHO, 1948). Para tanto, optou-se pela distribuição prévia dos questionários: o recenseador deixaria os boletins a serem preenchidos no domicílio, com a expectativa de retornar para o preenchimento na data marcada do recenseamento, supondo que o material teria sido lido e compreendido pelo chefe da família.

Dessa maneira, a simultaneidade do censo demográfico poderia ser preservada, já que a aplicação seria no mesmo período em todo o país. Os respondentes disporiam, na concepção da Comissão (com discordâncias de Costa Miranda, Lyra Madeira e Leo de Affonseca), de tempo suficiente para compreender as instruções, especialmente nos casos de difícil acesso do recenseador, como as residências da zona rural. Pela mesma razão, Teixeira de Freitas teria solicitado que as alternativas possíveis para cada resposta fossem enumeradas de modo exaustivo nas instruções de cada questionário, esclarecendo eventuais dúvidas que pudessem surgir.

A decisão parece pressupor que existiria interesse, cooperação e até mesmo certa proatividade da população em se inteirar sobre o questionário. A determinação da Comissão, contudo, não funcionou tão bem quanto o esperado. Carvalho (1948) recuperou os relatos dos delegados regionais (representantes dos estados), dos quais destacam-se dois problemas enfrentados. O primeiro versava sobre a inutilização do material, por preenchimento errado ou por extravio. Como consequência, o questionário precisou ser reimpresso repetidas vezes e implicou trabalho dobrado aos agentes, que acabaram por percorrer novamente a mesma área. As situações teriam ocorrido tanto no interior quanto na capital, mesmo entre a população considerada culta, fato este encarado com aparente decepção pelos organizadores do recenseamento.

¹⁰⁹ A saber: "O Chefe da família é a pessoa que tende, a seu cargo um domicílio particular representa êsse domicílio pelo qual é responsável. A família é constituída não só pelos parentes dêsse Chefe que com êle residem na casa, como pelos agregados e empregados residentes no domicílio." IBGE, Censo demográfico, 1940.

Nos relatos dos representantes dos estados, há um entendimento de que as capitais e os espaços urbanos de modo geral eram habitados por pessoas cultas, em contraste com as áreas rurais e o interior, onde estaria a população de menor escolaridade.

Uma das falas ilustrativas foi a do delegado regional do Paraná: “se verificaram casos de inutilização de boletins pelo grande número de erros constatados; até mesmo aqui na Capital, eles se contaram por centenas e até entre pessoas de certo preparo” (CARVALHO, 1948, p. 45. Grifo nosso). O Delegado regional do Rio de Janeiro compartilhou impressões similares: “só em Icaraí, o bairro residencial mais elegante de Niterói, essa perda foi de 40% do material distribuído” (CARVALHO, 1948, p. 45. Grifo nosso). Em Santa Catarina, ele foi observado pelo representante da 4ª Seccional: “Diante do resultado colhido nas cidades, onde vive a população mais culta do município, tomamos a deliberação de que, somente aos agentes, fôsse dada a incumbência de responder os questionários.” (CARVALHO, 1948, p. 46. Grifo nosso). Os trechos sugerem certa surpresa e desapontamento com a população considerada mais culta.

O segundo problema, este já previsto, era o analfabetismo. Apesar de ter sido abordado nos debates da Comissão, parece ter havido um subdimensionamento de sua extensão real e do efetivo impacto no preenchimento do censo. Como consequência, na maioria dos casos, os questionários precisaram ser preenchidos pelos próprios agentes recenseadores, porque os respondentes não sabiam ler.

Tais eventos dão subsídio à percepção da grande distância existente entre os representantes da Comissão Censitária Nacional e a população de modo geral. Em menor grau, essa distância poderia ser compreendida pela lacuna de vinte anos sem dados censitários, sendo o recenseamento de 1920 frequentemente criticado por Giorgio Mortara e pelo Carvalho (1948) por sua baixa confiabilidade. Assim, não havia referências recentes que pudessem situar melhor os integrantes da CCN.

Todavia, o principal fator nos parece ser a própria constituição da CCN. Eram homens intelectuais de uma diminuta elite, com seus círculos sociais bacharelescos isolados do restante da população, temas já discutidos nesta dissertação. A composição da CCN certamente não era a única com essas características no contexto do Estado Novo. Na realidade, a distância da Comissão em relação à população parecia aplicar-se à burocracia estatal brasileira como um todo. O povo não

estava nas fotografias, nas comissões ou nos espaços de discussão que versavam sobre ele.

Em seu imaginário, o Estado Novo via a si a aos seus burocratas intelectuais como os detentores do saber e da responsabilidade de conduzir a todo tempo uma população considerada atrasada, que não estava presente nos espaços decisórios e que, por si só, era tida como incapaz de formar uma sociedade moderna. Pécaut (1990) corrobora com essa percepção sobre a postura da elite intelectual em seu estudo sobre os intelectuais do Brasil dos anos 1925 a 1940. Diz o autor: “apesar de suas discordâncias, convergem na reivindicação de um status de elite dirigente, em defesa da ideia de que não há outro caminho para o progresso, senão o que consiste em agir ‘de cima’ e ‘dar forma’ à sociedade” (PÉCAUT, 1990, p. 15). O estudioso vê nas elites intelectuais do período a disposição para auxiliar o Estado na construção de uma sociedade brasileira inspirada em bases racionais. Proclamavam, assim, uma a vocação de elite dirigente.

Nessa lógica, o *slogan* do censo demográfico de 1940 é emblemático: “Quantos somos? O censo nacional vai contar para você”.

Figura 16 – Cartaz de propaganda do Recenseamento Geral de 1940



Fonte: RUBINSTEIN, 2007, p. 121.

O verbo “contar” tem dois sentidos propositais no *slogan*¹¹⁰, o de contabilizar e o de dizer, informar. O *slogan* expressava que o Estado Novo (moderno, organizador, e racional, com seus intelectuais) era quem calcularia a população. Mais do que isso, era o Estado Novo quem diria à população o que ela era e, sobretudo, o que ela *deveria ser*. Essa é a pista inicial para o que ficará mais claro na discussão dos quesitos do censo demográfico: havia o dilema de um Estado que se propunha a refundar a nação, mas se deparava com uma sociedade já existente e que em muito divergia de suas aspirações.

¹¹⁰ Sobre a comunicação visual gráfica no Estado Novo, consultar a dissertação de Licia Rubinstein: “O censo vai contar para você: design gráfico e propaganda política no Estado Novo” (2007).

4 O CENSO DEMOGRÁFICO DE 1940

O censo demográfico de 1940 continha 45 quesitos, organizados de maneira a contemplar aspectos sobre idade, sexo, cor, fecundidade, nacionalidade e naturalidade, idioma, religião, defeitos físicos¹¹¹, instrução, trabalho, moradia e seguridade social. O quadro abaixo mostra as perguntas, as alternativas (quando existentes), e os temas classificados para os fins desta pesquisa:

Quadro 3 – Quesitos do Censo Demográfico de 1940

Recenseamento Geral de 1º de setembro de 1940 - Censo Demográfico: Boletim de Família ¹¹²			
Nº	Quesito	Alternativas	Tema
1	Prenome (primeiro nome ou nome de batismo)	-	Prenome
2	Sexo	Masculino; feminino.	Sexo
3	Data de nascimento (dia mês e ano)	-	Idade
4	Se o recenseado não souber a data de nascimento declarar a idade que presume ter	-	Idade
5	Condição no domicílio em relação ao Chefe da família	O próprio; pai; mãe; filho; neto; avô; sogro; irmão; tio; sobrinho; primo; cônjuge; consorte; agregado; pensionista; hóspede etc.	Condição em relação ao chefe da família
6	Côr	Preta; branca; amarela. Traço (para o caso de não ser possível qualificar).	Cor
7	É surdo mudo? E cego: De nascença? Por doença? Por acidente?	Surdo mudo; nascido cego; cego por doença; cego por acidente; não.	Defeitos físicos
8	É solteiro? Casado? Desquitado? Viúvo?	Solteiro; casado; desquitado; viúvo; divorciado.	Estado Civil
9	Se teve filhos nascidos vivos, declarar quantos	-	Fecundidade

¹¹¹ Termo utilizado nos documentos censitários, não é considerado adequado atualmente. Utiliza-se deficiência ou pessoa com deficiência, a depender do contexto.

¹¹² Foram mantidas as grafias originais para a composição da tabela, desatualizadas conforme norma padrão da língua portuguesa vigente.

10	Se teve filhos nascidos mortos, declarar quantos	-	Fecundidade
11	Idade em anos completos na data de nascimento do primeiro filho	-	Fecundidade
12	Número de filhos vivos na data do recenseamento	-	Fecundidade/ Mortalidade
13	Se o recenseado nasceu no Brasil, declarar o Estado; se estrangeiro o País	-	Migração
14	Se o pai do recenseado nasceu no Brasil, declarar o Estado; se no estrangeiro, o País	-	Migração
15	Se a mãe do recenseado nasceu no Brasil, declarar o Estado; se no estrangeiro, o País	-	Migração
16	Nacionalidade: Brasileiro nato? Naturalizado brasileiro? Se estrangeiro de que nação?	-	Migração
17	Se é estrangeiro ou brasileiro naturalizado em que ano fixou residência no Brasil?	-	Migração
18	Fala correntemente o português?	-	Migração
19	Que língua fala habitualmente no lar?	-	Migração
20	Religião	-	Religião
21	Sabe ler e escrever?	Sim; não.	Instrução
22	Está recebendo instrução?	Sim; não.	Instrução
23	De que grau ou espécie é a instrução que recebe?	Primário; secundário; superior. Indicar ao menos a espécie nos casos de dúvida (artes e ofícios, enfermagem, comercial, regimental, militar etc.)	Instrução
24	Onde recebe instrução: No lar? Em estabelecimento público? Em estabelecimento particular?	No lar; estabelecimento público federal; estabelecimento público estadual; estabelecimento público municipal; estabelecimento particular.	Instrução
25	Possue algum curso completo ou diploma de estudos? Qual?	-	Instrução
26	Se não terminou os estudos em que grau interrompeu?	Primário; secundário; superior.	Instrução
27	Habilitou-se praticamente em	-	Instrução

	alguma arte ou ofício? Qual?		
28	Qual a profissão, ofício, emprego, cargo ou função principal que exerce?	-	Trabalho
29	Em que ramo de atividade exerce essa ocupação principal?	-	Trabalho
30	Em qual local de trabalho (estabelecimento serviço repartição etc.) exerce a ocupação principal?	-	Trabalho
31	A ocupação principal é direta ou indiretamente remunerada?	Sim; não.	Trabalho
32	Na ocupação principal é empregado, empregador ou trabalha por conta própria?	Empregado; empregador; conta própria.	Trabalho
33	Se tem alguma ocupação suplementar, qual é?	-	Trabalho
34	Em que ramo de atividade exerce a ocupação suplementar?	-	Trabalho
35	Em que local de trabalho (estabelecimento serviço repartição etc.) exerce a ocupação suplementar?	-	Trabalho
36	A ocupação suplementar é direta ou indiretamente remunerada?	-	Trabalho
37	Na ocupação suplementar é empregado empregador ou trabalha por conta própria?	-	Trabalho
38	Pertence a algum sindicato?	Sim; não.	Trabalho
39	É proprietário de imóvel: Urbano? Rural?	Rural; urbano; não.	Propriedade
40	Percebe algum benefício de previdência social?	Sim; não.	Previdência
41	Em que qualidade: Aposentado? Jubilado? Reformado? Pensionista?	Aposentado; jubilado; reformado; pensionista.	Previdência
42	Contribue pessoalmente para instituição oficial de montepio ou previdência?	Sim (declarar a instituição); não.	Previdência
43	Está segurado em companhia particular sobre a vida ou contra risco de acidente pessoal?	Sim; não.	Seguro privado
44	Se é morador do domicílio e está	-	Moradia

	ausente em que Estado do Brasil ou País estrangeiro se encontra?		
45	Se não é morador do domicílio e está presente, em que Estado do Brasil ou País estrangeiro reside?	-	Moradia

Fonte: Boletim de Família do Censo Demográfico do Recenseamento Geral de 1º de setembro de 1940. IBGE.

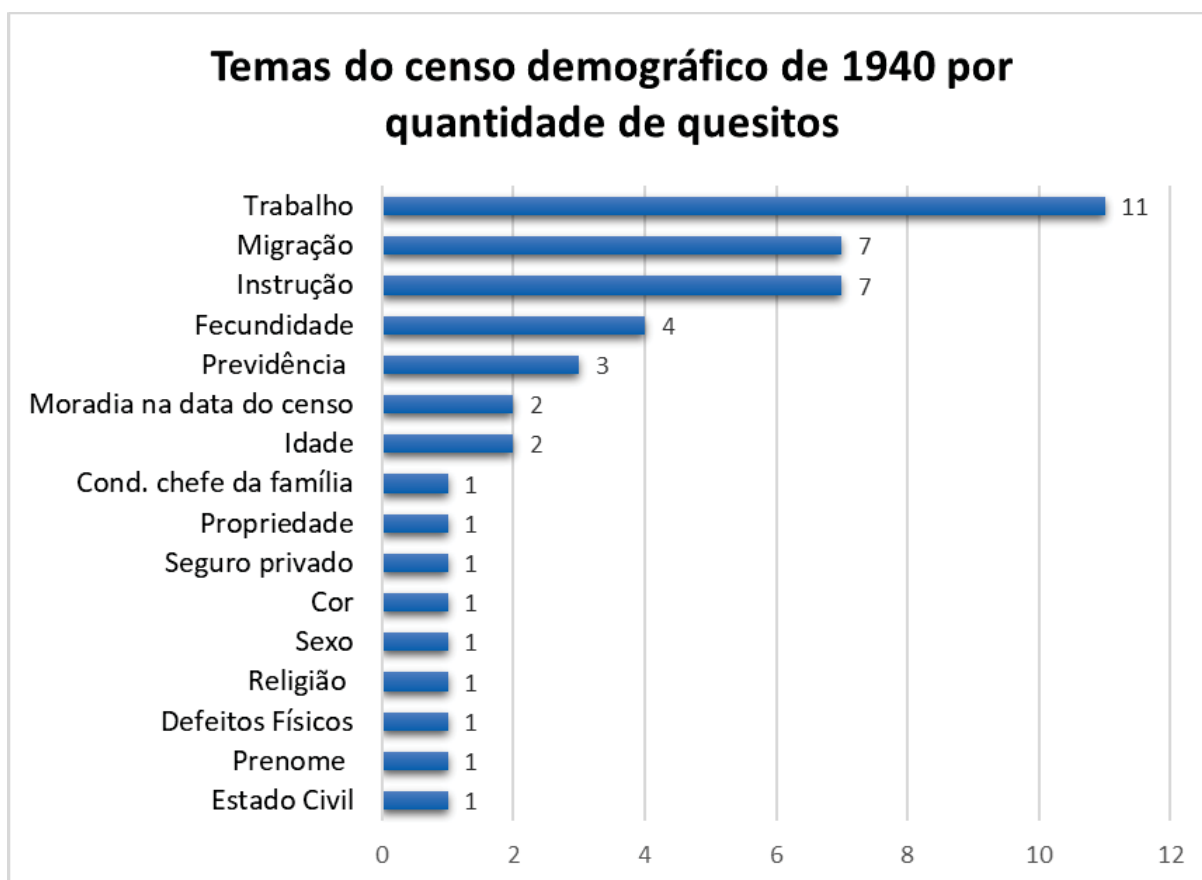
A versão final do censo foi formada a partir do anteprojeto apresentado pelo Gabinete Técnico, e na sequência discutido e expandido pela CCN. Segundo Carvalho (1948), a Comissão adicionou perguntas sobre a fecundidade e a previdência social, além de redefinir certas alternativas e alterar a redação de algumas questões.

Dentre os quesitos, 16 possuíam alternativas fechadas, ou seja, possibilidades de escolha pré-delimitadas. Os demais quesitos demandavam respostas abertas e, neste caso, as instruções de preenchimento traziam exemplos do que poderia ser respondido, ou procuravam esclarecer o sentido da questão e o que se esperava do seu preenchimento.

O emprego de respostas abertas em pesquisas quantitativas tem como consequência direta esforços superiores de contabilização, e a sua análise é laboriosa, especialmente no contexto dos anos 1940. Os equipamentos de leitura de dados eram importados e parte significativa do trabalho era manual. O fato de a maior parte das questões ser aberta naquele momento pode expressar a disposição da esfera pública para mapear as novas informações sobre a população. Por outro lado, talvez ilustre também certa inexperiência com a aplicação de um censo tão complexo em um país de dimensões continentais.

Com a finalidade de análise, os 45 quesitos foram classificados em 16 temas, a saber:

Gráfico 1 – Temas do censo demográfico de 1940 por quantidade de quesitos



Fonte: A autora (2023).

Feito o panorama geral do questionário, antes de adentrarmos os temas do censo demográfico separadamente, devemos compreender o lugar do censo demográfico na rede de instituições e agentes do Estado Novo, CCN e IBGE. Um discurso de Giorgio Mortara, consultor técnico da Comissão Censitária Nacional, fornece valiosos subsídios para pensar sobre o sentido do censo naquele momento.

Um mês antes da aplicação do censo de 1940, o italiano Giorgio Mortara, consultor técnico da Comissão Censitária Nacional, proferiu uma conferência no Palácio do Itamaraty intitulada "Os aspectos internacionais do recenseamento". A transcrição seria publicada em seguida na Revista Brasileira de Estatística¹¹³ daquele mesmo ano. Sendo o Itamaraty um órgão encarregado das relações exteriores do Brasil, a ação tinha como público-alvo a diplomacia brasileira. A comunicação sugere a intenção de instruir e alinhar uma visão específica quanto ao recenseamento, assim

¹¹³ Revista Brasileira de Estatística, volume 3, 1940.

como reforçar a importância dos trabalhos consulares para a realização do recenseamento com brasileiros que estivessem no exterior.

É uma fonte valiosa porque nos dá acesso às concepções imbricadas ao censo, além do discurso de um dos mais importantes membros da Comissão Censitária a funcionários públicos de alto prestígio. Provavelmente a expectativa era pelo convencimento e a circulação dos argumentos a partir daqueles ouvintes e dos leitores da RBE¹¹⁴.

Logo de início, o estudioso propôs uma comparação que resume em grande medida a sua compreensão sobre o papel das estatísticas:

entre a estatística, no melhor sentido da palavra, e a retórica, no sentido pior, parece existir uma daquelas absolutas incompatibilidades de caráter que tornam impossível a convivência. Esta visa disfarçar pomposamente a verdade, transfigurando-a; aquela quer despí-la de todos os véus para descobri-la na sua nudez. (MORTARA, 1940, p. 421).

O trecho demonstra que, para ele, a estatística visava conhecer a realidade crua, sem quaisquer distorções ou vieses.

Giorgio Mortara marca as limitações da estatística em sua fala, por estar restrita aos fenômenos passíveis de quantificação, que não eram todos. Por outro lado, ele celebra os casos que poderiam ser quantificáveis de modo preciso, e comparáveis no âmbito internacional:

Naturalmente, essa documentação fica limitada aos fenômenos que admitem expressão quantitativa e numérica. Nenhuma estatística poderia medir a contribuição helênica à excelência das artes, ou a contribuição romana à supremacia do direito. Mas poucos algarismos chegam a indicar perfeitamente a participação dos Estados Unidos na produção mundial de aço, ou a do Brasil no abastecimento mundial do café; e, além dos aspectos materiais da atividade humana, também os aspectos intelectuais, como a educação, ou morais, como da conduta social, podem constituir utilmente o objeto de estatística comparativas internacionais (MORTARA, 1940, p. 422. Grifo nosso).

O estudioso argumenta que, a despeito de o censo não ser capaz, sozinho, de exprimir todos os dados relevantes da participação do Brasil na esfera internacional, havia fatores que só poderiam ser explicados pelo censo. O primeiro dizia respeito ao que ele chama de quantidade e qualidade da população. Os censos periódicos, com boa consistência técnica, poderiam acompanhar a variação da

¹¹⁴ O discurso está registrado na RBE, 1940, p. 421 a 431.

população no decorrer do tempo, tal como as curvas diárias de temperatura, em alusão aos instrumentos meteorológicos (MORTARA, 1940).

O censo seria indispensável para acompanhar o andamento dos países nessa curva. Mortara recupera o histórico de censos aplicados no Brasil desde 1872, expõe suas desconfianças quanto à confiabilidade dos dados e exprime reprovação sobre a inconstância dos anos de aplicação. Especificamente no censo de 1920, a população lhe parecia surpreendentemente numerosa, se comparada a censos anteriores, o que poderia ser tanto um erro dos censos mais antigos, quanto do próprio censo de 1920.

Em contraposição, o censo de 1940, às vésperas da aplicação, seria um grande divisor de águas no Brasil. Neste ponto, fica clara a percepção de ruptura em relação ao passado recente. O censo era algo novo (tal como o Estado que assim se intitulava). Este censo, segundo Mortara, seguiria todos os controles recomendados pela experiência brasileira e internacional, pelo Instituto Internacional de Estatística e por instituições de Genebra. Teria a melhor qualidade técnica e grandes cuidados na operação. Deveria ser aplicado no tempo correto, para que as verificações não tardassem e para que os eventuais erros do passado pudessem ser retificados.

Em conjunto, Giorgio Mortara compreendia ser necessária uma reforma radical no registro civil¹¹⁵ dos brasileiros para o levantamento de nascimentos e óbitos. O censo, por si só, era uma solução temporária: capaz de resolver parte dos problemas, mas não todos: “uma estatística de Estado não pode suprir a falta ou deficiências das estatísticas de movimento, assim como a fotografia não pode suprimir a cinematografia, ou melhor, um inventário não pode suprir o registro das compras e vendas” (MORTARA, 1940. p. 424).

Ainda assim, sua visão sobre o censo de 1940 era otimista, pois responderia aos anseios da população e do governo. Diz ele:

O recenseamento de 1940 responderá, com a máxima exatidão praticamente possível, ao quesito ‘quantos somos?’, que não constitui somente o motivo condutor da propaganda censitária, como também uma legítima pergunta de todo brasileiro ao govêrno nacional, e do govêrno a todos os brasileiros, de nascimento ou de adoção (MORTARA, 1940, p. 443).

¹¹⁵ No século XXI, ainda existem problemas de registro civil no Brasil. Não por acaso, foi este o tema da redação do Exame Nacional do Ensino Médio em 2021, a saber: Invisibilidade e registro civil - garantia de acesso à cidadania no Brasil.

Para ele, todos os aspectos relevantes sobre a composição de uma população estariam abarcados pelo recenseamento:

É também a composição desta população, que os censos revelam sob variados aspectos, como biológico nas classificações por tipo étnico, sexo e idade; o familiar nas por estado civil e por condição no domicílio, o econômico nas por ocupação e por meios de vida; o intelectual nas por grau de cultura e por profissão, o geográfico político nas por naturalidade e nacionalidade etc. (MORTARA, 1940, p. 424).

Para Mortara, a população representava o meio em que se manifestam os fenômenos sociais e, sobretudo, era um fator decisivo para o conhecimento científico do mundo, a ser instrumentalizado pelos agentes de Estado:

A população não representa somente o meio em que se manifestam todos os fenômenos sociais, e que precisa ser bem conhecido para a apreciação e para a interpretação destes. representa também um fator decisivo de muitos dos acontecimentos que transformam o vulto do mundo. As revoluções, as guerras, as migrações, a grandeza e a decadência das nações, dependem, às vezes em parte preponderante, de desequilíbrios nos desenvolvimentos dos diferentes povos ou das diferentes classes sociais; logo, o conhecimento da composição quantitativa e qualitativa da população constitui um auxílio inestimável para o homem de Estado de hoje e para o historiador de amanhã (MORTARA, 1940, p. 425. Grifo nosso).

Em outras palavras, levantar estatísticas da maneira correta significava contribuir para a compreensão da humanidade sobre o mundo e a sua história social.

O estatístico compara o recenseamento de um país a uma carteira de identidade a ser vista pela comunidade internacional, contendo características sobre área, população, produção, recursos, comunicações, equipamentos, instituições, entre outros. Giorgio Mortara enfatiza sua percepção de que o censo brasileiro de 1940 ultrapassava o convencionalmente recomendado pelas instituições internacionais, em termos de extensão e de profundidade, “de modo que, terminadas as apurações, o Brasil poderá trazer nas assembléias internacionais uma carteira de identidade excepcionalmente rica de informações” (MORTARA, 1940, p. 425).

A um só tempo há no discurso de Mortara: a) uma defesa do novo censo como um marco interno para o país, corrigindo experiências passadas; b) a ambição de reconhecimento, protagonismo e prestígio internacional, pela qualidade, profundidade e inovação do recenseamento de 1940; e c) o intento de preencher lacunas do Brasil em estatísticas internacionais, em especial sobre as instituições sociais. O trecho abaixo condensa as três ideias:

Muitas linhas da carteira de identidade, que até agora ficaram em branco, poderão ser preenchidas graças ao recenseamento; avaliações grosseiras, contidas em outras linhas, poderão ser substituídas pelos resultados de observações completas e fidedignas.

Penso que será grande a satisfação dos representantes brasileiros nas reuniões internacionais quando, em vez de serem obrigados a responder “ignoramos” a quesitos sobre assuntos econômicos, puderem apresentar as contribuições da estatística nacional e valorizar o conhecimento dêste vasto sector da economia mundial, que é constituído pelo imenso território e inesgotáveis recursos do Brasil. Em outro domínio, também, o recenseamento preencherá lacunas das estatísticas internacionais a respeito desse país (...) As instituições sociais do Brasil são ainda pouco conhecidas no Exterior. O inquérito censitário oferecerá uma visão de conjunto apta a mostrar a importância e o desenvolvimento delas. (MORTARA, 1940, p. 426).

É quase como se ele dissesse que o Estado se torna digno de admiração ao apresentar seus dados organizados, coletados com as técnicas adequadas. O Brasil, em sua visão, dispunha de todas as condições de receber este reconhecimento internacional. O censo demográfico de 1940 não pleiteava somente cumprir o básico esperado de um recenseamento pela comunidade internacional. Ele pretendia ser motivo de destaque e orgulho para o Brasil, colocando o país em uma posição de prestígio.

Os tópicos a seguir tem como objetivo explorar os temas centrais do censo demográfico de 1940. Os quesitos e alternativas são comparados em alguns momentos ao censo do México e ao censo dos Estados Unidos, como referenciais na América Latina e América do Norte. Os países foram escolhidos por terem sido citados em documentos como a Resolução nº 50 e no Relatório da CCN, bem como pela disponibilidade do questionário completo. Não foram localizados os questionários do Chile, Uruguai e Paraguai em 1940. A Argentina não realizou um censo naquele ano.

Em relação à Europa, provavelmente em virtude da Segunda Guerra Mundial, não foram localizados os questionários. Alguns países, como Portugal, contam com relatórios gerais sobre a população, mas sem maiores detalhes quanto às perguntas.

4.1 FECUNDIDADE

Durante a conferência com o Itamaraty, Giorgio Mortara (1940) enfatizou a investigação da fecundidade como uma das maiores contribuições do censo demográfico brasileiro para a estatística internacional. Para ele, o conjunto das perguntas permitiria a completa análise da fecundidade e da capacidade de

reprodução brasileira, um passo científico que ainda não havia sido dado na história do país e que o tornaria único em termos de pesquisa. Isso porque, explica Mortara, a fecundidade era investigada em censos de outros países com o objetivo de compreender a queda acentuada de natalidade nessas populações. O Brasil, em oposição a populações da Europa e da América do Norte, não vivia o fenômeno de redução das taxas de fecundidade. Giorgio Mortara atribuía o fato à ausência de controles artificiais da natalidade no país. O Brasil expressaria, por consequência, a fecundidade “normal” de uma população, sem intervenções, em contraposição aos chamados estados anormais ou patológicos, onde existiam esses controles. Desta maneira, o Brasil poderia servir como um parâmetro internacional da fecundidade “normal”:

Enquanto no Brasil, pela primeira vez na história das pesquisas demográficas, vai ser observada e descrita em todos os seus característicos, uma fecundidade que, na maior parte do país, ainda não sofreu limitações pelo controle artificial dos nascimentos. Esta é a razão da extraordinária importância internacional da nossa investigação, que fornecerá uma preciosa referência para as estrangeiras, indicando o nível de fecundidade que se poderia dizer normal ou fisiológico, em contraposição aos anormais ou patológicos a que caiu a fecundidade de muitas populações europeias e norte-americanas (MORTARA, 1940, p. 427. Grifo nosso).

A fecundidade difere dos outros temas do censo demográfico brasileiro por ser o único em torno do qual orbitava um discurso explícito de relevo científico. Os quesitos destinados a essa mensuração eram quatro: se teve filhos nascidos vivos, declarar quantos; se teve filhos mortos, declarar quantos; idade em anos completos na data de nascimento do primeiro filho; e número de filhos vivos na data do recenseamento.

As instruções da pergunta sobre anos completos no nascimento do primeiro filho são particularmente instigantes, porque entre todos os textos explicativos do caderno de respostas do censo demográfico, somente ela salientava a importância do tema para a demografia brasileira: “a informação correspondente a êsse quesito deve ser tanto quanto possível exata, pela sua importância em investigações do maior interesse para a demografia brasileira” (IBGE, 1940, quesito 11).

A sinopse dos dados censitários de 1940 (1950), da mesma maneira, reiterava logo na introdução ao tópico fecundidade que o seu estudo era “fundamental para o conhecimento das características demográficas de um povo” (IBGE, 1950, p. 24/xxvii). No decorrer da publicação, não há frases similares quanto à relevância dos tópicos.

Em geral, os textos introdutórios a cada tema abordavam aspectos técnicos ou operacionais desde o princípio, seja esclarecendo o modo como a questão foi aplicada, as variáveis dos quadros elaborados a partir dos resultados, ou os problemas de interpretação identificados após a aplicação do censo. O argumento científico é um dos interesses articulados em defesa do mapeamento da fecundidade no censo, mas há outros, como veremos.

As orientações do caderno de resposta explicavam que todos os filhos deveriam ser considerados, mesmo os que não fossem do atual cônjuge ou consorte (nos termos do documento), os que não estivessem na casa ou fossem fruto de outros casamentos. É muito provável que a insistência por esclarecer a abrangência da questão viesse do tabu sobre a separação e sobre os filhos considerados ilegítimos.

Em termos legais, o casamento era indissolúvel nos anos 1940. O desquite estava previsto desde o Código Civil brasileiro de 1916¹¹⁶ (Lei nº 3.071/1916), permitindo apenas a separação dos cônjuges e seus bens, todavia sem o rompimento do vínculo do matrimônio. Dito de outro modo, não era possível que as pessoas desquitadas se casassem novamente, em termos oficiais. A Lei nº 6.515¹¹⁷, que regulamentou o divórcio no Brasil, foi formalizada por meio de emenda constitucional somente em 1977. Portanto, na prática as questões sobre filhos no censo demográfico tangenciavam um campo delicado e fortemente cerceado pela igreja católica.

Tanto as instruções quanto às perguntas sobre fecundidade foram alvo de debate na Comissão Censitária Nacional. O relatório da Comissão revela que a fecundidade não estava no projeto original do censo, tendo aparecido durante a revisão do quesito 8, sobre estado civil. Tal quesito considerava as possibilidades legais do Brasil: é solteiro? Casado? Desquitado? Viúvo? Foram excluídas da pergunta, por consenso da Comissão, “separado” e “divorciado”. As alternativas possíveis contemplavam solteiro; casado; desquitado; viúvo; e divorciado, sendo o último válido somente se a pessoa fosse divorciada por leis estrangeiras. Apesar da decisão de inserir apenas as alternativas legais, a Comissão estava ciente de que existiam outras configurações de relacionamentos na vida cotidiana. Por isso, adotou-se “cônjuge” para casamentos civis e “consorte” para mulheres que não estivessem

¹¹⁶ Lei nº 3.071, de janeiro de 1916. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071/impressao.htm>. Acesso em: 22/02/2023.

¹¹⁷ Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/divorcio-demorou-a-chegar-no-brasil>>. Acesso em: 22/02/2023.

casadas civilmente, termo mobilizado em outras partes do questionário. Não obstante, havia a orientação de que o respondente indicasse no caderno de respostas “E” para casamentos pela lei de outros países e “R” para casamentos religiosos, sem registro civil:

foi aceita complementarmente a distinção do casamento civil e religioso, dada a disseminação, mormente no interior do Brasil, dos lares constituídos unicamente pelo segundo, prevendo-se que do quesito reservado às relações com o chefe da família pudesse constar a indicação “companheira” no caso de convivência ilegítima. (CARVALHO, 1948, p. 125. Grifo nosso).

O estado civil era um tema diretamente vinculado à fecundidade, e de interesse substantivo da igreja católica, pela perspectiva moral e do aumento de fiéis, e do Estado Novo, no âmbito do povoamento civil e militar pretendido pela marcha para oeste dentro. O assunto da fecundidade tornou-se objeto de uma discussão dentro da Comissão Censitária em que tomaram partido Licínio de Almeida, Luiz Briggs, Teixeira de Freitas, Lyra Madeira, Padre Leonel Franca e Giorgio Mortara.

Licínio de Almeida, representante do Ministério de Viação e Obras públicas, teria sido o único a se opor à investigação da fecundidade. Com argumentos consoantes ao domínio científico, que em sua visão não era o mesmo domínio do censo, e acusando a baixa exatidão do questionário demográfico, ele logo foi rechaçado pelo grupo. De fato, eram premissas contrárias ao entendimento oficial sobre o censo e as estatísticas de Estado, vigentes nos decretos-lei e nas publicações acerca do recenseamento geral:

Ao se sugerir essa pesquisa, só o Sr. Licínio de Almeida a ela se opôs radicalmente, alegando que, por ser a taxa de fecundidade assunto de domínio científico, sua inclusão no questionário serviria apenas para confirmar ou não uma lei de progressão demográfica, com resultados sempre duvidosos por causa das próprias inexatidões do censo. A isso retrucou o Sr. Luiz Briggs (substituto do Sr. Heitor Bracet), que, embora concordando em considerar o assunto como objeto de conclusão científica, não via motivo para afastá-lo do recenseamento, o que importaria em declarar-lhe a falência *a priori*, sob o pressuposto de inexatidão de seus dados (CARVALHO, 1948, p. 131 e 132).

Na sequência da discussão, Carvalho (1948) narra a preocupação de Teixeira de Freitas com a possível desconfiança da população sobre o quesito. Teixeira de Freitas propôs formas alternativas de mensurar a fecundidade, o que parece ser um padrão de sua atuação no Conselho Censitário. Suas intervenções eram conduzidas

frequentemente no sentido de não se questionar de forma direta os temas considerados polêmicos, complexos ou passíveis de desconfiança da população. Por conseguinte, ele propunha utilizar a estrutura de outras instituições ou recorrer a pessoas cuja profissão seria qualificada para a coleta dos dados, de modo a fornecer melhores informações. No caso da fecundidade, Teixeira de Freitas sugeriu recuperar os dados pela lei do registro civil.

O relatório cita então a proposta de Lyra Madeira para reduzir o escopo da pergunta às mulheres, um modelo comum em outros censos da época, em vez de estender a pergunta a todas as pessoas recenseadas. A título de comparação, o censo suplementar dos Estados Unidos de 1940 reservava as últimas 3 questões às mulheres que eram ou que já haviam sido casadas, a saber: 48. *have this woman been married more than once?* 49. *Age at first marriage*; 50. *number of children ever born (do not include stillbirths)*¹¹⁸ (EUA, 1940). O questionário estadunidense vinculava estado civil com fecundidade e não indagava a fecundidade de mulheres que não haviam sido casadas, dando a entender que esta não era uma possibilidade. Ou, talvez a hipótese mais próxima da realidade, que a fecundidade de mulheres solteiras não caracterizava um fenômeno a ser mapeado.

O censo demográfico do México de 1940 questionava o estado civil, com as opções: *soltero*; *casado por lo civil*; *casado en matrimonio religioso*; *union libre*; *viudo*; *divorciado legalmente*¹¹⁹. Na sequência, perguntava-se somente para as mulheres: *edad de la mujer al celebrar el primer matrimonio o union libre*¹²⁰. E então, somente para as mulheres com filhos: *número total de hijos que nacieron vivos*; *numero total de hijos que estan vivos en la fecha del censo (vivan o no con la familia)*¹²¹ (MÉXICO, 1940). No caso do Brasil, inicialmente a votação da Comissão ouviu Teixeira de Freitas e acolheu a sugestão de Lyra Madeira:

Houve, entretanto, vacilações inspiradas pelo receio de despertar desconfiança do recenseado, havendo o Sr. Teixeira de Freitas, sem se opor a uma indagação simples, aventado a alternativa de a lei do registro civil exigir o número de ordem do nascimento da pessoa a ser registrada, com relação aos nascimentos dos irmãos, quer em registros novos, quer em averbação e

¹¹⁸ Tradução livre: 48. essa mulher já foi casada mais de uma vez? 49. Idade no primeiro casamento; 50. número de filhos nascidos (não incluir natimortos).

¹¹⁹ Tradução livre: solteiro, casado no civil, casado em matrimônio religioso, união livre, viúvo, divorciado legalmente.

¹²⁰ Tradução livre: Idade da mulher ao celebrar o primeiro matrimônio ou união livre.

¹²¹ Tradução livre: número total de filhos que nasceram vivos; número total de filhos que estão vivos na data do censo (vivam ou não com a família).

registros antigos, enquanto o Sr. Lyra Madeira recuava de uma indagação ampla, relativa ao homem, à mulher e ao casal, para outra singela, relativa somente à mulher. Ao serem postas em votação as duas propostas, a primeira de um inquérito amplo, compreendendo a fecundidade do casal, a do homem e da mulher, a segunda de um inquérito reduzido, relativo somente à fecundidade da mulher, àquela rejeitada por maioria. (CARVALHO, 1948, p. 131 e 132).

Todavia, essa decisão foi revista após a arguição do padre Leonel Franca. A manifestação do padre chama a atenção não apenas por seu conteúdo, mas também em razão da raridade de suas intervenções no decorrer do relatório da Comissão Censitária, ao todo, três. Na discussão sobre fecundidade, o padre Leonel Franca defendeu que as questões não permanecessem restritas às mulheres por um motivo bastante específico: em posse dos dados sobre a fecundidade de homens e mulheres, junto a outros quesitos censitários, seria viável contabilizar as concepções fora dos casamentos¹²²:

Vencedora a segunda proposta referente à mulher, o Sr. Padre Leonel da Franca lembrou que conviria apurar a sua fecundidade na constância do matrimônio e as possíveis concepções extra matrimoniais, o que se obteria por exclusão, totalizando o tempo de casada e o número de seus filhos, inclusive *nati-mortui*, conforme o modelo argentino¹²³, sem constrangimento para a declarante.

O comentário de Leonel Franca revela o teor moral de sua proposta, alinhado à ala conservadora da igreja presente no Estado Novo. O artigo publicado pelo Padre Leonel Franca em 1940, na Revista Brasileira de Estatística¹²⁴, intitulado “Crise da família à luz das estatísticas” (FRANCA, 1940), aprofunda a colocação do excerto acima. Na publicação, ele compartilha premissas que explicam em grande medida seu posicionamento na CCN e em outras instituições por onde circulou no Estado Novo, em especial as educacionais. Munido de elevado poder de influência, o padre era um importante representante da igreja das alas mais conservadoras da igreja. Apresentado como consultor técnico do Conselho Nacional de Estatística, no artigo Franca define a família como uma célula viva da sociedade, cuja função principal seria

¹²² Entre os livros publicados do Padre Leonel Franca, um deles era “O Divórcio”, de 1954. Não sabemos, no entanto, em qual ano o livro foi escrito, pois está em um compilado com XIV tomos da Editora Agir, do Rio de Janeiro.

¹²³ Como não houve censo argentino em 1940, a referência provavelmente tratava de censos anteriores.

¹²⁴ Chama a atenção outro texto de Leonel Franca na RBE de 1942, v. 3, n. 11: “Estatística e moral, religião e suicídio”. No texto, Leonel Franca trabalha as estatísticas de suicídio à luz da religião, discutindo com Durkheim. Portanto, pode-se dizer que Durkheim foi uma referência lida pelo padre.

garantir a sua continuidade por meio dos novos nascimentos. A família estaria sendo acometida por um mal o que Franca se dispõe a descrever, com o apelo alarmista do necessário diagnóstico e tratamento: “é muitas vezes necessária a enfermidade para dar-nos a consciência aguda da importância de um órgão na economia vital” (FRANCA, 1940, p. 36).

A crise da família, pautada por Leonel Franca como um dos problemas mais graves da civilização, consistia na baixa natalidade observada em diversos países europeus, tal como o envelhecimento das nações, ambos demonstrados por dados estatísticos de 1865 a 1936. Em sua visão, o recorte da estatística pela fecundidade das mulheres mostraria a crise real que se espalhava pelo planeta: “a recusa egoísta da prole vai ganhando um número de mulheres cada vez mais avultado” (FRANCA, 1940, p. 40). Os números, nas palavras do religioso, espelhariam com serenidade objetiva um mal profundo a ser combatido.

A explicação para o número de nascimentos tornar-se inferior ao de óbitos, segundo o religioso, estaria nas restrições artificiais¹²⁵ da reprodução humana, junto a melhores condições de higiene que ampliaram a longevidade da população. A França é citada pelo padre como um exemplo de decadência, pois ali Leonel Franca constata “a dissolução contínua e gradual do tecido demográfico de uma das raças mais privilegiadas da nossa civilização” (FRANCA, 1940, p. 42). Note-se que raça aparece como sinônimo de naturalidade nesse contexto e há um elogio à França em termos raciais: ela era privilegiada, provavelmente por estar na Europa e ter uma população majoritariamente branca, se considerarmos as teorias eugênicas da época.

Em alusão à sociedade como um organismo, o padre evoca vocábulos que remetem ao biológico, como vírus, flagelo, hemorragias, adoecimento, anemia demográfica, remédio, vitalidade (como também faz Carneiro Felipe). Mescla-os a caracterizações fortes, em constante referência à periclitância dos fatos, com palavras como catástrofe, desastre, extinção, dolorosas consequências, extrema gravidade, espetáculo desolador, declínio lúgubre. A “velocidade catastrófica” e as “consequências desastrosas” desse fenômeno, evidente nas “famílias raquíticas”, deveriam ser apontadas para o estudo de soluções. O perigo era maior por não ser percebido de imediato: “sob aparências do nosso esplêndido progresso material não

¹²⁵ Embora Giorgio Mortara e Pe. Leonel Franca falem de restrições e controles artificiais de natalidade, eles não indicam quais eram.

se ocultaria um vírus sutil que vai lhe corroendo o cerne da vitalidade?” (FRANCA, 1940, p. 37). A redução da família significaria, no limite, a extinção completa de uma nação, um caminho fatal e sem retorno. Vale notar o descompasso entre o discurso de Giorgio Mortara e o de Leonel Franca. Mortara encarava as questões de fecundidade no censo como uma oportunidade de pesquisa científica, justamente porque não considerava existir declínios de fecundidade no Brasil. Por seu turno, o padre adotava um tom alarmista sobre os perigos de redução da fecundidade no país.

O representante da igreja enumera os resultados do que chama de perda da riqueza humana em todos os domínios. Na seara financeira, prevê a diminuição da população ativa, como a redução de consumidores e de trabalhadores na indústria e agricultura, além do desequilíbrio dos seguros sociais. Na esfera econômica, ele elenca impactos no sistema tributário e orçamento público, o crescimento de despesas, redução de receita e a possibilidade de crises financeiras de repercussões incalculáveis (FRANCA, 1940). No que tange à moral, mesmo que não pudessem ser expressas em números, sustenta o padre, as consequências seriam igualmente funestas. Isso porque, em sua leitura, nas famílias grandes se formava o caráter, amor ao trabalho, dedicação, senso de economia, sacrifício e solidariedade, essenciais para o bom andamento de um país. A família estaria localizada, por conseguinte, na origem da catástrofe.

A partir da família, desdobravam-se efeitos severos sobre a nação: “núcleo demográfico, por natureza, tudo o que tenda a diminuir-lhe a solidez, a estabilidade e a continuidade, tenderá outrossim a debilitar as energias e corroer a vitalidade da nação” (FRANCA, 1940, p. 49. Grifo nosso). Por suposto, a prosperidade nacional dependeria diretamente das famílias numerosas e da proeminência da juventude. Em nota de rodapé, Franca reforça: “não envereda certamente pela estrada alegre da prosperidade o povo em que se fabricam mais ataúdes do que berços” (FRANCA, 1940, p. 48, nota de rodapé nº 10).

O remédio para o suposto mal esboçado pelo padre viria de uma análise atenta de suas origens, até que se encontrasse uma solução que ele admitia não ter: “assunto de mais largo estudo situado para além das fronteiras que nos impusemos: apontar o mal, a gravidade dos seus sintomas e as possibilidades trágicas de suas consequências (FRANCA, 1940, p. 50).

Entre os textos do padre Leonel Franca, um denominado “a crise da natalidade”, de lógica muito similar à publicação na RBE, teria sido utilizado junto a

outras referências para a elaboração do Estatuto da Família, em 1939. O Estatuto foi um projeto de lei de Gustavo Capanema que não chegou a ser ratificado por Vargas, segundo Schwartzman (1981) em razão da polêmica criada em seu entorno. Embora não tenha sido promulgado, Simon Schwartzman encontrou no documento uma oportunidade para compreender a polarização de setores conservadores da sociedade à época, principalmente da igreja católica e da ala de Leonel Franca. Para Schwartzman (1981), o projeto do Estatuto refletia a relevância da normatização da família no Estado Novo (presente nas questões do censo demográfico). O sociólogo avalia o episódio do Estatuto da Família como um exemplo da relação próxima entre o Estado e a igreja à época, bem como dos limites estabelecidos pelo primeiro em relação ao segundo. Assim como Bomeny (1999), Schwartzman (1981) reconhece as limitações impostas por Vargas à igreja:

O episódio da definição de uma política estadonovista para a família ilustra com bastante clareza a forma pela qual se dava e até onde ia este relacionamento, e mostra que, apesar de influentes em certos setores – particularmente junto ao Ministério da Educação – os setores católicos não conseguiam fazer prevalecer seus pontos de vista contra a orientação predominantemente secular e não confessional da liderança de então. (SCHWARTZMAN, 1981, p. 77).

O conteúdo do Estatuto, resume Schwartzman, incentivava o casamento e as famílias com numerosos filhos. Os direitos da mulher retrocederiam: presa ao lar pela função de procriadora, o Estado implementaria medidas para que a mulher não pudesse trabalhar fora de sua casa, nem gozasse de autonomia. A censura moral entraria em todas as esferas da sociedade e seria proibida qualquer espécie de propaganda anticoncepcional. O divórcio seria terminantemente negado.

Uma das pessoas a protestar contra o projeto do Estatuto da Família foi Rosalina Lisboa (1900 -1975). Jornalista e diplomata, ela apoiou a Revolução de 30 e é uma das poucas mulheres efetivamente citadas nos textos levantados para esta dissertação sobre as relações políticas no Estado Novo. Schwartzman (1981) descreve a carta enviada por Lisboa a Oswaldo Aranha, em que ela teria rebatido argumentos em defesa do Estatuto, acusado o fundo moral e indicado o retrocesso que o projeto traria nos avanços dos direitos das mulheres ratificados pelo próprio Vargas. De fato, percebe Schwartzman, o projeto da igreja parecia se preocupar antes com a moral cristã conservadora do que com a fecundidade em si. Apesar de não ter

saído do papel, os representantes da igreja continuavam influenciando as decisões de Estado, como foi o caso do Padre Leonel Franca na Comissão Censitária Nacional.

Depois da arguição de Leonel Franca, os integrantes da Comissão concordaram com a investigação da fecundidade tanto das mulheres quanto dos homens. A tônica do debate passou a ser então o nascimento de filhos. A dúvida era se os quesitos deveriam contemplar somente os filhos nascidos vivos, ou se incluiriam também os nascidos mortos.

Giorgio Mortara alertou sobre o posicionamento do gabinete técnico, para o qual a informação extra não faria diferença, visto que interessava apenas a chamada fecundidade útil. Em contrapartida, o argumento decisivo para conquistar a maioria dos votos da CCN tratava de conhecer a fecundidade total para a *saúde coletiva*:

Segundo o ponto de vista do gabinete técnico, exposto pelo Sr. Giorgio Mortara, o que interessava à sociedade era, não a fecundidade em si, denunciada pelos filhos nascidos mortos e vivos, mas a fecundidade útil, da qual somente nascidos vivos era um índice; segundo o ponto de vista divergente, não bastava conhecer a fecundidade útil, importante conhecer a fecundidade total para fins de saúde coletiva. Quando, para dirimir a divergência, se pôs em votação se deveria ser incluída no texto a indagação sobre os nati-mortos e no caso afirmativo, se devia sê-lo quesito separado, a Comissão, por maioria, pronunciou-se a favor do quesito aditivo. (CARVALHO, 1948, p. 131 e 132).

A saúde, o sanitarismo e a higiene parecem permear a história dos censos demográficos brasileiros. Outrora nos agentes que o pensavam, como vimos no início do século XX, e então agregados a quesitos a princípio concebidos com outras finalidades, como a educação e a fecundidade. Ao mesmo tempo, chama a atenção o fato de que a questão sobre os filhos nascidos mortos foi incluída para fins de saúde coletiva, contudo não havia menção a temas como mortalidade infantil. Não havia perguntas diretas sobre o óbito de crianças e as suas causas, nem da parte da igreja, nem da parte da CCN alinhada a um discurso mais científico. As preocupações eram outras. Os recortes dos discursos da moralidade, do progresso e da ciência percorriam outros caminhos.

A partir do exposto, podemos dizer que nas discussões sobre fecundidade travadas por integrantes da CCN, encontravam-se (não sem embates) interesses políticos, científicos, sanitários, militares e morais, todos acomodados em maior ou menor grau no interior do Estado Novo. Em torno da fecundidade, existia a vanguarda técnica proposta por Mortara, o moralismo da igreja, preocupada com filhos fora de

casamentos, as políticas de povoamento do oeste e o contraste com a ausência outras questões, como a mortalidade infantil, para além dos natimortos, que a princípio também não entrariam no questionário. Existia uma convergência de interesses e descompassos de discurso entre os grupos e seus intelectuais.

4.2 TRABALHO E SEGURIDADE SOCIAL

A historiadora Ângela de Castro Gomes (1982) perscruta a relação entre ideologia e trabalho no Estado Novo. Para ela, os anos 1930 e 1940 são revolucionários para o trabalho no Brasil porque há a construção de um grande aparato político, legal e cultural que dá um tom distinto e um novo rumo ao tema no país. De fato, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o primeiro ministério a tratar de trabalho no Brasil, data de 1930. É de 1934 a primeira legislação trabalhista no Brasil; de 1939 a Justiça do Trabalho, com Juntas de Conciliação e Julgamento; e o início das comemorações públicas do dia do Trabalhador (1º de maio). Data de 1940 o decreto-lei sobre salário mínimo; e de 1943 a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Ainda no Governo Provisório de Vargas, o Brasil ratificou convenções internacionais¹²⁶ da Organização Internacional do Trabalho¹²⁷ (OIT). Entre elas, a nº 3, relativa ao emprego de mulheres antes e depois do parto; a nº 4, sobre trabalho noturno das mulheres; a nº 5, de idade mínima de admissão em trabalhos industriais; a nº 6, consoante ao trabalho noturno de menores na indústria; e a nº 7, sobre a idade mínima para admissão de menores no trabalho marítimo.

Daniel Pécaut (1990), em concordância com Wanderley Guilherme dos Santos, atenta para a regulamentação das profissões, leis trabalhistas e sindicais nos anos 1930 como bases do que chama de um sistema de cidadania regulada. Calcado sobre a atribuição de direitos em função da filiação profissional, esse sistema de cidadania necessariamente vincula os agentes ao Estado, dependendo deste o reconhecimento das categorias coletivas (como os próprios sindicatos).

Seguindo este caminho, a ideologia estruturada pelo Estado Novo, salienta Gomes (1982) teria fomentado mudanças no sentido de valorização do trabalhador,

¹²⁶ Disponíveis em: <<https://www.ilo.org/brasil/convencoes/lang--pt/index.htm>>. Acesso em: 10/03/2023.

¹²⁷ Fundada em 1919, ao fim da I Guerra Mundial. Mais informações em: <<https://www.ilo.org/brasil/conheca-a-oit/hist%C3%B3ria/lang--pt/index.htm>> Acesso em: 10/03/2023.

bem como atribuído a ele um papel e um lugar inéditos no discurso e nas ações estatais: o de centralidade. O censo demográfico de 1940 do Brasil expressa essa centralidade a partir da quantidade de questões sobre trabalho: 11 no total, praticamente 25% do questionário.

Além dessas, havia outras perguntas intimamente relacionadas, como a previdência e a seguridade social. A definição de trabalho útil do questionário ilustra o que se tentava mapear: “para fins do recenseamento, todo trabalho útil constitui ocupação registrável, desde que tenha alcance social, seja em benefício da coletividade, seja no da família, seja no próprio indivíduo” (IBGE, censo 1940. Grifo nosso).

No Estado Novo, o trabalhador passa a ser visto como um herói da nação, pela associação direta entre trabalho e a riqueza nacional, bem como do trabalho com a cidadania (GOMES, 1982). A pesquisadora sustenta que, até então, a pobreza no Brasil não era encarada pelos governos como algo a ser combatido por meio da intervenção do Estado. Contudo, após a Primeira Guerra Mundial (1914- 1918), intelectuais e políticos brasileiros teriam passado a se debruçar sobre a questão e relacioná-la às mazelas sociais e aos problemas nacionais. Simultaneamente, Gomes cita a decaída da identificação desses grupos com o liberalismo econômico e com a noção de Estado mínimo. A partir dos anos 1930, organizar o mercado de trabalho e reduzir a pobreza se tornam a tônica das políticas públicas de um estado intervencionista:

É a partir desse momento que podemos identificar toda uma política de ordenação do mercado de trabalho, materializada na legislação trabalhista, previdenciária, sindical e também na instituição da Justiça do Trabalho. (...) Promover o homem brasileiro e defender o progresso e a paz no país eram objetivos que se unificaram em uma mesma e grande meta. Transformar o homem em cidadão/ trabalhador, responsável por sua riqueza individual e também pela riqueza do conjunto da nação. (GOMES, 1982, p. 152).

O discurso ideológico do Estado novo, para a estudiosa, teria passado a propagar o trabalho enquanto direito e dever; tarefa moral; realização pessoal e dignificação da pessoa; felicidade; necessidade e obrigação do cidadão para com a sociedade. A civilização e o progresso do país viriam fundamentalmente do trabalho, que era, por consequência, uma responsabilidade de todos e uma maneira de servir a pátria (GOMES, 1982).

Boris Fausto (2019) entende a política trabalhista como um dos elementos mais coerentes do governo de Getúlio Vargas. Considerando diferentes fases do governo, o autor defende a presença do caráter inovador na esfera trabalhista desde o início, se comparada ao período que a precedeu. Se antes a atenção do Estado ao trabalhador era esporádica, no Estado Novo era uma política governamental própria. Em tom mais crítico do que Gomes, Boris Fausto menciona dois objetivos da política trabalhista de Vargas: “reprimir os esforços organizatórios da classe trabalhadora urbana fora do controle do Estado e atraí-la para o apoio difuso ao governo” (FAUSTO, 2019, p. 286). Para o primeiro ponto, o historiador reforça o aumento da repressão aos partidos e organizações à esquerda, enquanto para o segundo, ele enumera marcos legais e institucionais de proteção ao trabalhador.

Os quesitos do censo demográfico sobre trabalho não só espelhavam a política trabalhista do Estado Novo, como examinavam os seus resultados iniciais. Talvez por essa especificidade, não houvesse tantas questões análogas em censos de outros países, frequentemente usados como comparativos pela CCN, como o México e os EUA. No Brasil, as perguntas investigavam a função principal e secundária da pessoa recenseada (com as mesmas instruções de resposta), o ramo de atuação, o local de trabalho, o formato de remuneração, o tipo de vínculo empregatício e a sindicalização.

O relatório da Comissão Censitária Nacional descreve a dificuldade de consenso sobre quais seriam as perguntas: “(...) não se harmonizam facilmente os pontos de vista, uns propensos a reduzir as indagações em benefício da eficiência das respostas, outros inclinados a mantê-las integralmente” (CARVALHO, 1948, p. 128). As questões sobre ocupação principal e secundária pareciam especialmente importantes na discussão, por colocarem em foco o que se chamou de fenômeno da acumulação profissional no Brasil. Mais uma vez, foram empregados argumentos comparando o Brasil a outros países: “(...) no Brasil, onde, por não haver tanta especialização como nos países de população densa, são numerosos os indivíduos que exercem diferentes ofícios” (CARVALHO, 1948, p. 128).

No trecho, a falta de especialização profissional parece ser atribuída à baixa densidade demográfica do Brasil, resultando em pessoas vinculadas a mais de um ofício simultaneamente. Em nenhum momento se fala sobre a renda da população, nem se cogita o acúmulo de empregos por motivos financeiros, de subsistência. O trabalho não estava associado à renda no censo demográfico e esta não é abordada

em parte alguma deste censo, nem mesmo dentro de outros tópicos. O recorte do censo demográfico, da forma pela qual foi construído, era incapaz de interpelar a pobreza de forma direta.

Outro ponto pautado na CCN versou sobre os ditos desocupados ou desempregados. Teixeira de Freitas posicionou-se contrário à inclusão de um item correspondente ao tema, argumentando que o quesito não cabia ao censo demográfico, e sim a um estudo sobre crise econômica social. Em sua visão, essa situação não era aplicável ao Brasil: “o desemprego não é propriamente condição para caracterizar os indivíduos recenseados, mas sim, um estudo da crise econômica-social, que não ocorre no Brasil, pelo que não há como figurar no recenseamento” (CARVALHO, 1948, p. 129).

O enfoque distinto das perguntas sobre emprego e desemprego em censos demográficos¹²⁸ de outros países do mesmo ano é sintomático de uma lacuna relevante no Brasil. O censo dos Estados Unidos¹²⁹ contava com sete questões só sobre esse assunto, sugerindo elevada preocupação com a dupla emprego/desemprego, talvez ainda como reflexo da Crise de 1929, a qual também atingiu o Brasil. Perguntava se a pessoa estava empregada e, em caso negativo, se possuía um emprego público de emergência. Caso a resposta fosse negativa para ambas, a indagação seria se estava procurando por emprego e, se não estava, se possuía um negócio ou similar. Em seguida, caso a pessoa respondesse “não” para os quatro questionamentos, deveria indicar se a) estava engajada no trabalho doméstico de sua casa, b) se estava na escola, c) se era inapta a trabalhar, ou c) outra.

¹²⁸ A Argentina realizou em censo demográfico em 1914 e depois somente em 1947, o que se aproxima mais do censo do Brasil de 1950 do que de 1940. Disponível em: <<https://www.censo.gob.ar/index.php/historia/>>. A Bolívia igualmente não realizou censo em 1940, passando do ano 1900 para 1950: <<https://censo.ine.gob.bo/historia-de-los-censos/>>. Não foram localizadas informações sobre os censos do Chile, Uruguai e Paraguai.

¹²⁹ Disponível em: <<https://www.archives.gov/research/census/1940>>. Acesso em: 11/02/2023.

Figura 17 – Segmento do censo demográfico dos EUA de 1940

Line No.	Was this person AT WORK for pay or profit in private or nonemergency Govt. work during week of March 24-30? (Y or N)	If not, was he at work on, or assigned to, public EMERGENCY WORK (WPA, NYA, CCC, etc.) during week of March 24-30? (Y or N)	If neither at work nor assigned to public emergency work. ("No" in cols. 21 & 22)		For persons answering "No" to questions 21-24.	
			Was this person SEEKING WORK? (Y or N)	If not seeking work, did he HAVE A JOB, business, etc.? (Y or N)	Indicate whether engaged in home housework (H), in school (S), unable to work (U), or other (Ot).	CODE
	21	22	23	24	25	E
1.						
2.						
3.						
4.						
5.						
6.						
7.						

National Archives and Records Administration

Fonte: National Archives and Records Administration, EUA.

Para a pessoa que estivesse trabalhando, a questão passava a ser a quantidade de horas por semana. Caso estivesse desempregada, há quantas semanas. Na sequência, havia perguntas sobre ocupação, ramo, classe de trabalho e rendimentos. O censo do México de 1940 continha apenas quatro quesitos sobre qual era a ocupação, o vínculo empregatício, o tipo de estabelecimento do trabalho e, para desempregados, há quantos meses estavam naquela situação. Ainda que em diferentes proporções, tanto o México quanto os EUA investigaram o desemprego por meio do censo.

O desemprego e a crise econômica parecem ser os maiores silêncios do censo demográfico brasileiro. Não se admitia a possibilidade de ambas as situações existirem no Brasil. Não se falava sobre informalidade do trabalho (para qual não eram aplicáveis os recém adquiridos direitos trabalhistas) ou da renda recebida pelas atividades laborais. Não existiu quesito censitário sobre o assunto e a discussão na CCN não avançou após a citada declaração de Teixeira de Freitas.

Na realidade, as perguntas do censo demográfico sobre trabalho sugerem um escrutínio das políticas recentes do próprio Estado Novo. O censo visava saber das relações de trabalho da pessoa recenseada, se ela utilizava os serviços recentemente criados, se acessava determinados direitos trabalhistas. O intuito parecia ser verificar como o Estado vinha se apresentando à população e como a população se apropriava dos novos direitos e possibilidades relacionados a trabalho. O censo não adentrava os aspectos do trabalho que o Estado não alcançava ou que não havia sido capaz de solucionar. A hipótese é a de que a imagem de um Brasil com desemprego e crises não seria compatível com a propaganda do Brasil do trabalhador, disseminada pelo Estado Novo. O Brasil do imaginário e do discurso do Estado Novo era próspero e rumava em direção ao progresso.

A versão definitiva do questionário demográfico esperava respostas acuradas, que seriam combinadas entre si para compor o cenário de análise. As instruções do questionário elucidavam a ideia de atividade profissional que o censo buscava mapear: era fruto da combinação da profissão, ramo de atividade, local de trabalho, se a remuneração era direta ou indireta, e se o trabalhador era empregado, empregador, ou trabalhava por conta própria. No caso de ser por conta própria, deveria ser informado se havia ajuda de outras pessoas da família.

Para o quesito sobre a profissão, os exemplos detalhados expunham a lógica esperada para a resposta:

De acôrdo com êsse critério, uma pessoa que trabalhar na agricultura será recenseada como administrador, retireiro, campeiro, trabalhador de enxada, proprietário, arrendatário, etc.; o indivíduo que trabalhar na indústria de tecidos, será recenseado como tecelão, cardador, tintureiro, etc.; o que exercer a sua atividade na indústria de madeiras poderá ser um marceneiro, um carpinteiro, um serrador, etc.; o metalúrgico figurará no boletim com a sua função de ferreiro, caldeireiro, fundidor, laminador, etc.; as pessoas que exercem profissões liberais serão recenseadas segundo essas profissões - magistrado, tabelião, médico, advogado, sacerdote, etc.; os militares serão recenseados segundo seus postos, e assim por diante. A caracterização completa da atividade profissional será dada pela combinação dos registros do quesito 28 com os dos seguintes do ns. 29 a 32 (IBGE, 1940, p. 2).

Na mesma linha, as orientações do quesito sobre o local onde era exercida a atividade principal dispunham de 21 exemplos de suporte:

Declare-se de maneira precisa o local onde o recenseado trabalha como, por exemplo: “fazenda de criação”, “chácara de flores”, “mina de carvão de pedra”, “usina de açúcar”, “oficina de automóveis”, “fábrica de malas”,

“padaria”, “farmácia”, “casa de saúde”, “estaleiro de construção naval”, “escritório comercial”, “armazém de vendas”, “escritório de construções civis”, “consultório médico”, “estrada de ferro”, “serviço de ônibus”, “serviço ambulante”, “estabelecimento de ensino”, “teatro”, “repartição de jornal”, “repartição pública federal”, etc. (IBGE, 1940, p. 2).

A questão sobre o ramo da atividade contou com a maior quantidade de exemplos listados pelo censo demográfico de 1940, totalizando cerca de 40 itens:

Responda-se, pois, neste quesito, o ramo da atividade em que ele exerce a sua função ou cargo, como por exemplo: agricultura, criação, caça e pesca, indústria extrativa mineral, indústria têxtil, couros e peles, madeiras, metalurgia, cerâmica, produtos químicos, produtos alimentícios, vestuário, mobiliário, produção e transmissão de energia, indústrias gráficas, transportes marítimos, transportes fluviais, transportes terrestres, transportes aéreos, correios, telégrafos, telefones, comércio de títulos, comércio de moedas, corretagem e comissões, comércio de mercadorias, exército, armada, polícia, bombeiros, administração pública estadual, administração pública municipal, administração particular, profissões liberais (religiosas, judiciárias, médicas, magisteriais, de ciências, letras, ciências, letras e artes), serviço doméstico, etc (IBGE, 1940, p. 2).

Esses ramos de atividade profissional consideraram recenseados a partir dos 10 anos¹³⁰ de idade e foram condensados em 12 grupos principais na sinopse de divulgação dos resultados censitários (IBGE, 1950), a saber: 1. Agricultura, pecuária e silvicultura; 2. Indústrias extrativas; 3. Indústrias de transformação; 4. Comércio de mercadorias; 5. Comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização; 6. transportes e comunicações; 7. Administração pública, justiça e ensino público; 8. defesa nacional, segurança pública; 9. profissões liberais, culto, ensino particular, administração privada; 10. serviços, atividades sociais; 11. atividades domésticas, atividades escolares; 12. condições inativas, atividades não compreendidas nos demais ramos, condições ou atividades mal definidas ou não declaradas (IBGE, 1950, p. 21/ xxiv).

Alguns elementos merecem atenção neste agrupamento. As atividades domésticas estavam classificadas junto às atividades escolares. Cabe a indagação: por que atividades com objetivos distintos estariam no mesmo grupo de ramo profissional? Talvez o caminho para uma explicação guarde vínculo com a concepção de que as atividades domésticas, assim como as atividades escolares (relativas a

¹³⁰ A idade mínima para trabalho em indústrias era 14 anos, conforme a convenção nº 5 da Organização Internacional do Trabalho, publicada em 1919 e ratificada pelo Brasil em 1934. Para trabalho marítimo a idade mínima era de 15 anos. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasilia/convencoes/WCMS_234872/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 10/03/2023.

estudantes, pessoas que frequentavam a escola), não caracterizavam um trabalho de fato, no sentido de ofício, como será discutido adiante. Ao mesmo tempo, não se negava que os serviços domésticos eram, em algum grau, um ramo de atividade, na medida em que não estavam alocados no grupo de “condições inativas”.

O trabalho doméstico ou trabalho das donas de casa, nos termos do relatório e das instruções do censo, foi uma das pautas do debate da CCN. Lyra Madeira teria considerado desnecessário adicionar uma coluna específica para as chamadas donas de casa que não tivessem outras ocupações, “porque estes [trabalhos domésticos] já se presumem como corolário da sua condição no lar” (CARVALHO, 1948, p. 129). O trabalho doméstico também não foi considerado no cálculo da população ativa, por ser gratuito, conforme as instruções da pergunta 31 do caderno do censo demográfico, acerca da remuneração direta ou indireta:

De acôrdo com êsse conceito, os filhos do agricultor ou do industrial, que auxiliam gratuitamente na empresa de que provém a renda do lar, devem ser considerados como pessoas exercendo uma ocupação indiretamente remunerada. Idêntico critério se aplica às espôsas que auxiliam o marido na exploração econômica de estabelecimentos agrícolas ou industriais. Não se verifica o mesmo, entretanto, em relação aos serviços inerentes à condição de dona de casa que são, por sua natureza, gratuitos e não são levados em consideração no cálculo da população ativa. (IBGE, Censo 1940, p. 5).

Em contraste, o censo demográfico de 1940 do México¹³¹, contava com um item exclusivo para trabalho doméstico já no início do segmento *ocupacion, trabajo, oficio o profesión*¹³², a saber: *quehaceres domesticos en su propia casa*¹³³. O censo estadunidense trazia a opção *engaged in home housework*¹³⁴, mas era uma alternativa que aparecia apenas se a pessoa indicasse não ter um trabalho pago, nem um trabalho público de emergência, e que também não estava procurando emprego. Curiosamente, em ambos os países o trabalho doméstico não era explicitamente relacionado às mulheres, como no caso do Brasil, onde se empregava o termo “dona de casa” nas instruções oficiais do censo demográfico.

Uma conclusão possível é a de que, naquele momento, da perspectiva do grupo que elaborou o censo demográfico brasileiro, o trabalho doméstico era em essência feminino e não parecia ser um assunto de interesse nacional, uma vez que

¹³¹ Disponível em: <<https://www.inegi.org.mx/programas/ccpv/1940/>>. Acesso em: 11/02/2023.

¹³² Tradução livre: ocupação, trabalho, ofício ou profissão.

¹³³ Tradução livre: afazeres domésticos em sua própria casa.

¹³⁴ Tradução livre: engajado (a) no trabalho doméstico de sua casa.

não entrava nos mapeamentos sobre a profissão, nem na composição da população ativa. Os materiais censitários (caderno de respostas, sinopse de resultados, relatório da CCN) parecem ora distinguir, ora apagar a diferença entre trabalho doméstico no sentido de prestadores de serviço que frequentam uma casa, e o trabalho doméstico feito pela família. Talvez essa falta de clareza seja sintomática da baixa relevância dessas categorias para a CCN.

Outra pergunta valiosa do censo demográfico era sobre o pertencimento sindical. A questão fechada admitia as respostas “sim” ou “não”, sem orientações adicionais. O que chama atenção não são os escassos detalhes, mas a existência dessa pergunta em um censo. Não havia indagação similar no censo do México e EUA de 1940, nem no censo argentino de 1947. Boris Fausto (2019) destaca a adoção do princípio da unidade sindical a partir de 1937, regulamentado pelo Decreto-Lei nº 1.402¹³⁵ de 1939. Em sua leitura, o decreto aumentou a verticalidade e dependência do sindicato em relação ao Estado, somando-se à proibição de greves vigente desde 1934. O imposto sindical (contribuição sindical obrigatória) foi instituído em 1940, tendo se tornado o meio básico para financiar o sindicato e, na interpretação de Fausto (2019), da subordinação do sindicato ao Estado Novo. O sindicato dependeria menos da quantidade de sindicalizados e estaria mais próximo do Estado.

As diretrizes sindicais impostas pelo Estado Novo a um só tempo aumentavam o seu poder centralizador, ampliavam controle sobre os sindicatos e reforçavam a imagem de um governo focado no trabalhador. É inegável que o recenseamento geral reforçava as políticas trabalhistas do Estado Novo. A construção da figura de Vargas enquanto personificação do Estado, protetor, grande líder do povo e pai dos pobres era fortalecida por elas. Houve um grande esforço de construção da imagem simbólica de Getúlio Vargas, promovido principalmente pelos meios de comunicação controlados pelo governo, na figura institucional do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que contava com representantes dentro da CCN. Mônica Pimenta Velloso (1982) investiga a imagem de Vargas propagada pelas revistas *Cultura Política*, publicação oficial do regime, feita pelo DIP, e a *Ciência Política*, publicação do INCP, orientada também pelo DIP. Em sua leitura, na *Cultura Política*, destinada às elites intelectuais (incluídos os integrantes da CCN), Getúlio Vargas seria cultuado

¹³⁵ Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1402-5-julho-1939-411282-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10/03/2023.

por seu pensamento e realizações. Na Ciência Política, direcionada à população em geral, Velloso identifica um culto extremo a Vargas, pela recuperação de sua história e de sua família, e por sua apresentação como a personificação do ideal positivista. Na interpretação de Velloso (1982), o Estado Novo concretiza a primeira tentativa de atribuir um sentido mítico ao Estado, na figura de um chefe que totalizava a identidade do representante e dos representados. Se o Estado era novo, o novo era trazido pelo próprio Vargas, ao mesmo tempo em que ele afirmava resgatar os vínculos com as raízes da identidade brasileira: “o ‘mito Vargas’ emerge como a própria personificação desse ‘novo’, na medida em que concretiza o ‘desejo’ e a ‘alma nacional’” (VELLOSO, M. 1982, p. 82).

É nesse sentido que Boris Fausto (2019) admite uma convergência de interesses que reuniam o fortalecimento da figura mítica de Getúlio Vargas, a implementação das políticas trabalhistas e os benefícios sociais instituídos em seu governo:

O guia e pai doava benefícios a sua gente e dela tinha o direito de esperar fidelidade e apoio. Os benefícios não eram fantasia. Mas sua grande rentabilidade política se deve a fatores sociais e à eficácia da construção simbólica da figura de Getúlio Vargas, que ganhou forma e conteúdo no Estado Novo (FAUSTO, 2019, p. 320).

Dentro do conjunto de medidas da política social do Estado Novo, Ângela de Castro Gomes (1982) identifica dois grupos de iniciativas, desdobrados a partir da noção de centralidade do trabalho. O primeiro grupo se referia à previdência e assistência social, cujo propósito era indenizar o trabalhador em caso de perda de saúde, e quando viável, restituir e aumentar sua capacidade de trabalho. Gomes sugere que havia ali uma percepção de saúde ampliada, relacionada à ideia da medicina social. Ali estariam abarcadas as dimensões do corpo, da mente e do sanitarismo público, por meio práticas que contemplavam higiene, pedagogia, sociologia e psicopatologia (GOMES, 1982).

O censo de 1940 demonstra o interesse do Estado pelo assunto na forma dos quesitos 40 a 43: Recebe algum benefício de previdência social? Em que qualidade: aposentado, jubilado, reformado ou pensionista? Contribui pessoalmente para instituição oficial de montepio ou previdência? Está segurado em companhia particular sobre vida ou contra risco de acidente pessoal?

Não obstante, a definição de benefício de previdência social era detalhada e nos permite um vislumbre das estruturas existentes à época, muitas delas criadas naquele governo:

Entende-se a renda que o recenseado receber proveniente dos cofres públicos, para amparo nos servidores do Estado retirados da vida ativa por invalidez ou outros motivos previstos na lei, ou que receber fundos especiais mantidos por contribuições obrigatórias em favor dos próprios contribuintes ou sua família. Exemplos: o montepio dos funcionários públicos civis, os vencimentos dos aposentados, reformados etc., os auxílios pagos aos operários pelas caixas de pensões e aposentadorias e outros benefícios desse gênero (IBGE, censo 1940).

O segundo grupo de medidas de política social no Estado Novo percebido por Gomes (1982) se refere à prevenção e à promoção da saúde do trabalhador por meio de melhores condições de vida e, portanto, ao combate à pobreza:

Podemos detectar também toda uma estratégia político ideológica de combate a pobreza, que estaria centrada justamente na promoção do valor do trabalho. O meio por excelência de superação dos graves problemas socioeconômicos do país - cujas causas mais profundas radicava-se no abandono da população - seria justamente o de assegurar a essa população uma forma digna de vida, o que significava, em última instância, conduzi-la ao trabalho. (GOMES, 1982, p. 152).

A alimentação, habitação e educação seriam peças chave dessa estratégia e o Estado passou a criar estruturas formais para tratar de tais problemas, como o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS). Na saúde e habitação, a estudiosa cita o combate às doenças por meio de mudanças nos locais de moradia urbanos e a preocupação com a subsistência da família brasileira. O trabalho do mesmo modo parecia ser o propósito e a finalidade da educação, como veremos nos tópicos adiante.

Gomes elenca ainda os aparatos de disseminação cultural sob o controle e orientação total do Estado Novo: música popular, personagens, rádio, cinema, tudo caminhava para a construção de uma estética de valorização do nacional e do trabalhador dentro dos preceitos daquele regime. Vale lembrar que o Censo Social, parte do recenseamento de 1940, visava o mapeamento das instituições chamadas urbanas: de higiene e conforto, de segurança, da defesa médico sanitária, de repressão ou regeneração, de objetivos funerários; e das instituições socioculturais:

beneficentes e de assistência, sindicais, desportivas, recreativas, educativas, culturais, religiosas.

Isso significa que os aspectos de saúde, habitação, assim como a educação e a cultura, eram considerados objetos relevantes dentro do inquérito via aparatos institucionais. Havia interesse de conhecê-los e analisá-los da perspectiva do Estado e, por consequência, do IBGE. De certo modo, dentro do registro da elaboração do recenseamento de 1940, os aparatos urbanos e socioculturais, com seus edifícios, sedes e estruturas físicas, parecem ser compreendidos como a própria materialização do povo. Esta lógica sugere que as ausências estruturais identificadas pelo recenseamento seriam também as lacunas para o desenvolvimento da população.

4.3 INSTRUÇÃO

Em 1933, Getúlio Vargas proferiu um discurso sobre a educação perante a Assembleia Geral Constituinte. O texto foi recuperado em 1941, em uma publicação na RBE com edição especial para a Conferência Nacional de Educação¹³⁶, o que indica que o discurso era considerado atual naquele momento. O discurso é valioso porque expressa a concepção de Vargas sobre um tema importante do censo demográfico de 1940. O então presidente do Brasil define seu entendimento sobre a educação:

Todas as grandes nações, assim merecidamente consideradas, atingiram nível superior de progresso, pela educação do povo. Refiro-me a educação, no significado amplo e social do vocábulo: física e moral, eugênica e cívica, industrial e agrícola, tendo por base a instrução primária de letras e a técnica profissional. (VARGAS, 1941[1933], p. 823).

Ele estabelece uma distinção entre a instrução e a educação, e é taxativo quanto ao formato da primeira e o sentido amplo da segunda. A instrução de que o Brasil necessitava, em sua visão, era estritamente a profissional e a técnica. Por outro lado, a educação, em sentido mais abrangente, estaria relacionada à resistência física, à moral, à higiene, à eugenia, ao civismo e ao trabalho.

O analfabetismo aparece no início e ao fim do discurso como um peso que impedia o progresso e um motivo de vergonha para o Brasil:

¹³⁶ Convocação para a Conferência realizada pelo Decreto nº 6.788, de 30 de janeiro de 1941.

O analfabetismo é estigma da ignorância, mas a simples aprendizagem do alfabeto não basta para destruir a ignorância. A massa de analfabetos, pêso morto para o progresso da Nação, constitui mácula que nos deve envergonhar. É preciso confessá-lo corajosamente, toda vez que se apresentar ocasião (...) para nos convenceremos de que o ensino é matéria de salvação pública. (VARGAS, 1941[1933], p. 826).

A educação que salvaria o Brasil da ignorância e o levaria ao progresso era a educação para o civismo e para o trabalho. Getúlio Vargas argumentava que o objetivo primordial da educação era *preparar o homem para a vida*, o que havia falhado nos governos anteriores ao seu. O presidente reforçava a ruptura com o passado alegando ser preciso haver mais instrução primária e profissional, pois havia bacharéis e doutores em excesso nas funções públicas, o que deixava em segundo plano os agricultores, comerciantes, trabalhadores da indústria, “(...) todos, enfim, que vivem do trabalho e fazem viver o país” (VARGAS, 1941[1933], p. 825).

É curiosa a afirmação, pois a crítica parece atingir justamente os bacharéis em posições decisórias e de planejamento fundamentais dentro do Estado Novo. Eram eles os responsáveis por conceber políticas educacionais e inclusive por definir os quesitos censitários sobre o assunto. Contudo, Daniel Pécaut (1990) esclarece nuances importantes nesta leitura. A diferença do governo Vargas em relação aos governos e aos intelectuais que ele criticava residia na proposta do encontro entre governo e intelectuais. No Estado Novo, abriram-se as portas da ossatura do Estado para os intelectuais, em uma proposta de simbiose entre o pensamento e ação, sempre em direção ao idealizado progresso do Brasil.

Ao mesmo tempo, Vargas reforçava que faltavam ao país os trabalhadores da indústria, comércio e lavoura. Nessa linha, aos olhos de Vargas o modelo adequado de ensino era o seguinte:

De acordo com as tendências de cada região e o regime de trabalho de seus habitantes, devemos adotar os tipos de ensino que lhes convêm: nos centros urbanos, populosos e industriais - o técnico profissional, em forma de institutos especializados e liceus de artes e ofícios; no interior - o rural e o agrícola, em forma de escolas, patronatos e internatos. Em tudo, com o caráter prático e educativo, dotando o cidadão de um ofício que o habilite a ganhar, com independência, a vida, ou transformando-o em um produtor inteligente de riqueza, com hábitos de higiene e de trabalho, consciente de seu valor moral. (VARGAS, 1941[1933], p. 825).

O ensino e a instrução, dentro da chave de pensamento apresentada por Vargas, traziam o trabalho como finalidade primordial. Essa também parece ser a lógica embutida nos quesitos censitários.

Vejamos: a última das sete perguntas sobre a instrução no censo demográfico de 1940 abordava a aprendizagem de alguma arte ou ofício: habilitou-se praticamente em alguma arte ou ofício? Qual? O questionário orientava a responder mesmo nos casos em que os conhecimentos adquiridos não fossem utilizados. Esta era uma pergunta de transição: o bloco de instrução encerra com a temática da aprendizagem de um ofício, e então inaugura-se o bloco de trabalho. A localização de um bloco seguido pelo outro não parece casual, especialmente se considerarmos a lógica sequencial presente. Essa ordem sugere a compreensão do trabalho como a finalidade da instrução, ou ainda de que o caminho da instrução levaria ao trabalho - o que faz sentido dentro das premissas do Estado Novo, discutidas no tópico anterior. Como comparativo, o censo dos Estados Unidos trazia as questões de nacionalidade e naturalidade depois do bloco sobre instrução. O censo do México, por seu turno, era similar ao do Brasil, seguindo com itens de trabalho e ocupação.

No projeto original do censo demográfico preparado pelo gabinete técnico e submetido à apreciação da CCN, figuravam duas perguntas sobre instrução¹³⁷, o que “tornou-se, desde logo, campo para o entrecchoque de opiniões” (CARVALHO, 1948, p. 128). Teriam sido levantados dois pontos principais, o primeiro sobre interrupção e conclusão dos cursos, e o segundo sobre os cursos profissionais. Em relação ao último, opinaram o Padre Leonel Franca e Teixeira de Freitas¹³⁸:

Teceram considerações o Padre Leonel da Franca e o Sr. Teixeira de Freitas, o primeiro para distinguir entre ensino fundamental e especializado, visto, no Brasil, se considerar especializado o ensino superior e haver, nos cursos primários e secundários, ensino profissional especializado e o segundo para advertir que a expressão “ensino profissional” deixara dúvida se nele se inclui o ensino normal ou pedagógico, em face de alguns o procurarem com o intuito de exercer a profissão do magistério e outros apenas para receber um preparo técnico. (CARVALHO, 1948, p. 128).

¹³⁷ O relatório de Carvalho (1948) não especifica quais eram as duas questões.

¹³⁸ O presidente da Comissão teria adicionado ponderações acerca da Bélgica, todavia o relatório não esclarece do que se tratava.

As colocações pareciam ser sobre a clareza das alternativas, reforçando novamente a preocupação da CCN com o entendimento adequado da pessoa que responderia o censo.

Para melhor compreender as alternativas desses quesitos, cabe adentrar os embates sobre educação travados à época, bem como conhecer as diretrizes adotadas pelo Estado Novo. O discurso de Getúlio Vargas já nos deu pistas importantes. Clarice Nunes (2001) identifica dois projetos educacionais em disputa nos anos 1930, representados respectivamente por Anísio Teixeira¹³⁹, vinculado ao movimento da Escola Nova, e por Gustavo Capanema, ligado à intelectualidade católica conservadora.

O projeto vencedor foi o de Capanema, empossado Ministro da Educação de 1934 a 1945. Para essa frente, a religião, a pátria e a família eram valores fundamentais para a educação (NUNES, 2001). O modelo de Capanema influenciou os rumos do sistema educacional do Brasil e reverberou por décadas, sobrevivendo para além do próprio governo Vargas. Não obstante, Nunes (2001) vê na consolidação do Estado Novo o fim das reformas de ensino conhecidas como o movimento da Escola Nova¹⁴⁰ que vinham sendo implementadas em diversos estados brasileiros, como Bahia, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, e inclusive na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Em linhas gerais, os escolanovistas propunham uma instituição escolar gerida por ideais democráticos, laicos, com teor público (em contraste com a lógica da vida privada), gratuito, com consciência social e a missão de formar novos docentes para a nova educação.

À medida que a igreja católica retomava sua força política, os intelectuais da Escola Nova passaram a ficar isolados no interior da estrutura burocrática estatal, em especial Anísio Teixeira¹⁴¹, então diretor de instrução pública do Distrito Federal.

¹³⁹ Sobre Anísio Teixeira, consultar: <<https://www18.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/anisio-espinola-teixeira>>. Acesso em: 09/03/2023.

¹⁴⁰ Helena Bomeny (1999) define a Escola Nova como um movimento de reformadores da educação com início a partir dos anos 1920, cuja intenção residia na interferência sistemática do Estado para a elaboração de um sistema educacional de orientação nacional. Maria Luisa Penna (1987) resume: “daria ênfase não só à preparação para o trabalho, ‘um mínimo de conhecimentos necessários à prática racional de um trabalho’, mas também à consciência dos deveres e ao exercício dos direitos do cidadão” (PENNA, 1987, p. 15). A Escola Nova ascendeu em um momento no qual a instituição escolar ganhou novos sentidos, espaços e linguagens para transformar o social. No âmagô, constata Clarice Nunes, a educação passou a ser revestida da responsabilidade de reformar o espírito público.

¹⁴¹ Anísio Teixeira assumiu a direção de instrução pública do Distrito Federal e deu amplo prosseguimento às reformas escolares. Seu posicionamento, compartilhado com a Associação Brasileira de Educação (ABE), enxergava a escola secundária como um espaço que não deveria ser exclusividade da formação das elites intelectuais. Por isso, explica Nunes (2001), o intelectual

Contrário ao ensino religioso nas escolas, foi considerado oposição dentro da estratégia oficial de governo. Teixeira pediu exoneração do cargo em 1935, já no governo provisório de Vargas, enquanto parte de seus colegas também se demitiu, outros foram presos e alguns permaneceram no governo, como foi o caso de Lourenço Filho (NUNES, 2001). Francisco Campos, intelectual católico conservador, assumiu o cargo deixado por Anísio Teixeira e trouxe outros católicos para posições estratégicas da educação no governo municipal, como o padre Helder Câmara, Alceu Amoroso Lima e o coronel Pio Borges. Campos se tornou Ministro da Justiça no Estado Novo.

O projeto educacional de Gustavo Capanema, empossado Ministro da Educação do Estado Novo, dialogava com Francisco Campos e estava alicerçado na divisão da rede de escolarização entre: a) a rede primária profissional, com ensino primário, ensino técnico e formação de professores para atuação no ensino básico; e b) a rede secundária superior, reservada à elite intelectual, as “individualidades condutoras” (NUNES, 2001). Não era possível transferir os estudantes dos cursos secundários profissionais para o curso secundário geral, sendo o acesso ao ensino superior exclusivo a egressos do secundário geral. Foi reforçado um verdadeiro abismo entre a educação da população e das elites:

Para a sociedade brasileira, isso significou a manutenção do projeto repartido de educação a que fiz referência: para o povo, uma educação destinada ao trabalho; para as elites, uma educação para usufruir da cultura e aprimorá-la no exercício da vida (NUNES, 2001, p. 113).

Clarice Nunes avalia o modelo de Capanema como excludente e incapaz de responder às demandas sociais provocadas pela industrialização. Em vez da ampliação da rede pública de ensino, no Estado Novo a rede privada foi expandida através de financiamentos. A pesquisadora sintetiza: existiu uma “permanência da tradição que tornou privada a ordem pública” (NUNES, 2001, p. 123).

É a este sistema educacional que Teixeira de Freitas e padre Leonel Franca se referem no excerto reproduzido acima, quanto à clareza das alternativas dos quesitos censitários sobre instrução. Eles abordam o ensino primário, secundário e

introduziu o ensino profissional técnico ao nível secundário, com a adição de disciplinas de cultura geral aos cursos práticos, procedimentos escolares com maior participação estudantil, robusta ampliação de vagas e atividades extracurriculares. Anísio Teixeira pretendia também equiparar os diplomas das escolas técnicas secundárias aos diplomas do prestigioso Colégio Pedro II, frequentado pelas elites intelectuais. A pesquisadora sustenta que suas ações teriam sido interpretadas como um exercício de anarquia pela igreja e elites econômicas.

superior, e as confusões que poderiam ser causadas com termo “profissional”, pois era tanto uma modalidade dentro dos níveis de ensino, quanto uma possível referência que a população poderia ter sobre o ensino superior.

Cabe citar que no Conselho Nacional de Estatística, o padre Helder Câmara foi o representante de Estatística dos Cultos e Alceu Amoroso Lima da Estatística Moral, enquanto Lourenço Filho representava as Estatísticas Educacionais. Daí decorre que eles transitaram por entre os espaços de poder desde o início dos anos 1930 e foram reunidos em torno do recenseamento, a despeito de posicionamentos divergentes entre si.

A própria presença do padre Leonel Franca dentro da CNN pode ser um reflexo das disputas acima descritas, visto que ele circulou por espaços da mais elevada importância na esfera educacional durante o governo Vargas. Na Comissão Censitária, breves colocações do religioso foram consideradas com atenção. Ele influenciou até mesmo a alteração de decisões já votadas pelo grupo, como ocorreu no tema da fecundidade. Os assuntos sobre os quais o padre opinou foram justamente educação, fecundidade e religião. Ademais, Leonel Franca participava da Comissão sob a alcunha de “membro”, ele não era representante de ministério algum, compartilhando do mesmo status de Elmano Cardim, jornalista influente. A sua presença na Comissão pode ser lida como uma alusão ao poder da igreja católica dentro do Estado Novo, a despeito da laicidade deste.

Além da igreja e dos escolanovistas, Bomeny (1999) identifica o interesse da esfera militar na educação, por considerá-la estratégica para a segurança nacional. Para ilustrar o teor do interesse, a pesquisadora recorre ao discurso do ministro da Guerra, Osvaldo Aranha, em 1939, sobre a integração da mentalidade da escola no espírito da segurança nacional para o cumprimento efetivo dos princípios da Constituição de 1937. Houve inclusive projetos nos moldes da juventude de Hitler, como foi a Organização Nacional da Juventude, nascida do Ministério de Francisco Campos. Diante desta radicalização, o governo interferiu:

Da mesma maneira que incentivou e interditou a Ação Integralista Brasileira, o governo estimulou e freou progressiva e definitivamente o projeto original da Organização Nacional da Juventude (...). A aproximação com o exército, o acolhimento da ala mais conservadora da igreja católica e o fortalecimento de uma política educacional de cunho mais burocrático e cívico, tudo isso foi, aos poucos, em decorrência de conflitos e dos processos de negociação substituindo a estratégia mobilizante da feição totalitária sugerido por Francisco Campos. (BOMENY, 1999, p. 149).

Novamente, observamos a acomodação de interesses, absorvendo demandas de modo parcial, atenuado e ajustado para um equilíbrio entre vertentes divergentes.

Assim, o censo também abre margem para um vislumbre dos debates sobre o sistema educacional no Brasil e, por conseguinte, dos grupos que o disputaram dentro do Estado Novo. É possível localizar interesses da igreja, dos militares, dos intelectuais liberais e dos conservadores em torno das questões sobre educação. Representantes desses grupos estiveram dentro da Comissão Censitária Nacional, participaram dos conselhos técnicos e ocuparam cargos de prestígio no governo. Nesse sentido, a Comissão expressa também a lógica intrínseca ao Estado Novo de acomodação de interesses e contenção de conflitos internos. Ora privilegiava alguns, ora limitava outros, no esforço de mantê-los dentro de sua estrutura autoritária, como já observado por Bomeny (1999).

É verdadeiro que nem todos os intelectuais brasileiros compuseram os quadros do Estado Novo, alguns foram inclusive perseguidos por serem oposição. Ao mesmo tempo, é inegável a existência de certa variedade de pensamentos no interior do Estado. Daniel Pécaut resume:

É, portanto, reconhecido, tanto pelos contemporâneos quanto pelos historiadores, que o regime de Getúlio Vargas, até mesmo durante o Estado Novo, preservou para os intelectuais, e para os que estavam a seu serviço, uma ampla liberdade para criação. (PÉCAUT, 1990, p. 72).

Era maior a flexibilidade ideológica, se comparado a outras ditaduras, como a Alemanha de Hitler ou a Itália de Mussolini. Nesses regimes, era imperativo defender ou compartilhar de um conjunto definido de preceitos, o que não se observava de maneira análoga no Estado Novo. A ordem do Estado Novo parece ser essencialmente manter o autoritarismo e o nacionalismo de Vargas, guardando esse relativo espaço de disputas de ideias internas à burocracia estatal e equilibrando interesses das forças de poder que o mantinham líder.

Na versão final do questionário, após os debates da CCN, a instrução passou a ocupar o segundo lugar em quantidade de quesitos no censo demográfico brasileiro, posição compartilhada com a migração, também com sete perguntas. Em comparação, o censo demográfico do México de 1940 contemplava cinco quesitos

sobre instrução, enquanto o estadunidense restringiu-se a duas questões naquele ano, a saber: “13. *attended school or college at any time since March 1, 1940?* 14. *highest grade of school completed*”¹⁴² (EUA, 1940, p. 1).

A concentração do tema no censo do Brasil não surpreende, uma vez que a educação era considerada estratégica dentro Estado Novo e, na leitura de Helena Bomeny (1999), sua tradução fiel:

a educação talvez seja uma das traduções mais fieis daquilo que o Estado Novo pretendeu formar no Brasil. Formar um “homem novo” para um Estado Novo, conformar mentalidades e criar o sentimento de brasilidade, fortalecer a identidade do trabalhador, ou, por outra, forjar uma identidade positiva do trabalhador brasileiro, tudo isso fazia parte de um grande empreendimento cultural e político para o sucesso do qual contava-se estrategicamente com a educação por sua capacidade universalmente reconhecida de socializar os indivíduos nos valores das sociedades. (BOMENY, 1999, p. 139).

O questionário brasileiro indagava em primeiro lugar se a pessoa sabia ler e escrever, item que existiu em todos os recenseamentos do Brasil, desde 1872. No censo mexicano, a pergunta análoga era dividida em duas: se sabia ler e escrever, ou se sabia apenas ler, afinal, são habilidades distintas. O censo dos Estados Unidos, por sua vez, não continha quesitos sobre alfabetização, o que era incomum nos censos demográficos, por ser uma recomendação dos congressos internacionais de estatística.

A segunda questão verificava se a pessoa estava recebendo instrução de qualquer espécie: em casa, com professores particulares, em cursos ou na escola. Não existiam quesitos similares nos censos mexicano e estadunidense. Na sequência, a pergunta era quanto ao tipo de instrução. Considerava-se o grau elementar/primário, médio/ secundário e superior. Caso a pessoa tivesse dúvidas sobre o que responder, a orientação do questionário era para que ela apontasse ao menos a espécie do ensino, como artes e ofícios, enfermagem, comercial, regimental, entre outros.

A questão subsequente versava sobre o local onde a pessoa recebia instrução, com as alternativas: no lar; em estabelecimento público federal; em estabelecimento público estadual; em estabelecimento público municipal; em estabelecimento particular. Com efeito, tais opções sugerem a) a recorrência do

¹⁴² Tradução livre: 13. frequentou a escola ou faculdade a qualquer momento, desde março de 1940? 14. nível mais elevado de educação concluído.

ensino domiciliar, com professores particulares e preceptores; e b) que conhecer o ente federativo responsável pela educação do respondente era importante.

Ao prosseguir no questionário, a pessoa recenseada deveria responder se possuía um curso completo ou diploma de estudos, com os seguintes exemplos nas instruções: primário, secundário, normal, militar, sacerdotal, professor primário, professor de música, perito-contador, agrimensor, bacharel em direito, engenheiro civil, médico, entre outros. O penúltimo quesito do censo sobre instrução mapeava em qual grau o respondente havia interrompido os estudos, caso não os tivesse concluído. As alternativas eram três: primário, secundário ou superior. Por fim, como já abordado, a última pergunta era sobre a aprendizagem de arte ou ofício.

Em relação ao propósito das perguntas sobre educação no censo, o presidente da Comissão Censitária Nacional, Carneiro Felipe, publicou um texto com o intuito de esclarecê-lo: “A Educação e a Cultura no Recenseamento de 1940”¹⁴³. A publicação da RBE inicia com o reconhecimento da oportunidade de investigação de temas para além da simples contagem da população nos recenseamentos. Carneiro Felipe considerava que essas investigações não seriam possíveis por outras vias, dado que os órgãos estatísticos não dispunham de capacidade para realizar operações da mesma envergadura dos censos.

No artigo, o presidente da Comissão Censitária defende o aproveitamento do recenseamento para aprofundar assuntos e estabelecer novas correlações entre as informações coletadas. As estatísticas de mortalidade, por exemplo, poderiam ser cruzadas com as do censo social, com o objetivo de aprimorar a saúde pública. Carneiro Felipe (1940) argumenta que a educação recebeu um espaço expressivo no censo demográfico porque a ciência médica teria considerado este o maior dos problemas do Brasil. Se analisada em conjunto com os resultados do censo social, seria viável uma sólida base para um diagnóstico de ação. Os termos empregados pelo autor indicam a percepção de atraso do Brasil:

(...) como meio não só explicar as falhas que retardam a evolução e o progresso da nação, senão também facilitar a solução tendente a acelerar o ritmo da educação nacional, consagrou-se no programa das investigações do censo demográfico e social (...) um especial cuidado à verificação do grau de instrução já atingido no Brasil, bem como recursos existentes para a difusão da cultura em suas diferentes modalidades (CARNEIRO FELIPPE, 1940, p. 440).

¹⁴³ Disponível em Revista Brasileira de Estatística, v. 1, n. 4, 1940.

O excerto sugere que o papel do censo seria sobretudo encontrar as falhas que atrasavam a evolução do país. Nesse sentido, Carneiro Felipe argumenta que não seriam suficientes perguntas direcionadas a mapear unicamente a alfabetização. Por isso, em conjunto, as informações sobre o grau de instrução da população e a natureza dos cursos frequentados “levam a conclusões muito mais significativas e de aproveitamento muito mais útil para os homens do governo e sociólogos” (CARNEIRO FELIPPE, 1940, p. 441). O trecho expressa a clara intencionalidade de intervenção no cenário ilustrado pelos censos, expectativa colocada sobre os homens de governo e sociólogos, pelo ensejo de fomentar a *evolução e o progresso* do país.

Isso seria possível somente por meio da educação, e uma educação com um sentido bastante específico. A educação, dentro da chave de pensamento de Carneiro Felipe, serviria para criar uma *consciência social e nacional*, a fim de libertar o Brasil do atraso provocado pelos problemas de sanitarismo e de saúde pública. Em sua argumentação, ele mobiliza palavras que indicam a visão do social enquanto um organismo vivo. Logo, a população do Brasil é descrita como um corpo doente, fragilizado, composto por indivíduos dos quais dependia o bem-estar da nação. Era, pois, o despertar da consciência social nesses indivíduos que salvaria o Brasil. A escola era o ente responsável pelo despertar, ao introduzir o conhecimento baseado em ciência, junto à propaganda sanitária:

Em verdade, para a luta contra os males orgânicos que incidem sobre a população brasileira, ansiando-a, enfraquecendo-a, reduzindo-lhe a energia vital, a melhor arma é a auto-defesa dos cidadãos pela reação da inteligência e da cultura contra agentes que ameaçam a floração da nacionalidade. As necessidades dessa reação individual pressupõem uma atitude de receptividade para com os preceitos de higiene, conformidade com os hábitos de vida sadia, acessibilidade à propaganda sanitária, em última análise, uma consciência social trabalhada pela escola, esclarecida pela educação, libertada enfim dos preconceitos e obscurantismo da rotina. (CARNEIRO FELIPPE, 1940, p. 440).

Felippe parece entender que a ciência e cultura deveriam permear a escola e a educação de forma difusa, contra o senso comum ao qual se refere quando emprega termos como preconceitos e obscurantismo da rotina. Para o estudioso, os dados sobre a educação aliados à estrutura das instituições culturais teriam um papel essencial também para o desenvolvimento do Estado moderno. Se aperfeiçoadas, no entendimento de Carneiro Felipe, essas instituições poderiam melhorar o padrão

intelectual dos agentes de produção. Delas dependeriam “cada vez mais, a prosperidade econômica, a segurança e o prestígio dos povos na comunhão internacional” (CARNEIRO FELIPPE, 1940, p. 442). A educação e a ciência são articuladas pelo autor como componentes base para o progresso nacional. Dito isso, cabe atentar aos desdobramentos da educação elencados no excerto: as consequências extrapolariam as escolas, atingindo a economia, a segurança e o prestígio internacional. A preocupação com a imagem do Brasil no exterior, portanto, estava ligada às boas práticas de educação para o sanitarianismo.

Carneiro Felipe encerra a publicação enaltecendo os agentes recenseadores, cientes, nos termos dele, do valor social de sua missão. O presidente da Comissão Censitária propõe uma comparação histórica com os bandeirantes em tom elogioso: “pode-se dizer, sem exagero, que a tarefa confiada a muitos desses obscuros servidores da brasilidade foi semelhante à dos velhos pioneiros que alargaram, em todos os rumos, as fronteiras da Pátria” (CARNEIRO FELIPPE, 1940, p. 444). Ora, nos diz o autor, o território seria então desbravado pelos recenseadores para a coleta das informações que possibilitariam não apenas o progresso da nação, como também a exposição de um Brasil desconhecido ao mundo:

As riquezas que esses novos arautos da civilização extraíram do âmago do imenso território brasileiro valem, entretanto, algo mais do que os metais preciosos e os escravos que buscavam os valentes sertanistas dos séculos XVII e XVIII. As bandeiras de agora diferiam das antigas pela missão de paz e de altruísmo que levaram os recônditos sertões no propósito edificante de revelar ao mundo um Brasil desconhecido (CARNEIRO FELIPPE, 1940, p. 444).

Dessa vez, sugere o trecho, diferente do caso dos bandeirantes e sertanistas, o censo não seria um processo violento. Seria altruísta, racional, pacífico.

Diante do exposto, o cerne do artigo de Carneiro Felipe pode ser condensado alguns pontos sobre a instrução no recenseamento. Em primeiro lugar, a noção de educação continha um sentido de cientificismo para a eliminação de problemas sociais elementares, com ênfase à higiene, em uma concepção ampla do sanitarianismo. Nessa toada, o texto sugere que o analfabetismo e a ignorância do senso comum, disseminados na população, eram uma verdadeira doença no Brasil. Disso, decorre o problema sanitário.

Essa percepção parece guardar vínculo com o histórico da estatística no Brasil, no âmbito dos médicos sanitaristas e das suas preocupações com endemias e

doenças tropicais, conforme visto no capítulo anterior. Não obstante, ao empregar termos como “retardam a evolução”, “ameaçam a floração da nacionalidade”; “obscurantismo da rotina” ou mesmo da necessidade de “acelerar o ritmo” ao progresso, Felipe evidencia o atraso civilizatório que ele reconhece no Brasil. O censo demográfico mostraria os aspectos de atraso e permitiria que eles fossem superados mediante a abrangente atuação do Estado.

Isto posto, encerramos este tópico com um último e breve ponto: a publicação dos quadros gerais (IBGE, 1950) do censo demográfico sobre a instrução. O material se refere ao censo como uma fonte ocasional de informações sobre a difusão e a eficácia da instrução. Frisa a importante ampliação da quantidade de quesitos em 1940 e reporta os reduzidos números de diplomas de grau superior como um possível problema nos dados:

as declarações da espécie do curso completo ou diploma possuído foram bastante deficientes, dando margem a resultados de certo vulto nas classes não especificadas no quadro 27, como também à ocorrência de números relativamente reduzidos quanto às pessoas possuidoras de diplomas de grau superior de cursos médicos, jurídicos, militares, eclesiásticos e odontológicos. (IBGE, 1950, p. 21).

Cabe a reflexão: seria a quantidade de pessoas com diplomas de nível superior reduzida por equívocos nas respostas ao censo, ou na realidade os números eram verdadeiramente baixos, surpreendendo os intelectuais participantes do censo demográfico? Considerando a já abordada distância da elite intelectual brasileira em relação ao povo, acredita-se que a segunda alternativa seja a mais plausível.

Ao encerrar a análise sobre a instrução no censo demográfico, podemos constatar a riqueza de elementos e acessar discussões que orbitavam da educação, bem como relações de poder e influência no Estado Novo. Por fim, existe ainda um importante aspecto da educação relacionado às comunidades migrantes, mas este será discutido no tópico correlato.

4.4 COR, RAÇA E MIGRAÇÃO

Não é possível pensar o Brasil sem considerar as relações étnico raciais profundamente violentas que o atravessam. O mito das três raças começou a circular ainda no Brasil imperial, com a metáfora de Karl Von Martius (1794 -1868) sobre os

três rios que compunham a nação. Como resume Schwarcz, “um grande e caudaloso, formado pelas populações brancas; outro um pouco menos, nutrido pelos indígenas; e ainda outro, mais diminuto, alimentado pelos negros” (SCHWARCZ, 2019, p. 16). No entanto, é nos anos 1930 que a ideia de mito das três raças foi efetivamente consolidada. A representação do Brasil a partir da obra *Casa Grande e Senzala* (1933), de Gilberto Freyre, como um espaço de relações raciais fundador da cultura brasileira, foi amplamente aproveitada pelo Estado Novo. As noções de raça e a celebração da miscigenação, bem como a concepção de regionalismo (com peculiaridades culturais, porém sempre conectadas ao nacional), eram úteis ao governo Vargas: “o governo estadonovista encontrou na obra de Gilberto Freyre um repertório analítico que ia ao encontro de suas aspirações” (SANDES, 2019, p. 16).

Um exemplo dessa apropriação está na revista *Cultura Política*, que já em seu em seu primeiro número¹⁴⁴ fala sobre o assunto:

Um dos traços mais característicos da formação democrática brasileira é a inexistência, entre nós, do preconceito de raças. O regime de 10 de novembro de 1937, procurando integrar-se em nossas tradições e tendências populares, conservou incólume êsse traço - inseparável da nossa cultura tropical (CULTURA POLÍTICA, 1941, p. 202).

Ao mesmo tempo, circulavam pelo Brasil, Europa e Estados Unidos, as teorias eugenistas já discutidas no capítulo anterior. Intelectuais como Oliveira Vianna e Nina Rodrigues foram alguns dos intérpretes sociais que contribuíram para a disseminação dessas teorias no Brasil dos anos 1920.

É nesse contexto que se insere a discussão sobre cor, raça e migração no censo demográfico de 1940. O quesito cor¹⁴⁵ retornou ao censo de 1940, após ter sido retirado do censo de 1920. Houve uma mudança no termo: antes chamado de raça, em 1940 o quesito passou a ser cor, embora as alternativas não tenham sido modificadas de maneira expressiva. Dessa vez, trazia consigo apenas as opções “branco”, “preto” e “amarelo”. Em relação ao censo de 1890, o último a questionar a raça no Brasil até então, foram excluídas as opções “caboclo” e “mestiço” e adicionada a alternativa “amarelo”. A alternativa “Caboclo”, presente também no censo de 1872,

¹⁴⁴ O excerto sem autoria faz parte da apresentação ao texto “igualdade de raças no Brasil, suas raízes históricas”, de Oliveira Lima, este datado de 1922, na seção 4: textos e documentos históricos.

¹⁴⁵ Para um panorama sobre a variável cor nos censos demográficos brasileiros de 1872 a 2000, consultar Censo e demografia: a variável cor ou raça no interior dos sistemas censitários brasileiros, de Marcelo Paixão e Luiz M. Carvano no livro *Raça: novas perspectivas antropológicas*, 2008 (p.25 a 62).

era a única que fazia alguma referência aos indígenas. A inserção da opção “amarelos”, por sua vez, provavelmente remonta à expressiva imigração japonesa no Brasil, cujo início oficial data do ano de 1908, com destino majoritário aos estados do Paraná e São Paulo.

A título de comparação, o censo demográfico de 1940 dos Estados Unidos¹⁴⁶ perguntava “cor ou raça” com as alternativas: *white, negro, Indian, Chinese, Japanese, Filipino, Hindu, Korean*, e a possibilidade de a pessoa declarar outra não listada. Não havia distinção entre cor, raça ou origem no censo estadunidense. O censo do México aplicado naquele mesmo ano não continha pergunta sobre cor ou raça, assim como o censo português¹⁴⁷.

Existia um discurso recorrente dentro da Comissão Censitária sobre a incapacidade de a população definir a sua própria cor. No relatório da Comissão Censitária, Afrânio de Carvalho (1948) descreve o debate em torno do quesito:

A côr, ou raça, foi uma indagação que teve adeptos e adversários, prevalecendo, afinal no questionário por maioria de votos, depois de haver sua sorte ficado pendente ou indecisa por algum tempo. O Sr. Carlos Imbassahy¹⁴⁸, aludindo aos trabalhos de Richet¹⁴⁹ e de outros estudiosos da formação das raças, propôs que a indagação tripartite as respostas possíveis em branco, preto e mulato. O Sr. Teixeira de Freitas sugeriu inquéritos sobre os corpos discentes das escolas, com a assistência de médicos e professores, de modo a se colhêr uma orientação acerca dos tipos de componentes da massa, mais segura do que a simples declaração individual consignada no questionário. O Sr. Costa Miranda, apoiando essa sugestão, lembrou que a investigação por amostra poderia ser estendida as coletividades militares. A Presidência, manifestando-se igualmente favorável à investigação em miniatura, deu a conhecer o ponto de vista do Gabinete-Técnico, segundo o qual o quesito deveria ser suprimido devido a imprecisão das respostas que obteria, recordando, a propósito, que constante embora dos recenseamentos de 1872 e 1892, fôra omitida nos de 1900 e 1920, bem como o projeto de 1930. O Sr. G. Mortara, Consultor-Técnico, opinou que a questão era mais política do que técnica, opinião a que, logo após, o Sr. Lourival Fontes deu refôrço de um argumento decisivo ao dizer que o quesito era fundamental para a propaganda do Brasil no estrangeiro. Posta a votos a supressão do quesito, foi rejeitada, em face da declaração do Sr. Lourival Fontes, contra os votos dos Srs. Costa Miranda e Cerqueira Lima, ficando, pois, mantido no questionário o quesito côr, sem quaisquer outras explicações (CARVALHO, 1948, p. 125. Grifo nosso).

¹⁴⁶ Disponível em: <https://www.archives.gov/research/census/1940> . Acesso: 11/02/2023.

¹⁴⁷ Fonte: Instituto Nacional de Estatística de Portugal. Censo de 1940. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=209674177&PUBLICACOESmodo=2&xlang=pt. Acesso em: 21/02/2023.

¹⁴⁸ O nome de Carlos Imbassahy não consta na lista de integrantes da Comissão Censitária.

¹⁴⁹

O excerto fornece elementos cruciais sobre como o censo foi pensado e sobre as referências de quem o pensou. A começar por Carlos Imbassahy, cuja proposição era manter a pergunta sobre a cor com as alternativas branco, preto e mulato, citando Richet e outros estudiosos de raça. Provavelmente Imbassahy se referia ao médico francês Charles Robert Richet¹⁵⁰ (1850 - 1935), laureado do Prêmio Nobel de Medicina e Psicologia em 1913 por seu trabalho sobre anafilaxia. Richet é definido por La Vergatta (2018) como um eugenista meticuloso que acreditava na seleção humana consciente para a criação de elites intelectuais. É de sua autoria o livro *La Sélection Humaine*¹⁵¹ (1919), descrito por La Vergatta (2018) como uma defesa da criação intencional de seres superiores de corpo, inteligência e espírito¹⁵², calcada em interpretações pretensamente científicas do trabalho de Darwin, Lamark, entre outros. A mestiçagem, do ponto de vista de Richet, era antinatural e degeneradora. Talvez, pensando em mapeá-la, Imbassahy tenha sugerido a alternativa “mulato” no quesito, a qual não foi adotada.

Na sequência do excerto, observa-se a sugestão de Teixeira de Freitas para tornar o quesito amostral, verificando instituições escolares e militares, com o apoio de médicos e professores. Em sua visão, esses profissionais poderiam definir os “tipos componentes da massa”, já que os indivíduos não seriam capazes de fazê-lo por conta. Em contraposição, o gabinete técnico do censo é mencionado por aconselhar suprimir o quesito, em razão da sua imprecisão.

A população parece ser constantemente lida pelo Estado e pela Comissão Censitária como uma massa a ser tutelada e conduzida pelos intelectuais e técnicos, partes indissociáveis do aparelho burocrático estatal. O povo evoluiria com a educação, higiene, urbanização e trabalho, por um caminho definido, conduzido pelas mãos do Estado e seus intelectuais.

Embora a raça detivesse um espaço importante nas publicações de intérpretes sobre a identidade do Brasil, como Gilberto Freyre, com *Casa Grande e Senzala* (1933) e Sérgio Buarque de Holanda, com *Raízes do Brasil* (1936), em um primeiro momento ela não parece ter sido um foco do censo demográfico de 1940.

¹⁵⁰ Richet é citado na revista *Cultura Política*, nº 6 de 1941, em texto sobre o congresso latino-americano de criminologia, sobre individualidade dos corpos, em argumento sobre as melhorias da legislação de 1940.

¹⁵¹ Tradução livre: “A seleção humana”.

¹⁵² Espírito no sentido do espiritismo e da metafísica.

Por outro lado, o fato de a questão ter sido alvo de um debate em que diversos integrantes da Comissão Censitária tomaram parte é um indício de que o tema não poderia ser simplesmente ignorado. Apesar de integrantes da Comissão terem proposto delegar a responsabilidade a instituições escolares e militares como uma forma de amenizar a imprecisão, ao final o argumento decisivo foi o de Lourival Fontes, diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda.

Fontes era um homem de confiança¹⁵³ de Getúlio Vargas, a quem estudiosas como Helena Bomeny (2001) atribuem o mérito pela consolidação de sua figura de líder mítico e pai dos pobres, através de modernas técnicas da comunicação em massa. Não à toa, o DIP era diretamente ligado à presidência no Estado Novo no organograma do governo, diferente de períodos anteriores, em que órgãos similares permaneciam subordinados a Ministérios. Helena Bomeny constata: “era o principal executor das diretrizes do regime na difícil e pantanosa esfera da relação entre o regime e a imprensa” (BOMENY, 2001, p. 56). O diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda de Getúlio Vargas foi taxativo no debate sobre a pergunta sobre cor no censo: *o quesito era fundamental para a propaganda do Brasil no exterior*.

Reitera-se, portanto, a constatação de que o censo demográfico de 1940 não foi pensado *somente* para que o país conhecesse a si próprio e identificasse seus problemas, como diversos documentos frisavam. Simultaneamente, o censo era também compreendido como um mecanismo para *mostrar o Brasil* às outras nações: para ser visto. A esfera internacional parece ser um elemento nevrálgico das expectativas de um recenseamento bem-sucedido, da parte da Comissão Censitária e do próprio Estado, já tendo aparecido em outros tópicos. A pergunta que surge é: qual era o Brasil que os intelectuais orgânicos do Estado Novo gostariam que se tornasse conhecido mundo afora?

Sociologicamente, podemos ir além na reflexão sobre a cor: a um país mestiço, em um Estado Autoritário com discurso nacionalista, em um contexto em que circulavam teorias eugênicas entre as elites intelectuais, até que ponto e de que maneira interessaria a caracterização racial da população? No excerto, Giorgio Mortara comenta que a questão era mais política do que técnica, sem maiores

¹⁵³ Apesar de seu protagonismo no Estado Novo, Bomeny (2001) relata conflitos no interior do Estado que levaram Lourival Fontes a cair no ostracismo, a partir do segundo governo Vargas, já no período democrático. A estudiosa conclui: “Assim Lourival Fontes acabou passando para a história como fascista, misterioso e, por fim, traidor”. (BOMENY, 2001, p. 57).

explicações sobre quais seriam os aspectos políticos. É possível que ele estivesse se referindo a isto.

A publicação que apresenta os resultados nacionais do censo de 1940 (IBGE, 1950) explana a classificação da população nos três grupos citados e indica a constituição adicional do grupo “pardos” para exposição dos dados, uma categoria de teor genérico que, naquele caso, abarcou todas as demais declarações de cor, como caboclo, mulato e afins, preenchidas com um traço pelo agente recenseador. Não houve menção a indígenas em momento algum: nem nas discussões da comissão censitária nacional, nem nas apresentações de síntese dos resultados censitários. A ausência, neste caso, é reveladora de questões latentes ao Estado Novo.

Perguntas sobre indígenas não eram desconhecidas ou novas nas estatísticas brasileiras. Botelho (2010) esclarece que a legislação do projeto de censo não efetivado de 1852, durante o Império, incluía inclusive a identificação de tribos a que pertenciam os indígenas no território. De 1872 a 1890, em comparação a 1852, “chama a atenção o abandono da preocupação com as tribos dos indígenas, agora agrupados indistintamente com os caboclos” (BOTELHO, 2010, p. 262). Caboclo, naquele contexto, referia-se a filhos de indígenas com pessoas brancas.

No censo demográfico de 1940, o termo “caboclo” foi abandonado e não houve inserção de alternativas correspondentes a indígenas. É como se, pelo censo, os indígenas não mais existissem no Brasil, pertencessem ao passado. A alternativa “indígena” foi inserida na pergunta “cor ou raça” (raça volta a aparecer no enunciado, junto a cor) somente no censo de 1991, após a implementação da Constituição Cidadã de 1988, com a participação das populações tradicionais do Brasil.

Embora os indígenas não tenham sido mencionados nas operações censitárias, o governo Vargas mobilizou assiduamente a figura do índio¹⁵⁴ enquanto um símbolo nacional. A apropriação varguista era idiossincrática e permeada por ambiguidades, tanto nas imagens evocadas sobre os indígenas, quanto nas políticas do Estado Novo, como demonstra o historiador Seth Garfield (2000). Vargas prometeu distribuir terras, ampliou os recursos do Serviço Nacional de Proteção ao Índio (SPI) e foi o primeiro presidente da república a visitar povos indígenas, assinala o historiador. O índio, no discurso de Getúlio Vargas, era o detentor da origem da

¹⁵⁴ Atualmente, a terminologia correta é indígena ou povos originários. Contudo, como estamos tratando de discursos do Estado Novo, utilizaremos o termo “índio” quando em referência a falas e documentos do período.

brasilidade e das raízes do país, com grande valor ideológico na construção da identidade nacional. Dentro desse registro, não se falava sobre a diversidade dos povos indígenas, como o Império já havia reconhecido em alguma medida nos projetos de 1852. As variedades de línguas indígenas, por exemplo, não foram consideradas no censo demográfico, em contraste com os esforços de mapeamento das línguas dos migrantes e de seus ascendentes, como será discutido adiante.

A relação entre os indígenas e o Estado Novo foi representada de uma perspectiva romântica pelo segundo, no entendimento de Garfield (2000). A começar pelo Dia do Índio, instituído em 1934¹⁵⁵ por decreto de Getúlio Vargas, a partir de um movimento continental liderado pelo México para políticas indigenistas e estudos sobre a cultura indígena, explica o estudioso. A data foi explorada durante o Estado Novo com festividades, permeada pela narrativa da crescente “aculturação” desses povos. Havia disseminação do assunto em diversos meios de comunicação, com o apoio do DIP.

Na propaganda do Estado Novo, o índio aparecia como uma figura quase mítica, com características homogêneas. Genérico e reduzido a uma só coisa, o índio era um sentinela do Brasil, pronto para defendê-lo, ao mesmo tempo em precisava ser civilizado, dada a sua inocência. É curioso observar que este era um recurso puramente discursivo, pois o próprio Vargas estava ciente das distintas reações diante das investidas do Estado Novo. Os Xavante, resistentes à Marcha para o Oeste, eram vistos pelo governo varguista como hostis. Havia povos que tentaram negociar com o Estado e grupos que adentraram mais o interior do Brasil, como um recurso para se afastar das invasões territoriais. Além disso, alguns indígenas, individualmente, apropriaram-se de parcelas do discurso oficial e tentaram participar daquele governo, como demonstra Garfield (2000) no caso de Lírio Arlindo do Valle, um indígena Tembé. Dito de outro modo, os povos indígenas do Brasil reagiram, se engajaram e responderam de maneiras distintas às investidas do Estado Novo, afinal, tratava-se de grupos, pessoas e estratégias distintas. E Vargas conhecia esses embates.

Seth Garfield recorda que a narrativa romântica ou elogiosa sobre o índio na identidade nacional não era inédita no Brasil¹⁵⁶, existia na literatura, na arte e mesmo

¹⁵⁵ 1934 ainda não era o período do Estado Novo, que iniciou oficialmente em 1937. Mas o Estado Novo reverberou grandemente a data e a utilizou em sua propaganda ideológica.

¹⁵⁶ O Autor cita o romantismo de José de Alencar, Gonçalves Dias, a Semana de Arte Moderna de 1922, o Manifesto Antropofágico de 1928 e a própria obra de Gilberto Freire.

em obras que refletiam acerca da formação do país. Contudo, “não só os motivos, como também o tom e o timbre destas homenagens aos índios variaram com o tempo” (GARFIELD, 2000, p, 20). Apesar da imagem do índio no Estado Novo recorrer frequentemente ao passado, Garfield (2000) frisa que o recurso fazia parte das preocupações contemporâneas do governo Vargas, vinculadas à política externa e à imagem do Brasil dentro e fora do país:

Durante o Estado Novo, o Estado orquestrou ou promoveu um discurso indigenista que ecoava todas as questões proeminentes na política mundial da época: racismo, xenofobia e chauvinismo. Numa época de crise econômica mundial e nacionalismo exacerbado, os brasileiros foram criticados por admirarem ideologias estrangeiras. O marxismo e o liberalismo, afirmavam os funcionários do Estado Novo, eram inapropriados às realidades nacionais. O mesmo valia para as teorias europeias de superioridade racial, as quais eram criticadas por provocar ultraje - para não mencionar desconforto, uma vez que muitas famílias influentes careciam de ascendência puramente branca (GARFIELD, 2000. p. 20 e 21).

O estudioso considera que no contexto do Estado Novo, os indígenas foram convocados pelo governo à política, todavia como parte de um plano para a sua integração ao Brasil do trabalho e da modernidade, proclamado por Vargas. Na prática, a intenção era a de que “deixassem” de ser índios para se tornarem civilizados, ou seja, cidadãos trabalhadores. As identidades indígenas eram encaradas como um estágio evolutivo transitório, diz Garfield (2000). Isso gerava tensão para um governo nacionalista, na medida em que teorias evolucionistas sociais europeias, sobre a superioridade racial branca, circulavam há tempos pelo Brasil. Para Garfield, o Estado novo não negou tais teorias. Antes, foi responsável por difundi-las, mas com redefinições: “com sua esmagadora população interracial, o Brasil não poderia abraçar com credibilidade uma ideologia que depreciasse todos os não europeus. Os brasileiros não brancos deveriam não só ser defendidos, mas aceitos” (GARFIELD, 2000, p. 21). O subterfúgio encontrado pelo Estado Novo e pelo SPI foi a troca da noção de inferioridade racial pela de *aperfeiçoamento racial*, evidente no tópico adiante, sobre migração.

Ao mesmo passo em que eram exaltados como heróis nacionais e defensores do Brasil, o Código Civil de 1916, ainda válido no período, classificava indígenas (assim como as mulheres casadas) como “relativamente capazes”, portanto, deveriam

ser tutelados¹⁵⁷ pela União¹⁵⁸ (CUNHA, 2018). Na prática, indica Manuela Carneiro da Cunha (2018), os indígenas não conseguiam propor ações legais de modo direto ou entrar na justiça. Tratados desta forma pelo Governo Vargas, Garfield (2000) salienta a ausência dos indígenas em todas as políticas que discorriam sobre eles, inclusive no próprio SPI e no Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI), criado em 1939.

A pretendida integração dos indígenas teria sido combinada à campanha para tornar a Marcha para o Oeste mais popular, com o intuito de ocupar e colonizar o interior do Brasil, aumentando a ocupação do território brasileiro e protegendo as suas fronteiras - assuntos caros ao censo demográfico e ao IBGE. Os indígenas alcançados pela Marcha para o Oeste, no discurso governamental, seriam beneficiados com acesso à saúde, à comunicação e ao transporte. Em troca, trabalhariam integrados à nação.

O projeto do Estado Novo para os indígenas é compreendido por Garfield (2000) de ambíguo e contraditório em relação ao passado e o presente dos povos indígenas: "políticas protecionistas endossadas pelo regime foram burladas pela prática social. O índio perfeito louvado por ideólogos foi uma criação que uniu o bom selvagem ao brasileiro genérico" (GARFIELD, 2000, p. 31). Não obstante a contradição intrínseca, o estudioso reforça que "os objetivos quixotescos e as instituições governamentais seriam sistematicamente lesados pela corrupção burocrática, pela oposição da elite e pela resistência indígena" (GARFIELD, 2000, p. 25).

Tangenciando o quesito cor, os grandes focos de investigação da identidade nacional dentro do censo demográfico passavam pelos temas território e migração. Sete das quarenta e cinco perguntas do questionário estavam diretamente relacionadas a migrações: o respondente precisava declarar o estado de nascimento, caso tivesse nascido no Brasil, e o país, em caso de nascimento em outra nação. Em seguida, informaria os países ou estados de nascimento tanto de seu pai quanto de sua mãe. Questionava-se então a nacionalidade: se brasileiro nato, naturalizado

¹⁵⁷ Manuela Carneiro da Cunha (2018) atenta para a distinção jurídica no Código Civil de 1916: menores de 16 anos e pessoas "sem discernimento" eram incapazes perante a lei, ao passo em que mulheres casadas e indígenas eram "relativamente capazes", podendo celebrar contratos, por exemplo, desde que se considerasse que os contratos não seriam prejudiciais a eles.

¹⁵⁸ De acordo com Cunha (2018), em 1934 a tutela passou a ser exclusiva da União. Antes, poderia ser dos estados também, o que gerava mais conflitos.

brasileiro, ou estrangeiro, indicando o país. Nas instruções disponíveis na caderneta do respondente, havia esclarecimentos sobre o conceito de naturalidade e nacionalidade: uma de caráter geográfico e outra de caráter político. Ambas pareciam relevantes para os técnicos do Estado e do IBGE. A diferença foi demarcada em reuniões da Comissão Censitária, descritas no relatório de Carvalho (1940), sem que tenha gerado quaisquer dúvidas ou conflitos no grupo.

No caso da pessoa recenseada se declarar estrangeira ou brasileira naturalizada, deveria informar o ano em que fixou residência no Brasil. As instruções do caderno de resposta do censo explanavam a finalidade desta pergunta, evidenciando o interesse pelo componente chamado alienígena ou estrangeiro na população: “A indagação constante dêste quesito tem por fim o estudo da influência do fator alienígena na composição e crescimento populacionais no Brasil” (IBGE, 1940, questão 17). Finalmente, o idioma era investigado por duas questões: falava correntemente o português? Que língua falava habitualmente no lar? As duas visavam “complementar as indagações relativas à instrução e à integração dos elementos estrangeiros na vida cultural do país” (IBGE, 1940, quesitos 18 e 19. Grifo nosso), conforme as instruções do caderno de respostas. A publicação com os resultados do censo demográfico de 1940 (IBGE, 1950) informa sobre certa precariedade das respostas: a palavra “correntemente”, relativa ao hábito cotidiano de falar português, foi confundida com “corretamente”, o que teria levado famílias lusófonas a responderem que crianças pequenas, por exemplo, não falavam português, impactando os resultados do quesito.

Como comparativo nas Américas, o censo demográfico do México (MÉXICO, 1940) perguntou naquele ano somente o local de nascimento e a nacionalidade, com alternativas a) mexicano; b) estrangeiro, devendo indicar a nacionalidade naquele momento; e c) se já teve outra nacionalidade, deveria dizer qual. Na sequência, perguntava-se o idioma, com as alternativas espanhol/ castelhano, ou outra, devendo informar qual era.

O censo dos Estados Unidos de 1940¹⁵⁹ perguntava o local de nascimento e a nacionalidade de quem havia nascido fora do país. Em um questionário suplementar, respondido por uma amostra das pessoas recenseadas, o censo estadunidense indagava o local de nascimento do pai e da mãe, e a língua materna da pessoa

¹⁵⁹ Disponível em: <<https://www.archives.gov/research/census/1940>>. Acesso em: 11/02/2023.

respondente, sendo esta definida como o idioma falado em casa na primeira infância. Mesmo se comparado aos questionários básico e suplementar dos Estados Unidos, o censo brasileiro propunha uma investigação ligeiramente maior, em especial nas questões sobre idiomas e na ramificação do questionário para as pessoas naturalizadas brasileiras, junto ao ano em que entraram no Brasil.

Em posse das questões e das instruções do caderno censitário, já podemos identificar preocupações evidentes do Estado com a origem dos imigrantes, sua influência na composição e no crescimento populacional do país, e sua *integração* na cultura brasileira.

Em 1940, o italiano Giorgio Mortara, consultor técnico da Comissão Censitária Nacional, proferiu uma conferência no Palácio do Itamaraty intitulada "Os aspectos internacionais do recenseamento", publicada em seguida na Revista Brasileira de Estatística¹⁶⁰ daquele mesmo ano. O estudioso explica que os aspectos internacionais do recenseamento poderiam ser vistos a partir de dois pontos. O primeiro, da documentação de elementos nacionais na vida internacional. O segundo, dos elementos internacionais na vida nacional.

A parte sobre os elementos internacionais na vida nacional tratava sobre os imigrantes no país. A fala de Mortara (1940) dá a entender que havia grande receptividade aos migrantes que decidiram morar no Brasil, mas também sugere a expectativa de que eles progressivamente assimilariam a cultura nacional, em um processo quase que natural:

O número de alienígenas que vivem hoje no Brasil deve ultrapassar um milhão e meio; talvez atinja os 2 milhões. Uma fração deles adquiriu, por naturalização, a nacionalidade brasileira; uma fração muito maior, tendo adotado a língua e os costumes locais, tornou-se brasileira de fato, sem sê-lo de direito. Fica, porém, outra fração que, sob a influência de fatores culturais, políticos, religiosos ou étnicos, ou simplesmente por causa da brevidade do período transcorrido no Brasil, está atrasada no caminho da assimilação. (MORTARA, 1940, p. 427 e 428. Grifo nosso).

Como pode ser observado no excerto acima, "assimilação" e "atraso" são termos significativos no discurso. Note-se igualmente que a assimilação está diretamente vinculada à língua e aos costumes.

¹⁶⁰ Revista Brasileira de Estatística, volume 3, 1940.

Giorgio Mortara prossegue, ao explicar que a combinação dos quesitos do censo demográfico sobre nacionalidade e naturalidade, língua falada no lar, conhecimento de português e naturalidade da mãe e do pai, daria inúmeras informações sobre as características e a localização da população estrangeira. Não obstante, os cruzamentos dos dados censitários ajudariam a compreender diversos aspectos econômicos e culturais, bem como, nos termos de Mortara, a *assimilação incompleta da cultura brasileira*. Esse era o caso das famílias que falavam suas línguas de origem em casa, em vez de português:

Cada passo nessas classificações segundo caracteres combinados representa um avanço quanto à determinação das circunstâncias que concorrem para manter numa parte da população o uso habitual de línguas estrangeiras, indício de incompleta assimilação (MORTARA, 1940, p. 428).

O grande problema parecia ser a falta, o atraso ou a assimilação incompleta da cultura brasileira por uma parcela dos imigrantes que viviam no Brasil.

O estudioso compreendia que, ao lado do censo demográfico e dos dados sobre propriedade urbana e rural, o censo econômico teria um papel fundamental, ao mapear as contribuições dos migrantes para o desenvolvimento da economia do Brasil. Diz ele: “ficará assim adequadamente medida e localizada por território, categorias e ramos de atividade, nacionalidade de pessoas e de capitais, a importante cooperação que os estrangeiros estão prestando à economia brasileira” (MORTARA, 1940, p. 429). É interessante observar o argumento do benefício à economia, pois em Estados autoritários com discursos nacionalistas, o oposto é mais recorrente: o migrante é visto como alguém que pode retirar empregos, prejudicar a economia e afins.

Parte expressiva da conferência de Giorgio Mortara foi dedicada a esclarecer que os resultados do recenseamento serviriam ao propósito único de fornecer amplo conhecimento do cenário demográfico, econômico e social do Brasil à administração pública, estudiosos e cidadãos. Sua conduta sugere a provável preocupação com interpretações que gerassem medo aos respondentes quanto ao uso dos dados para ações discriminatórias - a exemplo do que acontecia na Alemanha nazista em ascensão justamente naquele momento, durante a Segunda Guerra Mundial -. Ele explica: “As informações pedidas, discriminando caracteres e circunstâncias, visam descrever o

estado de fato, e não preparar o terreno para discriminações do estado de direito” (MORTARA, 1940, p. 430).

Destarte, o estatístico retoma os quesitos sobre religião, cor, naturalidade e nacionalidade, ressaltando o objetivo de cada um dentro da pesquisa. Eram esses os quesitos passíveis de serem relacionados a fins discriminatórios, no entendimento de Mortara e provavelmente no entendimento do público da conferência:

Pergunta-se qual a religião professada, para estabelecer o quadro, socialmente importante, da distribuição dos migrantes segundo sua crença. Quer-se saber a cor do recenseado para apurar, em grandes grupos, a constituição étnica da população, e não para sancionar separações sociais segundo a escala cromática. Indaga-se a naturalidade do recenseado e a de seus pais, para reconstruir as origens étnicas da população atual, e não para formar graduações de preferência segundo a origem. Analogamente, os quesitos referentes à nacionalidade visam apenas determinar a participação hodierna dos vários grupos estrangeiros da população e na vida econômica do Brasil, e não preparar elementos para a restrição duma atividade cujo feliz desenvolvimento coopera em proporção notável na prosperidade do país (MORTARA, 1940, p. 430 e 431).

Tais elementos remetiam novamente à Segunda Guerra, ao fascismo na Itália, Espanha, Portugal, e o nazismo na Alemanha, pela perseguição a judeus e demais grupos distantes do imaginário da raça ariana.

Giorgio Mortara cita na sequência uma fala do Major Lima Câmara, então vice-presidente do Conselho de Imigração e Colonização, que nega a existência de preconceito racial ou de origem no Brasil:

Como recentemente escreveu [...] Major Lima Câmara: ‘no nosso país não há preconceitos raciais e nem de origem, e os brasileiros consideram seus patrícios todos aqueles que trabalham pelo engrandecimento do Brasil’. Na alta humanidade dessas palavras lapidares está expressa a diretriz fundamental daquela política pela qual o Brasil emerge como uma vasta ilha serena no oceano tempestuoso das lutas de nações e raças (MORTARA, 1940, p. 431. Grifo nosso).

Ora, a despeito de cor ter pouco destaque no censo demográfico e da quase retirada do quesito na versão final do questionário, o assunto reaparece constantemente, mesmo quando o objetivo é negá-lo ou ocultá-lo. Note-se também a referência à Segunda Guerra Mundial mais uma vez, em meio à qual o Brasil seria o local de serenidade, distante das lutas de raças. Mortara encerra o discurso sobre migrantes com uma verdadeira celebração da pretensa atmosfera de liberdade e igualdade do Brasil, país onde, segundo ele, todos fundiam-se em um único povo:

A diversidade das origens étnicas não atenua nos brasileiros a intensidade do sentimento nacional, antes lhe confere um caráter particular de solidariedade humana elevação de ideais comuns.

Justamente êsse sentimento, despertado e esclarecido pela propaganda, deve assegurar o êxito triunfal do recenseamento. Brasileiros de nascimento e brasileiros de adoção, todos devem colaborar com nossas energias, para ajudar a realização dessa resenha colossal da população, dos recursos e das atividades que constituem a fôrça, o orgulho, a vida do Brasil.

Possa o quadro de trabalho e de paz, que será delineado pelos algarismos do nosso recenseamento, servir de padrão para o mundo de amanhã. (MORTARA, 1940, p. 431).

Outro ponto importante do excerto versa sobre o sentimento nacional, que seria *despertado e esclarecido pela propaganda*. Logo, o protagonismo desse sentimento era novamente mérito e responsabilidade do Estado, não da população. A população era vista como objeto de tutela até mesmo quanto à sua própria identidade nacional.

Talvez parte da visão positiva de Mortara sobre o acolhimento do Brasil a migrantes se devesse ao fato de que ele próprio era um italiano que, em um cenário de guerra e perseguição, encontrou refúgio no país. Todavia, na circunstância da Conferência, Giorgio Mortara dissertou enquanto figura institucional do Estado Novo. Representou ali a posição da Comissão Censitária Nacional e discursou enquanto técnico do IBGE, com uma narrativa alinhada às premissas do Estado Novo. Isso foi feito para um público estratégico, de grande prestígio no interior da estrutura pública, e que representava o Brasil no exterior. Esse público, afinal, seria um dos responsáveis por disseminar a imagem de um Brasil pacífico, receptivo às diferentes origens étnicas e disposto a avançar pelo trabalho, empenho e união de seu povo, pelo sentimento de consciência nacional. Nesta chave de pensamento, o Estado detinha o mérito de manter o Brasil distante dos conflitos bélicos no restante do planeta, o que seria um ideal a ser seguido no mundo.

Pode-se de fato constatar que, aos olhos do Governo Vargas, a presença de determinados imigrantes era considerada benéfica para o desenvolvimento do país. Porém, exclusivamente dentro parâmetros restritos, com desdobramentos que não aparecem claramente no discurso de Mortara, nem mesmo nas discussões acerca do recenseamento dentro do relatório da Comissão Censitária. Há aí, portanto, dessincronias entre o discurso e a prática do Estado Novo.

Para compreender a relação entre o censo demográfico e a real política migratória de Getúlio Vargas, incluindo os pontos de dessincronia, os elementos

delineados até este ponto serão cotejados com decretos-lei e o suporte da pesquisa de Giralda Seyfert (1999) sobre a campanha de nacionalização do Estado Novo. Cabe retomar “assimilação” enquanto a palavra-chave deste cenário.

A antropóloga Giralda Seyfert (1999) identifica a existência de um discurso assimilacionista anterior a 1860 sobre grupos migrantes no Brasil, mas é somente na década de 1930 que o pertencimento de migrantes à nação se torna uma questão de segurança nacional. Até então, a única interferência a nível de Estado no cotidiano dos migrantes teria sido no ensino de escolas particulares etnicamente estruturadas e na imprensa própria desses grupos no Brasil, em colônias alemãs do Sul, na Primeira Guerra Mundial. No Estado Novo, o cenário muda:

(...) a partir de 1937 foram tomadas medidas coercitivas visando atingir as organizações comunitárias étnicas produzidas pela imigração, em nome da tradição de assimilação e mestiçagem demarcadas da nacionalidade. Mudanças na legislação e a ação direta do Exército junto aos grupos considerados “quistos raciais” interferiram na vida cotidiana de uma parcela significativa da população, sobretudo no Sul e em São Paulo (SEYFERTH, 1999, p. 199).

Historicamente no sul do país, o propósito central do incentivo à vinda de migrantes era o povoamento do território - com pessoas brancas - e a proteção das fronteiras. Já em São Paulo, Seyferth (1999) destaca o trabalho nas fazendas de café, de modo a substituir a força de trabalho que havia sido escravizada. Em ambos os casos, os acordos previam a vinda de imigrantes europeus brancos, diante da crença calcada nas teorias raciais de que eles seriam racialmente superiores e mais eficientes no trabalho. Explica Seyferth:

A qualificação do imigrante passava, em primeiro lugar, pela condição de agricultor: a natureza do trabalho no sistema de colonização e na grande propriedade cafeeira exigia lavradores e artesãos, profissões privilegiadas na legislação imigratória, inclusive no Estado Novo. Mas também não existiam dúvidas quanto à cor do migrante ideal, pois a maioria dos que trataram do problema imigratório descartaram como inconveniente e até pernicioso qualquer imigração asiática, africana e de negros americanos, com o argumento de que fosse, à época, da ameaça à “formação nacional”. Em suma, negros e amarelos, para usar categorias consensuais de cor, eram vistos como elementos perturbadores do processo de formação de uma nação branca e civilizada (SEYFERTH, 1999, p. 211. Grifo nosso).

Entretanto, indica a antropóloga, até 1940 muitos migrantes subverteram as determinações das políticas migratórias. Parte deixou de trabalhar com a agricultura, optando por espaços urbanos, parte fugiu das fazendas, e diversos grupos no Sul

criaram colônias alemãs, italianas, polonesas e ucranianas que permaneceram parcialmente afastadas do convívio nacional, frustrando o plano de assimilação da identidade brasileira. Além disso, Giralda Seyferth (1999) disserta sobre a resistência dos migrantes japoneses à assimilação, no contexto da crença de que retornariam ao Japão¹⁶¹, por isso os esforços de manutenção dos costumes e do idioma, bem como a negação do que era brasileiro.

A distância das colônias, o sentimento de nacionalismo em relação aos países de origem e a rejeição da identidade brasileira tornaram-se alvo de políticas do Estado Novo. Não obstante as questões internas do Brasil, a ascensão do nazismo na Alemanha foi também um fator de preocupação do governo com a disseminação da ideologia nas colônias alemãs no Brasil. A propagação do nazismo era perigosa, da perspectiva do Estado Novo, tanto para a consolidação da identidade nacional, quanto para a política externa brasileira.

Em 1937, foi implantada uma campanha de nacionalização para o “abrasileiramento” dos grupos migrantes e, na sequência, houve a publicação do primeiro dispositivo legal sobre o tema. O Decreto Lei nº 406¹⁶² de 1938 dispunha sobre a entrada de estrangeiros no território nacional e criava o Conselho de Imigração e Colonização¹⁶³. O artigo primeiro trazia a lista dos estrangeiros¹⁶⁴ cuja entrada não seria permitida. Havia restrições a condições físicas, de saúde, de idade, de profissão e de moralidade:

Art. 1º Não será permitida a entrada de estrangeiros, de um ou outro sexo:
I - aleijados ou mutilados, inválidos, cegos, surdos-mudos;
II - indigentes, vagabundos, ciganos e congêneres;
III - que apresentem afecção nervosa ou mental de qualquer natureza, verificada na forma do regulamento, alcoolistas ou toxicomanos;
IV - doentes de moléstias infecto-contagiosas graves, especialmente tuberculose, tracoma, infecção venérea, lepra e outras referidas nos regulamentos de saúde pública;

¹⁶¹ A esse respeito, “Nihonjin” é um romance de Oscar Nakasato, vencedor do prêmio Jabuti de literatura de 2012, que resgata memórias da migração no Brasil, incluindo a chegada em fazendas de café em São Paulo.

¹⁶² Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-406-4-maio-1938-348724-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 19/02/2023.

¹⁶³ Para conhecimento, eram atribuições do Conselho: Art. 76. Incumbe ao Conselho: a) determinar as quotas de admissão de estrangeiros no território nacional, tendo em vista o disposto no capítulo III; b) organizar seu regimento interno; c) julgar os recursos interpostos dos atos praticados pelas autoridades incumbidas da execução desta lei; d) deliberar sobre os pedidos dos Estados, relativos à introdução de estrangeiros; e) decidir a respeito dos pedidos das empresas, associações, companhias e particulares que pretendam introduzir estrangeiros (BRASIL, 1938, Decreto Lei nº 406).

¹⁶⁴ Atualmente, o adequado é utilizar o termo “migrante”, pois considera-se que “estrangeiro” evoca a noção de segurança nacional.

- V - que apresentem lesões orgânicas com insuficiência funcional;
- VI - menores de 18 anos e maiores de 60, que viajarem sós, salvo as exceções previstas no regulamento;
- VII - que não provem o exercício de profissão lícita ou a posse de bens suficientes para manter-se e às pessoas que os acompanhem na sua dependência;
- VIII - de conduta manifestamente nociva à ordem pública, à segurança nacional ou à estrutura das instituições;
- IX - já anteriormente expulsos do país, salvo se o ato de expulsão tiver sido revogado;
- X - condenados em outro país por crime de natureza que determine sua extradição, segundo a lei brasileira;
- XI - que se entreguem à prostituição ou a explorem, ou tenham costumes manifestamente imorais. (BRASIL, 1938).

Antes de avançar, cabe abriremos um breve parêntese sobre o item “I”, sobre deficiências físicas. O censo de 1940 continha uma questão sobre o tema, então denominados “defeitos físicos”, somente com as alternativas surdo-mudez, surdez e cegueira. Se a pessoa recenseada declarasse ser cega, precisaria informar se havia nascido cega, se era cega por doença, ou se havia se tornado cega por acidente. O quesito foi alvo de debate dentro da Comissão Censitária: no projeto original, segundo Carvalho (1948), estavam inseridas a mutilação, paralisia e a demência. Não constam explicações para a retirada dessas opções. Complementarmente, Carvalho aborda a intenção de reforçar perguntas sobre a saúde para que se pudesse chegar a *índices sobre a sanidade da população*, algo que parecia ser um grande interesse do grupo. No entanto, essas possíveis questões também foram abandonadas, sob a justificativa de que seria difícil mapear a sanidade da pessoa, se a sua enfermidade era curável ou não, e se precisava de cuidados hospitalares. Afinal, o questionário deveria ser respondido pela própria pessoa ou outra de sua convivência, e era provável que elas não soubessem ou não pudessem responder tais informações:

depois de passar por vicissitudes que realçaram a dificuldade de saber do recenseado enfermo se é curável ou incurável, a questão, em rigor, irrespondível por ele ou por outrem, ou se precisa ou não de assistência hospitalar, acabaram abandonadas (CARVALHO, 1948, p. 126).

Em contraste, o censo do México de 1940 perguntava sobre os chamados defeitos físicos e mentais, considerando as alternativas: *sordo, sordomudo, ciego, manco, cojo, paralítico, jorobado, idiota, loco*¹⁶⁵ (MÉXICO, 1940, item 46). O censo português trazia as opções cego, surdo-mudo e alienado, enquanto o questionário

¹⁶⁵ Tradução livre: surdo, surdo mudo, cego, manco, coxo, paralítico, corcunda, idiota e louco.

estadunidense de 1940 não mencionava o tema¹⁶⁶. Fechado o parêntese, retornemos ao Decreto Lei nº 406.

A partir dele, o Governo Federal detinha a prerrogativa de limitar ou suspender “por motivos econômicos ou sociais, a entrada de indivíduos de determinadas raças ou origens, ouvido o Conselho de Imigração e Colonização” (BRASIL, 1930, art. 2º). Logo, era legalmente viável proibir pessoas de outros países com base em sua raça ou origem. O decreto determinava cotas de entrada para residência no Brasil, limitadas a 2% do número de estrangeiros daquela nacionalidade que já estivessem no Brasil entre 1884 e 1933.

Dentro desta limitação, 80% de cada cota era destinada a migrantes agricultores ou técnicos rurais. Uma vez que estivessem no Brasil, não poderiam abdicar da profissão no meio rural por pelo menos 4 anos. Ademais, caso o Conselho de Imigração e Colonização avaliasse necessário para a economia do Brasil, as cotas para agricultores poderiam ser expandidas, com possibilidade de acordos bilaterais para a atração e fixação de trabalhadores agrícolas.

O capítulo VIII do Decreto Lei nº 406, denominado “Concentração e Assimilação”, continha regras para as colônias, núcleos coloniais ou centros agrícolas. Em resumo, não era permitido que as colônias fossem compostas de somente uma nacionalidade, e cada nacionalidade não deveria representar mais do que 25% do total da colônia. Da mesma maneira, os brasileiros deveriam compor no mínimo 30% desses espaços. O Conselho de Imigração e Colonização poderia proibir a ocupação de terras por estrangeiros cuja composição étnica fosse contrária à do povo brasileiro - sem explicações quanto ao que seria uma composição contrária ao povo. As colônias deveriam ser regidas por brasileiros natos e, na falta deles, por portugueses. Era obrigatório que cada colônia contasse com pelo menos uma escola primária, cujo nome deveria ser em português, bem como os nomes de comércios, estabelecimentos e afins. A preferência do Estado parecia ser por países europeus de línguas latinas, e então de países europeus de outras línguas.

A abordagem de Seyferth (1999) destaca o vínculo entre as noções de língua e espírito nacional naquele contexto. A língua era compreendida como a fronteira que

¹⁶⁶ Havia uma questão no questionário suplementar do censo estadunidense para filhos de militares: “veterans”. Perguntava, caso se tratasse de uma criança, se o pai estava morto. Não há perguntas sobre as deficiências provocadas pela atuação em guerra, o que sugere que a questão estava mais inclinada a conhecer a situação de orfandade desse grupo nos EUA.

impediria a integração dos migrantes que não falassem português, uma base da identidade nacional, da construção simbólica do nacionalismo e da unidade cultural. Simultaneamente, Bomeny (1999) percebe o mesmo dentro das comunidades migrantes, com ênfase à alemã: a manutenção da língua materna passou a ser um símbolo de nacionalismo para os que estavam fora de seu país de origem.

Em relação ao idioma, o Decreto Lei nº 406 determinava que, nas escolas rurais, todas as matérias seriam ministradas em língua portuguesa, com livros em português e a proibição do ensino de outros idiomas a menores de 14 anos. O ensino de história e geografia do Brasil - não por acaso, no mesmo período da criação do IBGE - tornou-se obrigatório no ensino primário. Já nas escolas destinadas aos adultos estrangeiros, era imperativo o ensino sobre instituições políticas do Brasil. Finalmente, a publicação de livros, revistas e jornais em outros idiomas precisaria passar pela autorização do Conselho de Imigração e Colonização e do Ministério da Justiça, devendo ser registrada pelo último (BRASIL, 1938, Capítulo XVI). Pode-se concluir, a partir do exposto, que as bases fundamentais para a integração e assimilação dos migrantes dentro da lógica do Estado Novo congregavam idioma, história, geografia e instituições políticas, tendo o trabalho como centro. Todos esses eram componentes do censo demográfico e do censo social.

A estrutura legal em torno da questão migratória foi reforçada com novos decretos ano a ano, destacando sua urgência para o Estado Novo. Em novembro de 1938, foi criada pelo Decreto-Lei nº 868¹⁶⁷, a Comissão Nacional de Ensino Primário. O artigo 2º explicitava as atribuições daquela Comissão, versando o item “b” exclusivamente sobre questão migratória para os três entes federativos no campo da educação: “b) definir a ação a ser exercida pelo Governo Federal e pelos governos estaduais e municipais para o fim de nacionalizar integralmente o ensino primário de todos os núcleos de população de origem estrangeira” (BRASIL, 1938, art 2º). O tema remonta ao tópico sobre instrução, já detalhado anteriormente.

Em 1939, foi publicado o Decreto Lei Nº 1.545¹⁶⁸, sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros. Este decreto distribuía deveres entre o Conselho de Segurança Nacional, o Ministério da Justiça e Negócios

¹⁶⁷ Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-868-18-novembro-1938-350829-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20/02/2023.

¹⁶⁸ Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1545-25-agosto-1939-411654-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20/02/2023.

Interiores, o Ministério da Educação e Saúde, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Guerra, o Exército, o Conselho de Imigração e Colonização e interventores federais, assim como os entes federativos: União, Estados e Municípios. Reunia, por consequência, grande parte da estrutura estatal em torno do tema. Todos os órgãos públicos e entidades paraestatais seriam obrigados, nos termos da lei, a:

concorrer para a perfeita adaptação, ao meio nacional, dos brasileiros descendentes de estrangeiros. Essa adaptação far-se-á pelo ensino e pelo uso da língua nacional, pelo cultivo da história do Brasil, pela incorporação em associações de caráter patriótico e por todos os meios que possam contribuir para a formação de uma consciência comum (BRASIL, 1939, Art 1º. Grifo nosso).

Novamente, a língua figura como um dos elementos centrais da assimilação da identidade brasileira. Pelo decreto, tornou-se proibido o uso de qualquer idioma que não o português em repartições públicas, escolas e exército. Na esfera da educação, a lei previa a criação de organizações patrióticas destinadas à educação física, promoção de comemorações cívicas, viagens pelo país e instituição de bibliotecas de interesse nacional. Nas regiões consideradas propensas à “desnacionalização”, a educação física poderia ser ministrada por militares. A instrução pré-militar tornava-se imperativa para o ensino secundário. Determinava-se a vigilância do ensino de história e geografia do Brasil e a distribuição de material informativo sobre o presente, o passado e as aspirações do país.

A lei reforçava a criação de escolas nas colônias, o favorecimento das instituições fundadas por brasileiros e o preparo dos professores. Estes, tanto quanto os demais funcionários públicos, deveriam propagar o sentimento de nacionalidade e amor à pátria: “Aos professores e instrutores de qualquer espécie, bem como a todos os que se consagrem à tarefa de cuidar da infância e juventude, cumpre esforçarem-se por difundir o sentimento da nacionalidade e o amor da pátria” (BRASIL, 1939, Art. 14, parágrafo único).

Ao Estado Maior do Exército, caberia dirigir o Ministério da Guerra; organizar a execução da referida lei junto aos demais ministérios; reportar informações relevantes; e incorporar ao exército o maior número possível de filhos de estrangeiros, enviando-os preferencialmente a tropas de regiões distintas das que eles habitassem. Ao Conselho de Imigração e Colonização, determinava-se a responsabilidade de

substituir funcionários ou autoridades considerados negligentes no cumprimento da lei e fiscalizar as áreas de colonização, inclusive com inspeções secretas. O Conselho deveria proibir a aquisição de terras com potencial de se tornarem latifúndios por empresas estrangeiras, além de evitar a concentração de estrangeiros em uma só região. Adicionalmente, o presidente detinha a prerrogativa de nomear inspetores exclusivos para a fiscalização da lei e os governos federal e estaduais deveriam localizar os descendentes dos estrangeiros em seus territórios.

O censo de 1940 continha um quesito sobre religião, o qual poderia ser combinado às demais questões sobre migração para avaliar a situação migratória. Não havia alternativas, apenas a instrução para que a religião fosse declarada de modo preciso, “não bastando, por exemplo, responder ao quesito com a palavra católico, ou protestante, mas especificar católico romano, luterano, presbiteriano, de modo a indicar claramente o credo professado” (IBGE, 1940). A definição precisa foi uma solicitação do Padre Leonel Franca em reuniões da CCN (CARVALHO, 1948).

Embora o discurso de Mortara na conferência do Itamaraty parecesse encorajador e otimista quanto à imigração no Brasil, no Governo Vargas este era um assunto de segurança nacional, coordenado pelo próprio Ministério da Guerra, como vimos no Decreto 1.545 de 1939. Para além do refúgio, a repressão, as leis rígidas e a vigilância eram as reais tônicas do Estado para colônias e grupos migrantes. O objetivo era “abrasileirar” os estrangeiros¹⁶⁹. O projeto de migração do Estado Novo era de dimensão geográfica, cultural e biológica, sendo os três vinculados ao recenseamento geral de 1940.

De dimensão geográfica, na medida em que os imigrantes deveriam viver em territórios brasileiros pouco habitados e trabalhar com a agricultura, no meio rural. Tanto a localização geográfica quanto o trabalho eram objetos do censo demográfico, sendo o segmento do trabalho o mais longo deste caderno, como já abordado.

Era de dimensão cultural, em uma via de mão dupla. De um lado, havia o pressuposto varguista de que a disposição dos migrantes para o trabalho seria assimilada pela população brasileira. Tal contribuição poderia ser mensurada pelo censo demográfico e econômico, conforme expressa a fala de Mortara. Do lado

¹⁶⁹ A escritora Clarice Lispector escreveu uma carta a Getúlio Vargas em 03 de junho de 1942, quando tinha apenas 21 anos, com o título “casualmente russa”. Na carta, Lispector argumenta que apesar de não ter nascido no Brasil, ela já era brasileira de fato e buscava a naturalização, a qual conseguiu em 12 de janeiro de 1943 (RODRIGUES, 2017).

contrário, a assimilação da identidade nacional por migrantes, tão urgente para o Estado Novo, seria medida e quantificada por meio das questões do censo demográfico sobre os idiomas, idade e escolaridade, e complementada pelo mapeamento de instituições promovido pelo censo social.

O projeto do Estado Novo relacionado à migração também era de dimensão biológica, na medida em que se tentava promover um embranquecimento do povo pelo estímulo à entrada de migrantes europeus brancos. Simultaneamente, impunham-se duras restrições às nacionalidades não quistas. A nacionalidade e naturalidade eram os quesitos do censo demográfico que mostrariam a quantidade e a distribuição de imigrantes, indicando o grau de sucesso ou mesmo as falhas das políticas migratórias brasileiras. Outrossim, esperava-se que o censo fornecesse um retrato da situação dos imigrantes no Brasil para que o Estado pudesse atuar com maior força em prol da assimilação da identidade nacional.

O censo exprimia, afinal, uma agenda político-ideológica cujo cerne estava calcado sobre um ideal de trabalho para o progresso. A narrativa que permeava a cultura oficial e a consciência brasileira patriótica era, ela própria, produzida e protagonizada no interior do Estado Novo. A disseminação ocorria por suas estruturas oficiais de ensino e de comunicação, em um Estado que se considerava o grande responsável pelo sentimento do nacional e pelo desenvolvimento de seu povo. Nessa lógica, o migrante era bem-vindo era o trabalhador. Os negros e os indígenas não eram trabalhadores, pela perspectiva do Estado Novo. Mas poderiam se tornar, em um pretendido processo de miscigenação cujo rumo seria o embranquecimento da população e a incorporação do espírito do trabalho.

A publicação da sinopse dos resultados nacionais do censo brasileiro de 1940 (1950), explica que nos quadros de dados gerais foram selecionadas somente as nacionalidades alemã, espanhola, italiana, japonesa e portuguesa: “pela sua especial importância dos pontos de vista histórico, social e político, foram selecionadas como principais nacionalidades” (IBGE, 1950, p. 19/ xxii). Vale notar que o argumento para o destaque nos quadros de resultados não é construído em torno da expressão quantitativa de cada nacionalidade. São outros os fatores que imputam a essas nacionalidades sua relevância na divulgação dos dados. Não parece algo despretensioso: expostas como elementos em processo de integração à sociedade brasileira, principalmente pelo discurso da propensão ao trabalho, a exposição das nacionalidades citadas fazia sentido dentro da narrativa do Estado Novo. A exceção

parece ser o destaque aos japoneses, que a princípio não figuravam entre preferências do Estado. Embora não fossem preferência, eram de interesse do Estado Novo pelo estereótipo de bons trabalhadores. Somente os quadros desagregados por estados e municípios traziam, em notas de rodapé, as informações de nacionalidades a partir da quantidade, quase como se paradoxalmente relegassem o quantitativo a um plano acessório.

Por fim, em relação ao que Mortara chama de elementos nacionais na vida internacional, o estudioso levanta alguns pontos aos diplomatas da Conferência. Giorgio Mortara reforça que o Ministério das Relações Exteriores deteria o importante papel de recensear a população brasileira que estava fora do Brasil no período do recenseamento, tarefa desafiadora pelo contexto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Sobre esses brasileiros, atenta Mortara, não bastava saber quantos eram. Interessava a sua composição sob os aspectos biológico, familiar, econômico, intelectual, geográfico e político, todos abarcados pelo recenseamento.

4.5 ALGUNS RESULTADOS DO CENSO DEMOGRÁFICO DE 1940

Não é o objetivo desta dissertação discutir os resultados do censo demográfico de 1940. Todavia, faz sentido encerrar o capítulo que aprofunda o conteúdo dos quesitos pela introdução dos dados gerais coletados por este censo:

Figura 18 – Dados sobre a população do censo demográfico de 1940

CENSO DEMOGRÁFICO: ESTADOS UNIDOS DO BRASIL										
1. POPULAÇÃO DE FATO, NA DATA DOS RECENTSEAMENTOS GERAIS DO BRASIL, SUA DENSIDADE E DISTRIBUIÇÃO										
SEGUNDO O SEXO, GRUPOS DE IDADES E OUTROS CARACTERES INDIVIDUAIS AFURADOS										
ESPECIFICAÇÃO	PESSOAS E PERCENTAGENS CORRESPONDENTES									
	Em 1.-VIII-1872		Em 31-XII-1890		Em 31-XII-1900		Em 1.-IX-1920		Em 1.-IX-1940	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
POPULAÇÃO TOTAL	10 112 061	100,00	14 333 915	100,00	17 318 556	100,00	30 635 605	100,00	41 236 315	100,00
HABITANTES POR km ²	1,19	-	1,68	-	2,03	-	3,60	-	4,84	-
SEXO										
Homens	5 123 869	50,67	7 237 932	50,50	8 831 002	50,99	15 443 818	50,41	20 614 088	49,99
Mulheres	4 806 609	47,53	7 095 983	49,50	8 487 554	49,01	15 191 787	49,59	20 622 227	50,01
IDADE ¹										
Menos de 1 ano	343 719	3,40	366 105	2,55	761 202	4,40	830 354	2,71	1 370 530	3,32
1 ano	169 522	1,68	430 328	2,79	574 574	3,32	778 925	2,54	1 208 213	2,93
2 anos	179 584	1,78	461 444	3,22	552 977	3,19	1 018 417	3,32	1 313 463	3,18
3 anos	185 408	1,83	451 497	3,15	547 843	3,16	1 010 588	3,30	1 286 977	3,12
4 anos	197 471	1,95	442 416	3,09	538 947	3,11	954 999	3,12	1 260 169	3,05
De 5 a 9 anos	1 256 995	12,43	2 068 685	14,43	2 601 581	15,02	4 375 530	14,29	5 758 816	13,96
De 10 a 14 anos	1 126 828	11,14	1 709 800	11,93	2 043 455	11,81	3 909 630	12,76	5 328 080	12,92
De 15 a 19 anos	1 102 159	10,90	1 399 778	9,77	1 853 270	10,70	4 217 917	13,77	4 445 925	10,78
De 20 a 29 anos	2 089 637	20,66	2 535 250	17,67	3 004 417	17,35	4 626 795	15,10	7 169 725	17,39
De 30 a 39 anos	1 103 081	10,91	1 802 272	12,57	2 035 337	11,75	3 560 285	11,62	4 901 682	11,89
De 40 a 49 anos	748 102	7,40	1 233 137	8,60	1 347 098	7,78	2 401 200	7,84	3 441 727	8,35
De 50 a 59 anos	593 622	5,87	733 361	5,12	770 516	4,45	1 451 319	4,74	2 044 907	4,96
De 60 a 69 anos	416 796	4,12	429 554	3,00	354 270	2,04	800 866	2,61	1 076 139	2,61
De 70 a 79 anos	286 198	2,83	159 518	1,11	137 875	0,80	308 243	1,01	427 684	1,04
80 anos e mais	121 179	1,20	84 193	0,59	63 879	0,37	125 067	0,41	171 711	0,42
Idade ignorada	192 760	1,90	58 577	0,41	129 325	0,75	65 650	0,21	32 271	0,08
CÓR										
Branços	3 787 289	37,45	6 302 198	43,97	...	-	...	-	26 171 778	63,47
Pretos e pardos	6 143 189	60,75	8 031 717	56,03	...	-	...	-	14 780 234	35,84
Amarelos	...	-	...	-	...	-	...	-	242 320	0,59
De cor não declarada	181 583	1,80	...	-	...	-	...	-	41 983	0,10
ESTADO CONJUGAL										
Solteiros	7 062 702	69,84	9 987 013	69,67	11 981 309	69,18	23 317 387	69,59	27 177 242	65,91
Casados	2 422 961	23,96	3 746 869	26,14	4 592 305	26,52	7 883 827	25,73	12 236 251	29,67
Separados, desquitados, divorciados ²	...	-	21 313	0,15	...	-	...	-	67 183	0,16
Viúvos	444 816	4,40	378 720	2,64	744 942	4,30	1 373 210	4,48	1 722 019	4,18
De estado conjugal não declarado	181 583	1,80	-	-	-	-	61 181	0,20	33 615	0,08
NACIONALIDADE										
Brasileiros natos	9 548 427	94,43	13 982 603	97,35	16 061 750	92,74	29 045 227	94,81	39 632 487	96,37
Brasileiros naturalizados	382 041	3,78	351 312	2,45	...	-	1 565 961	5,11	1 332 755	3,23
Estrangeiros	...	-	...	-	1 236 806	7,26	...	-	1 283 833	3,11
De nacionalidade não declarada	181 583	1,79	-	-	...	-	24 417	0,08	7 260	0,02
INSTRUÇÃO ³										
Sabem ler e escrever ⁴	1 564 481	15,47	2 120 599	14,79	4 389 839	25,33	7 493 357	24,46	13 292 605	32,24
Não sabem ler nem escrever	8 365 997	82,73	12 213 356	85,21	12 932 717	74,67	23 142 248	75,54	27 735 140	67,26
De instrução não declarada	181 583	1,80	-	-	...	-	-	-	208 570	0,50
RELIGIÃO										
Católicos romanos	9 902 712	97,93	14 179 615	98,93	...	-	...	-	39 177 880	95,01
Protestantes	...	-	143 743	1,00	...	-	...	-	1 074 857	2,61
Ortodoxos	...	-	1 673	0,01	...	-	...	-	37 953	0,09
Positivistas	27 766	0,27	1 327	0,01	...	-	...	-	1 039	0,00
Israelitas	...	-	300	0,00	...	-	...	-	55 666	0,13
De outra religião	...	-	...	-	...	-	...	-	699 206	1,70
Sem religião e de religião não declarada	181 583	1,80	7 257	0,05	...	-	...	-	189 304	0,46

Fonte: IBGE, 1950, p. 37.

O censo de 1940 indicou uma população de 41. 236.315 habitantes, com densidade demográfica de 4,84 habitantes por quilômetro quadrado. A faixa etária de

20 a 29 anos era o bloco com o maior percentual de pessoas (17,39%), dentro da distribuição realizada.

No que concerne à cor, 63,47% foram classificados como brancos, 35,84% como pretos e pardos (estes, que na caderneta do agente recenseador foram marcados com um traço), 0,59% amarelos e 0,10% de cor não declarada. A maior parte da população era solteira (65,91%), seguida pelos casados (29,67%) e viúvos (4,18%). Apenas 0,16% eram desquitados, separados ou divorciados.

Os imigrantes representavam 3,11% da população naquele momento. A religião católica romana era professada por 95% da população, seguida pelo protestantismo (2,61%). A lista de religiões é extensa, contudo não há menções a religiões de matriz africana. É possível que essas religiões não tenham sido consideradas no momento da contabilização dos dados, ou que as pessoas não tenham se sentido confortáveis para dizer a sua religião. Não foram encontradas informações sobre o assunto.

Em relação à instrução, 67,26% declararam não saber ler, nem escrever. Apenas 5,06% das pessoas possuíam diploma completo, fosse de grau elementar, médio ou superior. Até o grau médio, a diferença entre quantidades de homens e mulheres existiam, mas eram pouco expressivas se comparadas ao ensino superior. A população com ensino superior completo correspondia a 0,25% dos habitantes. Dentro da população com nível superior, somente 9% eram mulheres: 9.650 no Brasil, ao todo. Em relação ao total da população contabilizada pelo censo, as mulheres com ensino superior representavam 0,023% dos habitantes.

Figura 19 – Pessoas de 10 anos e mais que possuíam curso completo ou diploma de estudos, por sexo e grupos de idades, segundo grau de ensino em 1940

N. ^o de ordem	GRAU DO ENSINO	TOTAIS		
		Total	Homens	Mulheres
1	<i>TOTAIS</i>	2 088 126	1 086 500	1 001 626
2	Grau elementar	1 561 510	783 477	778 033
3	Grau médio	358 686	186 096	172 590
4	Grau superior	106 496	96 846	9 650
5	Grau não declarado	61 434	20 081	41 353

Fonte: IBGE, 1950, p. 66.

A maioria das mulheres tinha filhos, em média seis para cada mãe. Do total de filhos tidos pelas mulheres, em torno de 7,5% nasciam mortos:

Figura 20 - Mulheres que tiveram filhos nascidos vivos até 1940

IDADE	MULHERES DE 12 ANOS E MAIS				
	Total de mulheres	Número de mulheres	Tiveram filhos nascidos vivos		
			Filhos tidos		
			Total	Nascidos vivos	Nascidos mortos
TOTAIS ..	13 505 432	7 268 053	41 568 935	38 435 376	3 133 559

Fonte: IBGE, 1950, p. 66.

Foram estes os principais dados censitários colhidos pela CCN para compor o pretendido retrato do Brasil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa pretendeu investigar o debate acerca da elaboração do questionário do Censo Demográfico de 1940, considerando processos de definição dos quesitos censitários, as controvérsias sobre a operação censitária e agentes envolvidos. A primeira consideração é a de que o Estado Novo era um Estado reflexivo, ele refletia sobre si e seu projeto político institucional.

O estudo sugere que o censo foi concebido por uma elite intelectual inserida nas estruturas burocráticas do Estado Novo e alinhada em maior ou menor grau com o projeto político institucional deste. O perfil dos integrantes da CCN era relativamente similar em termos de trajetórias profissionais, embora existissem disputas de pensamento e vertentes distintas dentro do Estado Novo. Eram todos homens, de uma restrita elite com maior nível de escolaridade: havia representantes da igreja católica, militares, engenheiros e bacharéis em direito. Eles também ocupavam outros lugares institucionais importantes do Estado Novo. A maior parte já circulava na burocracia do país antes do regime autoritário, principalmente em Minas Gerais e no Distrito Federal, à época no Rio de Janeiro.

Não houve uma ruptura completa com projetos anteriores relacionados a estatísticas sobre o Brasil, nem mesmo uma forma completamente nova de se pensar sobre essas estatísticas. O discurso de ineditismo do Estado Novo não era, portanto, de todo verdadeiro. O IBGE não rompia totalmente com o passado institucional das estatísticas no Brasil, mas abriu oportunidades, ampliou a capacidade de atuação do Estado e agregou agentes de forma peculiar. De certo modo, o IBGE pode ser lido como uma materialização do projeto do Estado Novo.

Nesse sentido, o povo por vezes figurava no cerne do discurso da CCN e do Estado Novo, mas era visto como atrasado. Existia a percepção de que a população necessitava ser tutelada e conduzida pelo Estado, inclusive para assimilar a desejada identidade nacional. Existia uma grande distância entre os agentes envolvidos no processo censitário e restante da população.

Circulava entre eles a ideia de que as elites intelectuais, em conjunto com o Estado, levariam o povo ao necessário desenvolvimento e à pretendida evolução. Nesse registro de pensamento, o povo evoluiria com a educação, higiene, urbanização, trabalho e embranquecimento, por um caminho definido, conduzido pelas mãos do Estado e seus intelectuais. Não havia consultas ou participação da

população nos espaços decisórios. Eram os intelectuais dentro da burocracia, alinhados com o discurso de desenvolvimento do país, os que identificariam os problemas, as soluções e os caminhos a serem seguidos.

Essas premissas se refletiam no Recenseamento Geral. Por meio da operação censitária, pretendia-se conhecer o Brasil, elencar soluções para o que se considerava serem os problemas da população, coletar informações sobre as políticas do Estado Novo, e mostrar um Brasil moderno, racional e organizado para o mundo. O recenseamento bem-sucedido, elaborado dentro das melhores técnicas, deveria ser motivo de destaque e orgulho para o Brasil, colocando o país em uma posição de prestígio.

O analfabetismo dos recenseados e a possível dificuldade de interpretação dos próprios recenseadores era uma das principais preocupações no planejamento do censo demográfico. Apesar de serem mencionados com frequência e comparados aos bandeirantes em um sentido de desbravar território, não foram localizados documentos com maiores informações sobre quem eram ou como eram selecionados os recenseadores. A comparação com os bandeirantes expressa também a indissociabilidade entre as estatísticas populacionais e a apropriação do território. Em alguma medida o censo detinha o sentido de adentrar todas as partes do país e mostrar a ocupação do território em suas regiões geográficas. A divisão por regiões da forma que a conhecemos se torna oficial precisamente no Estado Novo.

Entre os integrantes da CCN e no discurso de Getúlio Vargas, o analfabetismo era um mal a ser combatido, um atraso e uma doença, reflexo também dos problemas sanitários e de higiene do Brasil. Os discursos em torno da educação falavam sobre o propósito de criar uma consciência social, com ênfase no sanitarismo e nacionalismo.

Dentro da lógica do censo, a educação tinha o trabalho como objetivo primordial. Os comentários e quesitos sobre instrução e educação exprimiam embates e relações de poder sob influência no Estado Novo, com destaque para a igreja Católica e os reformadores da Escola Nova. A igreja católica saiu vitoriosa da disputa pela educação e ganhou espaço no Estado Novo.

Havia um importante aspecto da educação relacionado às comunidades migrantes, que deveriam adotar o português e aprender sobre a história, geografia e instituições políticas, a cultura brasileira propagada pelo Estado Novo. O grande problema para o Estado Novo parecia ser a falta, o atraso ou a assimilação incompleta

da cultura brasileira por uma parcela dos imigrantes que viviam no Brasil. Esperava-se que os migrantes cujas nacionalidades eram vinculadas ao trabalho, no imaginário do regime, assimilassem a identidade nacional, misturando-se aos brasileiros de modo a embranquecê-los e torná-los trabalhadores.

Os negros e os indígenas não pareciam ser vistos como trabalhadores. Mas poderiam se tornar, em um pretendido processo de miscigenação cujo rumo seria o embranquecimento da população e a incorporação do espírito do trabalho. Os indígenas nem mesmo apareciam no único quesito sobre cor do censo demográfico. Houve um processo de apagamento identificado desde o censo de 1872, quando se deixou de adotar “índio” ou “indígena”, previsto nos projetos anteriores, para utilizar “caboclo”.

No repertório discursivo do governo Vargas, havia somente alusões a um mítico passado em que “o índio”, único e homogêneo em suas características, era o protetor do Brasil. Em contraste com a ausência da alternativa no censo, o governo de Getúlio Vargas interagiu constantemente com povos indígenas, em geral de formas violentas, com o discurso de integrá-los ao Brasil enquanto trabalhadores (o que faria com que eles deixassem de ser “índio”, nesse imaginário).

O próprio quesito sobre cor quase não foi incluído no censo demográfico. Enquanto a cor era algo a ser ocultado internamente, já que o argumento que o manteve era em detrimento da imagem do Brasil no exterior, a migração era amplamente investigada no censo, dentro da chave de pensamento de integração e de “melhoria” da população. O projeto de migração do Estado Novo era de dimensão geográfica, cultural e biológica, sendo os três vinculados ao recenseamento geral de 1940.

O trabalho foi o tema que mais apareceu no censo demográfico. As perguntas, com dezenas de exemplos nas orientações, sugerem um escrutínio das políticas recentes do próprio Estado Novo de direitos trabalhistas e regulação sindical. O objetivo parecia ser verificar como o Estado vinha se apresentando à população e como a população se apropriava dessas políticas. O trabalho e o trabalhador, afinal, estavam no cerne das políticas do governo Vargas e da narrativa do trabalhador enquanto herói nacional.

Havia silêncios sobre os aspectos do trabalho que o Estado não alcançava ou que não havia sido capaz de solucionar. Não se perguntava sobre renda, nem sobre desemprego. Pobreza ou crise econômica dificilmente poderiam ser mapeadas pelos

quesitos inseridos naquele censo. A hipótese é a de que a imagem de um Brasil com desemprego e crises não seria compatível com a propaganda do Brasil do trabalhador, sustentada pelo Estado Novo. O Brasil do imaginário e do discurso do Estado Novo era próspero e rumava em direção ao progresso.

Nas questões sobre a fecundidade, reuniam-se interesses políticos, científicos, sanitários, militares e morais, acomodados em maior ou menor grau no interior do Estado Novo. Existia a defesa da técnica e a contribuição científica proposta por Mortara. Havia o moralismo da igreja, concentrada nos filhos fora de casamentos, no rastreio aos casamentos ilegítimos. O censo serviria também para monitorar as políticas de povoamento do oeste do país. Questões como a mortalidade infantil estavam ausentes, para além dos natimortos, os quais a princípio também não entrariam no questionário. Existia uma convergência de interesses e descompassos de discurso entre os grupos e seus intelectuais.

Por fim, um último aspecto a ser ressaltado no Recenseamento Geral diz respeito ao censo social. Nele, os aparatos urbanos e socioculturais, com seus edifícios, sedes e estruturas físicas, parecem ser compreendidos como a própria materialização do povo. Esta lógica sugere que as ausências estruturais vistas pelo recenseamento seriam também as lacunas para o desenvolvimento da população. O termo “social” era principalmente sobre as instituições de domínio do estado, na concepção do censo e da comissão. Não era sobre a população.

De modo geral, o censo demográfico de 1940 exprime o dilema de um Estado que se propunha a refundar a nação, mas se deparava com uma sociedade já existente e distante de suas aspirações. O censo trazia uma agenda político-ideológica cujo cerne estava calcado sobre um ideal de trabalho para o progresso, produzida e protagonizada no interior do Estado Novo.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo, Companhia das Letras. 2008.

ANTRA. **Dossiê dos ASSASSINATOS e da violência contra pessoas Trans em 2020**. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>>.

ARIBOLEYA, A. **Educação nos anos 1930 e os dilemas da modernização no Brasil**. Tese de doutorado. Universidade Federal do Paraná, 2017.

ARRUDA, M. A. N. Pensamento brasileiro e sociologia da cultura: questões de interpretação. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 107-118, jun. 2004.

BARBOSA, M. L. O.; OLIVEIRA, M. G. M.; QUINTANEIRO, T. **Um toque de clássicos**: Marx, Durkheim, Weber. 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2017.

BÉLGICA. **Statistique de la Belgique**: Population. Recensement général au 31 décembre 1890. 1893. Disponível em: <https://kuleuven.limo.libis.be/discovery/fulldisplay?vid=32KUL_KUL:KULeuven&tab=all_content_tab&docid=alma9934697820101471&context=L&lang=en>.

BIBLIOTECA DIGITAL DO BRASIL. **Jornal do Comércio**. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/artigos/jornal-do-comercio-rio-de-janeiro/>>. Acesso em: 21/02/2023.

BOMENY, H. O intelectual do DIP: Lourival Fontes e o Estado Novo. In: BOMENY, H. (org.). **Constelação Capanema, intelectuais e políticas**. Bragança Paulista, São Paulo, 2001.

BOMENY, H. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, D. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro, FGV, 1999.

BOTELHO, T. R. Censos Nacionais Brasileiros: da estatística à demografia. In: SENRA, N. de C.; CAMARGO, A. de P. R. (orgs.). **Estatísticas nas Américas**: por uma agenda de estudos históricos comparados. Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2010.

BRASIL. Synopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1900. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, 1905. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/222260>>.

CAMARGO, A. P. R. **A construção da medida comum**: A construção da medida comum: estatística e política de população no Império e na Primeira República. 2016. 421 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

CAMARGO, A. P. R. Estado, quantificação e agência: uma análise genealógica. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 65, n. 3: e20190278, p. 1-39, 2022.

CARVALHO, Afrânio de. **Relatório de atividades da Comissão Censitária Nacional**. IBGE, 1948.

CARVANO, L. M.; PAIXÃO, M. A variável raça e cor no interior dos sistemas censitários brasileiros. In: PINHO, O. A.; SANSONE, L. (orgs.). **Raça: novas perspectivas antropológicas**. 2ª ed. rev. Salvador. ABA. EDUFBA, 2008.

COSTA, J. J. S. Carneiro Felipe: estudo biográfico. **REM: R. Esc. Minas, Suplemento Especial 2 Ouro Preto**, jul./set. p. 1-14. 2012.

CUNHA, M. C. da. Índios na Constituição. In: Dossiê 30 anos da Constituição Brasileira. **Revista Novos Estudos**, v. 37, n. 3, Cebrap. São Paulo, 2018. p. 429 - 443.

DESROSIÈRES, A. Histoires de formes: statistiques et sciences sociales avant 1940. **Revue française de sociologie**, p. 277 – 310, 1985.

DESROSIÈRES, A. **The politics of Large Numbers: a history of statistical reasoning**. Harvard University Press. Cambridge, Massachusetts, and London, England. 1998.

EUA. **Census 1890**. United States Census Bureau. Disponível em: <https://www.census.gov/programs-surveys/decennial-census/technical-documentation/questionnaires.1890_Census.html>.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14 ed. EDUSP. São Paulo, SP. 2019.

FONSECA; HOCHMAN; LIMA. A saúde na construção do Estado Nacional no Brasil: reforma sanitária em perspectiva histórica. p. 27 - 57. In: LIMA, N. T.; GRECHMAN, S.; EDLER, F. C. (orgs.) **Saúde e Democracia: história e perspectivas do SUS**. Editora Fiocruz, 2005.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021**. Ano 15, 2021.

FOUQUET, A. Les Statistiques dans le débat social. In: **La Cité des Chiffres, ou l'illusion des Statistiques**. Éditions Autrement, Paris, 1992.

GARFIELD, S. As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na Era Vargas. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 20, n 39, p. 15-42. 2000.

GIL, N. de L. **A dimensão da educação nacional: um estudo sócio-histórico sobre as estatísticas oficiais da escola brasileira**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GOMES, A. M. de C. A construção do homem novo: o trabalhador brasileiro. In: OLIVEIRA, L. L.; VELLOSO, M. P.; GOMES, A. M. C. **Estado Novo, Ideologia e poder**. Rio de Janeiro, 1982.

HOCHMAN, G. Prefácio. De memória e história: o IBGE em transformação na virada do século. In: SENRA, N. de C. (org.). **História das estatísticas brasileiras**. v. 4: Estatísticas formalizadas (c. 1972- 2002). Rio de Janeiro: IBGE. p. 21-29. 2008.

IBGE. **Instrumento de coleta do Censo Demográfico de 1940**. Serviço Nacional de Recenseamento. Rio de Janeiro, 1940. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc13.pdf.

IBGE. **Censo Demográfico: população e habitação**. Quadros de totais para o conjunto da união e de distribuição pelas regiões fisiográficas e unidades federadas. **Série Nacional**, volume 2. Rio de Janeiro, Serviço gráfico do IBGE, 1950.

IBGE. Giorgio Mortara. Ampliando os Horizontes da Demografia Brasileira. **Documentos para disseminação, Memória Institucional nº 9**. Rio de Janeiro, 2007.

IBGE. Giorgio Mortara. **Publicação Comemorativa do Centenário de Nascimento**. Rio de Janeiro, 1985.

IBGE. Nota biográfica - Teixeira de Freitas. In: **Documentos para Disseminação**. Encontro comemorativo do centenário de Teixeira de Freitas. CDDI. Rio de Janeiro, 1991.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA DE PORTUGAL. **VIII Recenseamento Geral de População**. Censos de 1940. Vol. 1 Portugal, 1945. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOE_Spub_boui=209674177&PUBLICACOESmodo=2&xlang=pt.

JANUZZI, P. M. **A importância da informação estatística para as políticas sociais no Brasil: breve reflexão sobre a experiência do passado para considerar o presente**. 2018.

JANUZZI, P. M. As novas e velhas demandas por informação estatística. **São Paulo em Perspectiva**, v. 12, n. 4, 1998.

LA VERGATA, A. In the name of science: the conceptual and ideological background of Charles Richet's eugenics. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 25, p. 125-144, ago. 2018.

MIGUEL, N. M. D. **O perfil do brasileiro construído pelo IBGE: uma memória discursiva dos censos demográficos de 1940 a 2010**. Tese (de Doutorado). Unirio, Rio de Janeiro, 2012.

NAKASATO, Oscar. **Nihonjin**. 1 ed. Benvirá, São Paulo, 2011.

OLIVEIRA, J. S. **Brasil, Mostra a tua cara:** Imagens da população brasileira nos censos demográficos de 1872 a 2000. 2003.

OLIVEIRA, L. A. P.; SIMÕES, C. C. S. O IBGE e as pesquisas populacionais. **R. bras. Est. Pop.**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 291-302, jul./dez. 2005.

OLIVEIRA, R. C. A. **O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no Projeto Político-Cultural do Estado Novo.** Dissertação (Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais) – FGV – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2005.

OLIVEIRA, L. L.; VELLOSO, M. P.; GOMES, Â. M. de C. **Estado Novo:** ideologia poder. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982.

PANAYOTOVA, P. Y. **Sociology and Statistics in Britain, 1830 -1990.** University of Edinburgh, Thesis. 2018.

PECAUT, D. **Os intelectuais e a política no Brasil:** entre o povo e a nação. São Paulo, SP: Ática, 1990.

PORTUGAL. **Relatório sobre o censo da população, dirigido ao ministro das obras públicas, commercio e indústria, pelo chefe da repartição de estatística geral.** 1896.

POUBEL, M. W. **Os primeiros Processo Censitários Brasileiros e o Desenvolvimento da Matemática Estatística no Brasil e 1872 a 1938.** Universidade Federal do Espírito Santo. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação. Espírito Santo, 2013.

RANDERAAD, N. The international statistical congress (1853-1876): Knowledge transfers and their limits. **European History Quarterly**, v. 41, n. 1, p. 50-65. 2011. <<https://doi.org/10.1177/0265691410385759>>.

REVISTA BRASILEIRA - Academia Brasileira de Letras. **Elmano Cardim.** Janeiro/ dezembro, n. 6, fase IV, 1980. pp. 11-17.

RODRIGUES, S. (org). **Cartas Brasileiras:** correspondências históricas, políticas, célebres, hilárias e inesquecíveis que marcaram o país. 1 ed. São Paulo, SP. Companhia das Letras, 2017.

RUBINSTEIN, L. **O censo vai contar para você:** design gráfico e propaganda política no Estado Novo. Dissertação de mestrado. PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2007.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das Raças.** Companhia das Letras. São Paulo, SP. 2017.

SCHWARTZMAN, S. As estatísticas públicas e a medição da pobreza. In: SCHWARTZMAN, S. **As causas da pobreza.** Rio de Janeiro: Editora FGV. p. 69-99. 2004.

SENRA, N. A junção do G ao E na formação do IBGE. **Terra Brasilis**, 3, 2014. <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/926>; DOI: <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.926>.

SENRA, N. C. (org.). **História das estatísticas brasileiras**. v. 4: Estatísticas formalizadas (c. 1972- 2002). Rio de Janeiro: IBGE. p. 21-29. 2008.

SEYFERTH, G. Os Imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, D. (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro, 1999.

SILVA, L. Vultos da Estatística Brasileira: professor João Lyra Madeira. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 40, n. 157/158, p. 215-216, jan/jun. 1979.

VELLOSO, M. P. Cultura e poder político: uma Configuração do Campo intelectual. In: OLIVEIRA, L. L.; VELLOSO, M. P.; GOMES, A. M. C. **Estado Novo, Ideologia e poder**. Rio de Janeiro, 1982.

WEBER, **Economia e sociedade**. 3. ed. Brasília: UnB, 1994. v. 1

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA (RBE)

FELIPPE, J. Caneiro. **A educação e a cultura no recenseamento geral de 1940**. In: Revista Brasileira de Estatística, p. 439 - 444. 1940.

FRANCA, Leonel. **A crise da família à luz das estatísticas**. Revista Brasileira de Estatística, n1. v1. p. 36 -50. 1940.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: esquema estrutural**. Revista Brasileira de Estatística. v. 1, n. 1, Rio de Janeiro, 1940.

MORTARA, G. **Os aspectos Internacionais do Recenseamento**: Conferência pronunciada no Palácio Itamaraty, em 30 de Agosto de 1940. In. Revista Brasileira de Estatística. v. 1 n. 3. p. 421 - 431. 1940.

IBGE. **Vultos da Estatística: Léo de Affonseca**. In. Revista Brasileira de Estatística. v. 1, n. 4, p. 738-740. 1940.

IBGE. **Vultos da Estatística Brasileira**: A. R. de Cerqueira Lima. In. Revista Brasileira de Estatística, v. 8 n. 30/31, p. 545-546, 1947.

DECRETOS

BRASIL. Decreto nº 4.676 de 1871. **Coleção de Leis do Império do Brasil**, Página 35 Vol. 1 pt. II. Rio de Janeiro, RJ, 1871.

BRASIL. Decreto nº 216-C de 1890. **Coleção de Leis do Brasil - 1890**, Página 325 Vol. 1 fasc. 2º Rio de Janeiro, RJ, 1890.

BRASIL. Decreto nº 2.449 de 1897. **Coleção de Leis do Brasil - 1897**, Página 76 Vol. 1 pt. II (Publicação Original), Rio de Janeiro, RJ, 1897.

BRASIL. Decreto nº 2.458 de 1897. **Diário Oficial da União - Seção 1 - 1897**, Página 90 Vol. 1, Rio de Janeiro, RJ, 1897.

BRASIL. Decreto nº 19.398 de 1930. **Diário Oficial da União - Seção 1 - 12/11/1930**, Página 20663 (Publicação Original), Rio de Janeiro, RJ, 1930.

BRASIL. Decreto nº 19.667 de 1931. **Diário Oficial da União - Seção 1 - 7/2/1931**, Página 1875 (Publicação Original), Rio de Janeiro, RJ, 1931.

BRASIL, Decreto 19.669 de 1931. **Diário Oficial da União - Seção 1 - 7/2/1931**, Página 1876 (Publicação Original), Rio de Janeiro, RJ, 1931.

BRASIL, Decreto nº 24.609 de 1934. **Diário Oficial da União - Seção 1 - 14/7/1934**, Página 14257 (Publicação Original), Rio de Janeiro, RJ, 1934.

BRASIL, Decreto-Lei nº 237 de 1938. **Diário Oficial da União - Seção 1 - 7/2/1938**, Página 2418 (Publicação Original), Rio de Janeiro, RJ, 1938.

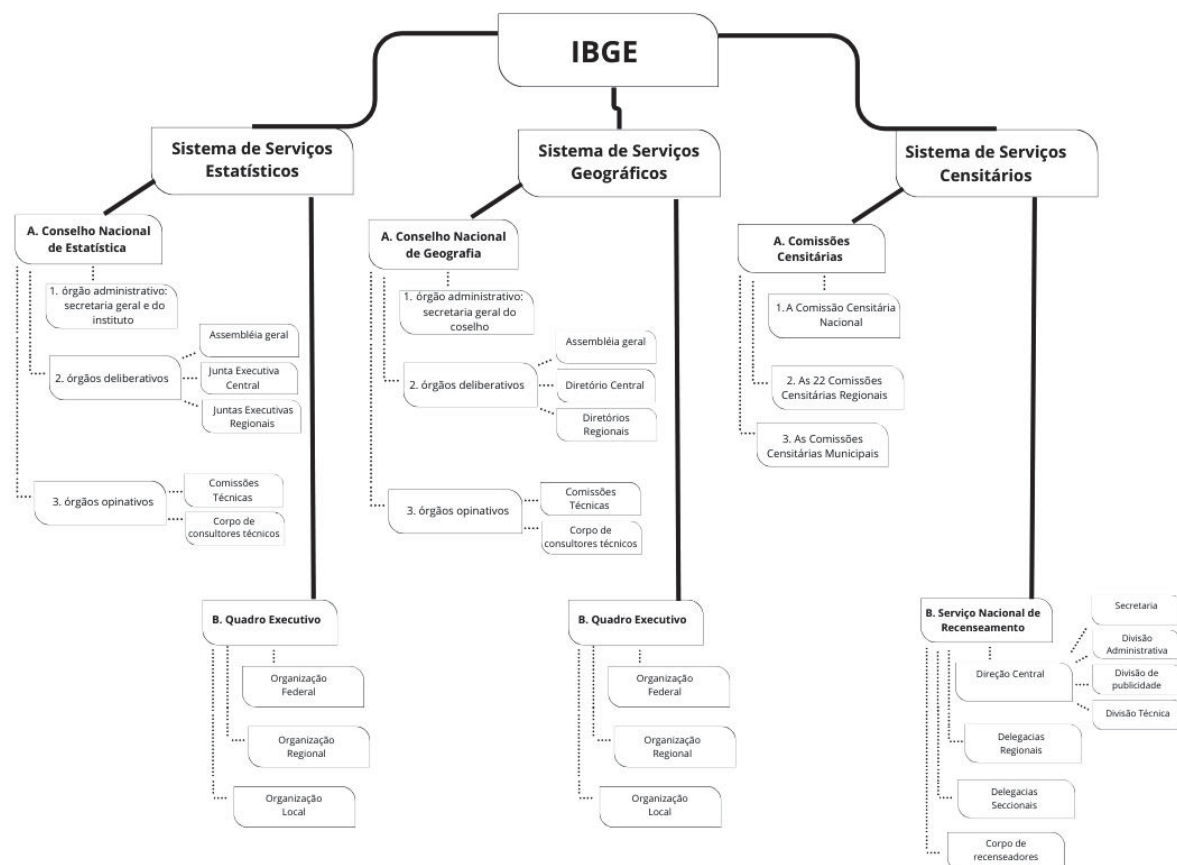
BRASIL, Decreto-Lei nº 406 de 1938. **Diário Oficial da União - Seção 1 - 6/5/1938**, Página 8494, Rio de Janeiro, 1938. Disponível em:
<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-406-4-maio-1938-348724-publicacaooriginal-1-pe.html>>.

BRASIL, Decreto-Lei nº 1.402, de 1939. **Diário Oficial da União - Seção 1 - 7/7/1939**, Página 16233 (Publicação Original) Coleção de Leis do Brasil - 1939, Página 3 Vol. 6 (Publicação Original). Disponível em:
<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1402-5-julho-1939-411282-norma-pe.html>>.

BRASIL, Decreto-Lei nº 1.545 de 1939. **Diário Oficial da União - Seção 1 - 28/8/1939, Rio de Janeiro**, 1939. Disponível em:
<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1545-25-agosto-1939-411654-publicacaooriginal-1-pe.html>>.

ANEXOS

I ESTRUTURA COMPLETA DO IBGE EM 1940



II BOLETIM DE FAMÍLIA COM INSTRUÇÕES DO QUESTIONÁRIO

Recenseamento Geral de 1º de setembro de 1940 Censo Demográfico: Boletim de Família ¹⁷⁰			
Nº	Quesito	Instruções para preenchimento	Alternativas

¹⁷⁰ Foram mantidas as grafias originais para a composição da tabela, desatualizadas conforme norma padrão da língua portuguesa vigente.

1	Prenome (primeiro nome ou nome de batismo)	Bastará escrever o primeiro nome, ou nome de batismo, de cada pessoa a ser recenseada. O chefe da família, por exceção, deverá declarar o seu nome completo.	-
2	Sexo	Declare-se, conforme o caso, “masculino” ou “feminino”.	Masculino ou feminino
3	Data de nascimento (dia mês e ano)	Sempre que for possível obter a informação prevista neste quesito, ela deve ser registrada no questionário, visto ter grande importância para a estatística social.	-
4	Se o recenseado não souber a data de nascimento declarar a idade que presume ter	Dias para as pessoas de menos de um mês, meses para as de menos de um ano; anos para as de um ano ou mais.	-
5	Condição no domicílio em relação ao Chefe da família	Tratando-se de parentes do Chefe da família, declare-se qual é esse parentesco (pai, mãe, filho, neto, avô, sogro, irmão, tio, sobrinho, primo etc.). Escreva-se cônjuge para a esposa do Chefe da família, se for com ele casada civilmente, “consorte” se não for casada civilmente, acrescentando-se a letra (E) entre parêntesis, no caso de casamento contraído segundo a lei estrangeira e (R) para indicar o casamento religioso. As pessoas que vivem com a família, sem que sejam parentes, empregadas ou hóspedes, serão consideradas “agregadas”: no [] de entrar o agregado em qualquer contribuição para as despesas da casa, será declarado “pensionista”. Em relação ao pessoal doméstico ou aos empregados da família, declare-se, como condição em relação ao chefe da família, o emprego que exercem na casa, como, por exemplo: cozinheiro, arrumadeira, chauffeur, ama sêca etc. As pessoas que se encontrarem na residência a título provisório, tendo residência permanente em outro lugar, serão consideradas “hóspedes”, condição que será declarada como resposta ao quesito 5.	Pai, mãe, filho, neto, avô, sogro, irmão, tio, sobrinho, primo, cônjuge, consorte, agregado, pensionista, hóspede etc.
6	Côr	Responda-se “preta”, “branca”, “amarela” sempre que for possível qualificar o recenseado segundo o característico previsto no quesito 6. No caso de não ser possível esta qualificação, lance-se um traço horizontal no lugar reservado para a resposta.	Preta; branca; amarela. Traço para indefinidos.
7	É surdo mudo? É cego: De nascença? Por doença? Por acidente?	Se o recenseado for surdo-mudo, declarar esse defeito. Se for cego, informar se o é de nascença ou se ficou cego por causa superveniente, especificando essa causa. A resposta será, portanto, “nascido cego”,	Surdo mudo; nascido cego; cego por doença; cego por acidente; não.

		“cego por doença”, “cego por acidente”, ou a palavra “Não” na linha do quesito, quando se tratar de pessoa que não seja cega ou surda-muda.	
8	É solteiro? Casado? Desquitado? Viúvo?	Declara-se a situação conjugal do recenseado escrevendo “solteiro”, “casado”, “desquitado” ou “viúvo”. Com referência às pessoas segundo lei estrangeira e que tivera obtido divórcio, a resposta ao quesito 8 será “divorciado”, em vez de “desquitado”.	Solteiro; casado; desquitado; viúvo; divorciado.
9	Se teve filhos nascidos vivos declarar quantos	A resposta deverá compreender todos os filhos que tiver tido o recenseado não só do cônjuge ou consorte atual, como dos anteriores, se houver contraído mais de um casamento.	-
10	Se teve filhos nascidos mortos declarar quantos	Responda-se segundo mesmo recomendado em relação ao quesito anterior.	-
11	Idade em anos completos na data de nascimento do primeiro filho	A informação correspondente a êsse quesito deve ser tanto quanto possível exata, pela sua importância em investigações do maior interesse para a demografia brasileira.	-
12	Número de filhos vivos na data do recenseamento	A resposta deverá abranger todos os filhos do recenseado, embora provindos de diferentes casamentos e inclusive os que na época do censo não se encontrarem em sua companhia.	-
13	Se o recenseado nasceu no Brasil, declarar o Estado; se estrangeiro o País	Declare-se, quanto aos nascidos no Brasil, o Estado natal, se o recenseado for natural, de algum dos 20 Estados da Federação; escreva-se “Território do Acre” para os nascidos no Acre e “Distrito Federal” para os naturais da Capital da República. Em referência aos estrangeiros cumpre reportar-se a informação relativa ao país de nascimento à condição de terra natal no ano em que nasceu o recenseado, o que é importante no caso de países que tenham desaparecido do mapa como nações independentes em virtude de guerras ou quaisquer outras vicissitudes políticas.	-
14	Se o pai do recenseado nasceu no Brasil, declarar o Estado; se no estrangeiro, o País	Respondam-se, de acôrdo com os critérios indicados em relação à naturalidade do recenseado, êsses quesitos concernentes à naturalidade dos seus pais.	-
15	Se a mãe do recenseado nasceu no Brasil, declarar o Estado; se no estrangeiro, o País	Respondam-se, de acôrdo com os critérios indicados em relação à naturalidade do recenseado, êsses quesitos concernentes à naturalidade dos seus pais	-

16	Nacionalidade: Brasileiro nato? Naturalizado brasileiro? Se estrangeiro de que nação?	Brasileiros natos são os brasileiros que, ao nascer, já tem essa qualidade, mesmo que sejam naturais de países estrangeiros. Naturalizados brasileiros são os que, tendo nascido estrangeiros, obtiveram a nacionalidade brasileira por meio de título de naturalização ou prevalecendo-se de outras facilidades oferecidas pela lei brasileira para a aquisição de qualidade de cidadão brasileiro. Com referência aos estrangeiros deve ser declarada a nação de que são eles cidadãos.	-
17	Se é estrangeiro ou brasileiro naturalizado em que ano fixou residência no Brasil?	A indagação constante deste quesito tem por fim o estudo da influência do fator alienígena na composição e crescimento populacionais no Brasil.	-
18	Fala correntemente o português?	Quesito complementar das indagações relativas à instrução e à integração dos elementos estrangeiros na vida cultural do país.	-
19	Que língua fala habitualmente no lar?	Quesito complementar das indagações relativas à instrução e à integração dos elementos estrangeiros na vida cultural do país.	-
20	Religião	Declare-se precisamente a religião professada, não bastando, por exemplo, responder ao quesito com a palavra católico, ou protestante, mas especificar “católico romano”, “luterano”, “presbiteriano”, de modo a indicar claramente o credo professado.	-
21	Sabe ler e escrever?	Responder “sim” se o recenseado souber ler e escrever e “não” se for analfabeto.	Sim; não.
22	Está recebendo instrução?	Responder “sim” em se tratando de pessoas que estejam recebendo ensino de qualquer espécie, em casa com professores particulares ou em qualquer curso ou escola. Responder “não” no caso de não se verificar qualquer dessas hipóteses.	Sim; não.
23	De que grau ou espécie é a instrução que recebe?	Informar se o recenseado está recebendo instrução do grau elementar (primário), médio (secundário) ou superior. Nos casos em que houver dúvida sobre o grau da instrução recebida, assinale-se ao menos a sua espécie: artes e ofícios, enfermagem, comercial, regimental, militar etc.	Grau elementar (primário); médio (secundário); superior. Indicar espécie nos casos de dúvida.
24	Onde recebe instrução: No lar? Em estabelecimento público? Em estabelecimento particular?	Responder, conforme o caso, no lar; estabelecimento público federal; estabelecimento público estadual; estabelecimento público municipal; estabelecimento particular.	No lar; estabelecimento público federal; estabelecimento público estadual; estabelecimento

			público municipal; estabelecimento particular.
25	Possue algum curso completo ou diploma de estudos? Qual?	Declarar o curso que tiver completado o recenseado ou o diploma de estudos, se houver, que tiver obtido. Exemplo: primário, secundário, normal militar, sacerdotal; ou professor primário, professor de música, perito-contador, agrimensor, bacharel em direito, engenheiro civil, médico etc.	-
26	Se não terminou os estudos em que grau interrompeu?	Responder: primário, secundário superior respectivamente para os casos de pessoas que hajam abandonado os estudos quando seguiam nos cursos de qualquer dos graus indicados.	Primário; secundário; superior.
27	Habilitou-se praticamente em alguma arte ou ofício? Qual?	Se o recenseado tiver feito aprendizagem em alguma arte ou ofício, deverá ser declarada a natureza dessa preparação, como resposta ao quesito, ainda que não utilize efetivamente os conhecimentos adquiridos.	-
28	Qual a profissão, ofício, emprego, cargo ou função principal que exerce?	Para os fins do recenseamento, todo o trabalho útil constitui uma ocupação registrável, desde que tenha alcance social, seja em benefício da coletividade, seja no da família, seja no próprio indivíduo. Os quesitos relativos à ocupação principal subentendem a que o recenseado exercer exclusivamente, se tiver uma só, ou, se ele tiver mais de uma, a que considerar mais importante, levando em conta a sua posição na sociedade, os seus interesses econômicos, ou outro qualquer motivo, no seu entender, relevante. A declaração em resposta ao quesito será, conseqüentemente, a profissão ou função única que o recenseado exercer, se não tiver outra, ou a principal, se se dedicar a mais de uma ocupação. Cogita-se de obter, pelo registro do quesito 28, uma primeira indicação do trabalho executado através da declaração do cargo exercido, da função ou do serviço prestado no ramo de atividade a que se dedicar a pessoa referida na informação. De acordo com esse critério, uma pessoa que trabalhar na agricultura será recenseada como administrador, retireiro, campeiro, trabalhador de enxada, proprietário, arrendatário, etc.; o indivíduo que trabalhar na indústria de tecidos, será recenseado como tecelão, cardador, tintureiro, etc.; o que exercer a sua atividade na indústria de madeiras poderá ser um marceneiro, um carpinteiro, um serrador, etc.; o metalúrgico figurará no boletim com a sua função de ferreiro, caldeireiro, fundidor,	-

		laminador, etc.; as pessoas que exercem profissões liberais serão recenseadas segundo essas profissões - magistrado, tabelião, médico, advogado, sacerdote, etc.; os militares serão recenseados segundo seus postos, e assim por diante. A caracterização completa da atividade profissional será dada pela combinação dos registros do quesito 28 com os dos seguintes do ns. 29 a 32.	
29	Em que ramo de atividade exerce essa ocupação principal?	Um determinado cargo ou função poderá ser exercido em ramos de atividades diferentes de modo que a declaração do quesito 28 não basta para classificar o recenseado. Responda-se pois, neste quesito, o ramo de atividade em que ele exerce a sua função ou cargo, como por exemplo: agricultura, criação, caça e pesca, indústria extrativa mineral, indústria têxtil, couros e peles, madeiras, metalurgia, cerâmica, produtos químicos, produtos alimentícios, vestuário, mobiliário, produção e transmissão de energia, indústrias gráficas, transportes marítimos, transportes fluviais, transportes terrestres, transportes aéreos, correios, telégrafos, telefones, comércio de títulos, comércio de moedas, corretagem e comissões, comércio de mercadorias, exército, armada, polícia, bombeiros, administração pública estadual, administração pública municipal, administração particular, profissões liberais (religiosas, judiciárias, médicas, magisteriais, de ciências, letras, ciências, letras e artes), serviço doméstico, etc. Os exemplos apresentados visam sugerir ☐ critério sumário de classificação para os casos porventura ocorrer ☐ , devendo, porém, o responsável pelo preenchimento do questionário procurar definir o ramo de atividade do recenseado de acordo com os elementos objetivos que lhe proporcionar o conhecimento ☐ de suas condições de trabalho.	-
30	Em qual local de trabalho (estabelecimento, serviço, repartição etc.) exerce a ocupação principal?	Declare-se de maneira precisa o local onde o recenseado trabalha como, por exemplo: "fazenda de criação", "chácara de flores"; "mina de carvão de pedra", "usina de açúcar", "oficina de automóveis", "fábrica de malas", "padaria", "farmácia", "casa de saúde", "estaleiro de construção naval", "escritório comercial", "armazém de vendas", "escritório de construções civis", "consultório médico", "estrada de ferro", "serviço de ônibus", "serviço ambulante", "estabelecimento de ensino", "teatro", "repartição de jornal", "repartição pública	-

		federal”, etc.	
31	A ocupação principal é direta ou indiretamente remunerada?	Entende-se por ocupação remunerada aquela mediante a qual a pessoa que a exerce percebe uma remuneração pelo trabalho executado, podendo esta remuneração ser em moeda ou em utilidade equivalente. O termo de remuneração não é aqui empregado no sentido do vencimento do salário, mas no de uma compensação pelo trabalho executado. a remuneração direta é a que o trabalhador recebe como paga ou lucro imediato da ocupação exercida; remuneração indireta é a que beneficia o trabalhador, aumentando a renda do chefe da família de que ele faz parte, a cujas expensas vive e a quem auxilia no trabalho de que provém a aludida renda, sem receber salário pelos serviços prestados. De acordo com êsse conceito, os filhos do agricultor ou do industrial, que o auxiliam gratuitamente na emprêsa de que provém a rendado lar, devem ser considerados como pessoas exercendo uma ocupação indiretamente remunerada. Idêntico critério se aplica às espôsas que auxiliam o marido na exploração econômica de estabelecimentos agrícolas ou industriais. Não se verifica o mesmo, entretanto, em relação aos serviços inerentes à condição de dona de casa que são, por sua natureza, gratuitos e não são levados em consideração no cálculo da população ativa. Nessas condições as espôsas que auxiliam o marido na ocupação de que êste aufere a renda para sustento da família, serão registradas no boletim de família como tendo duas ocupações: uma gratuita, a de donas de casa, e outra, indiretamente remunerada, a que exercem como elementos integrantes da população ativa do estabelecimento.	Sim; não.
32	Na ocupação principal é empregado empregador ou trabalha por conta própria?	A resposta a esse quesito será “empregado” se o recenseado exercer a sua ocupação em benefício de outrem ou a serviço de instituições, como os funcionários públicos, mediante salário fixo ou por tarefa. “Empregadores” são as pessoas que exercem sua profissão por conta própria, mas auxílio de empregados assalariados. Como trabalhador por conta própria serão considerados os profissionais que exercem a sua ocupação isoladamente ou com ajuda, não diretamente remunerada, de pessoas de sua família. Em relação a estas pessoas, a resposta ao quesito 32 será “Membro da família”.	Empregado; empregador; conta própria/ membro da família.

33	Se tem alguma ocupação suplementar, qual é?	O critério para os lançamentos nesta coluna é análogo ao recomendado nas instruções relativas ao quesito 28.	-
34	Em que ramo de atividade exerce a ocupação suplementar?	Aplicam-se os critérios recomendados com referência à ocupação principal, constantes dos esclarecimentos sobre os quesitos 29 a 32.	
35	Em que local de trabalho (estabelecimento, serviço, repartição etc.) exerce a ocupação suplementar?	Aplicam-se os critérios recomendados com referência à ocupação principal, constantes dos esclarecimentos sobre os quesitos 29 a 32.	
36	A ocupação suplementar é direta ou indiretamente remunerada?	Aplicam-se os critérios recomendados com referência à ocupação principal, constantes dos esclarecimentos sobre os quesitos 29 a 32.	
37	Na ocupação suplementar é empregado, empregador ou trabalha por conta própria?	Aplicam-se os critérios recomendados com referência à ocupação principal, constantes dos esclarecimentos sobre os quesitos 29 a 32.	
38	Pertence a algum sindicato?	Responder “sim” ou “não”.	Sim; não.
39	É proprietário de imóvel: Urbano? Rural?	Se o recenseado possuir imóvel, declarar a espécie; responder “não” no caso contrário.	Rural; urbano; não.
40	Percebe algum benefício de previdência social?	Por benefício de previdência social entende-se a renda que o recenseado perceber proveniente dos cofres públicos, para amparo nos servidores do Estado retirados da vida ativa por invalidez ou outros motivos previstos na lei, ou que receber fundos especiais mantidos por contribuições obrigatórias em favor dos próprios contribuintes ou de sua família. Exemplos: o montepio dos funcionários públicos civis, os vencimentos dos aposentados, reformados etc., os auxílios pagos aos operários pelas caixas de pensões e aposentadorias e outros benefícios desse gênero.	Sim; não.
41	Em que qualidade: Aposentado? Jubilado? Reformado? Pensionista?	A resposta a este quesito ficará prejudicada se for negativa a do precedente. No caso afirmativo, esclareça-se a exata qualidade do recenseado de acordo com os casos previstos no quesito.	Aposentado; jubilado; reformado; pensionista.
42	Contribui pessoalmente para	Declarar no caso afirmativo, de qual das instituições mencionadas no quesito é o	Sim (declarar a instituição); não.

	instituição oficial de montepio ou previdência?	recenseado contribuinte.	
43	Está segurado em companhia particular sôbre a vida ou contra risco de acidente pessoal?	A resposta não deverá incluir os seguros de previdência social, referidos no quesito anterior.	Sim; não.
44	Se é morador do domicílio e está ausente em que Estado do Brasil ou País estrangeiro se encontra?	A pergunta refere-se somente às pessoas que moram na casa e se acham ausentes, a título temporário, em vista, em negócio, em viagem, doentes no hospital etc. Em relação aos moradores ausentes em viagem, declare-se como resposta ao quesito 44 o Estado ou o País estrangeiro a que se destinem, acrescentando-se entre parêntesis, um (V). Não incluir, como morador da casa ausente, as pessoas que, pela sua ocupação, emprêgo ou por qualquer outro motivo são obrigadas a dormir habitualmente fora de casa como se dá com os soldados, residentes no quartel, os enfermeiros residentes no hospital, os sentenciados residentes na prisão etc. Tais pessoas, embora pertençam à família, não serão recenseadas neste exemplar do boletim por não serem moradores do domicílio que a êle se refere e sim do domicílio onde dormem habitualmente. Os filhos do chefe da família que, as suas expensas, estiverem internados em colégio, devem ser, por exceção, recenseados como moradores ausentes, acrescentando-se à indicação do lugar onde estiverem a palavra "colégio". Se qualquer morador da casa estiver ausente, será declarado o lugar onde estiver a título provisório, isto é, o nome do País onde se encontrar, se estiver no estrangeiro, a unidade da federação onde se achar, se estiver no Brasil.	-
45	Se não é morador do domicílio e está presente, em que Estado do Brasil ou País estrangeiro reside?	Aqui se informará o lugar da residência habitual das pessoas que, não morando no domicílio, aí passarem a noite de 31 de agosto para 1º de setembro de 1940.	-

Fonte: Boletim de Família do Censo Demográfico do Recenseamento Geral de 1º de setembro de 1940. IBGE.

Comissões técnicas CNE (1940)	
Comissão	Integrantes
I Comissão de Estatísticas Fisiográficas	organização federal- Cristovam Leite de

	Castro e Fábio de Macedo Soares Guimarães; organização regional- Raimundo Nobre Passos (Pará), Mário Barata (Ceará) e Everal Pimentel (Sergipe)
II Comissão de Estatísticas Demográficas	organização federal- Eurico Rangel e Luiz Nunes Briggs; organização regional -Antônio Lugon (Espírito Santo), Leônidas Machado (Rio Grande do Sul) e Sisenando Costa (Paraíba)
III Comissão de Estatísticas da Produção	organização federal- Luiz Faria Braga e Dulce Matos Meurer; organização regional- Gustavo Godói (São Paulo), Joaquim Ribeiro Costa (Minas Gerais) e Francisco Steele (Rio de Janeiro)
IV Comissão de Estatísticas da Circulação, Distribuição e Consumo	organização federal- Edgar Brandão Irfaldonado e Luiz Chaves do Couto e Silva; organização regional - Augusto de Lima Pontes (São Paulo), Ivon Magalhães Pinto (Minas Gerais) e José Maria de Carvalho Veras (Alagoas)
V Comissão de Estatísticas do Bem-estar Social	organização federal- Heitor Elói Alvim Pessoa e Lauro Sodré Viveiros de Castro; organização regional:- Manuel Martins Júnior (Rio Grande do Norte), Newton Pires de Azevedo (Acre) e Cássio Reis Costa (Maranhão)
VI Comissão de Estatística de Assistência Social	organização federal - Carlos Imbassai e Antônio Garoia de Miranda Neto; organização regional- Virgílio Gualberto (Santa Catarina), Fdipe Neri (Baía) e Irene Arruda (Mato Grosso)
VII Comissão de Estatísticas Educacionais	organização federal -Mary Tumindli e Zaíra Pinto; organização regional- Gastão M. Gouveia (Rio de Janeiro), Pedro Matos (Distrito Federal) e Delí de Carvalho (Paraná).
VIII Comissão de Estatísticas Culturais	organização federal-Alberto Martins e Germano Jardim; organização regional- Ernesto Pelanda (Rio Grande do Sul), Sousa Barros (Pernambuco) e Eglantine de Sousa (Amazonas)
IX Comissão de Estatísticas Administrativas e Políticas	organização federal Custódio Viveiros e Ângelo Fioravanti, organização regional- Antônio Matos (Baía), Balduino Santa Cruz (Goiás) e Ismar Bento Gonçalves (Piauí)

Constituição da Junta Executiva Central do CNE (1940)	
Função	Nome
Presidente do IBGE e de seus dois Conselhos	José Carlos de Macedo Soares
representante do Ministério da Justiça e Negócios Interiores	Heitor Bracet
representante do Ministério das Relações Exteriores	Landulfo Antônio Borges da Fonseca
representante do Ministério da Guerra	José Correia de Melo
representante do Ministério da Marinha	Manuel Pinto Ribeiro Espíndola
representante do Ministério da Fazenda	João de Lourenço
representante do Ministério da Agricultura	Alberto de Cerqueira Lima
representante do Ministério da Viação e Obras Públicas	Joaquim Licínio de Souza Almeida
representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio	Osvaldo Gomes da Costa Miranda
Secretário Geral do IBGE e do Conselho, representante do Ministério da Educação e Saúde	Mário Augusto Teixeira de Freitas

Consultores técnicos do CNE (1940)	
Seção	Nome
I - Estatística metodológica	Milton da Silva Rodrigues
II - Estatística matemática	Jorge Kajuri
III - Estatística cosmográfica	Lélio Gama
IV - Estatística geológica	vago
V - Estatística climatológica	Sampaio Ferraz
VI - Estatística territorial	Everardo Backeuser
VII - Estatística biológica	Almeida Júnior
VIII - Estatística antropológica	Roquete Pinto
IX - Estatística demográfica	Sérgio Milliet
X - Estatística agrícola	Artur Tôrres Filho

XI - Estatística industrial	Roberto Simonsen
XII - Estatística dos transportes	Aimoré Drumond
XIII - Estatística das comunicações	Eugênio Gudín
XIV - Estatística comercial	Valentim Bouças
XV - Estatística de consumo	Nogueira de Paula
XVI - Estatística dos serviços urbanos	José Otacílio de Sabóia Medeiros
XVII - Estatística do serviço social	Fernando Magalhães
XVIII - Estatística do trabalho	Plínio Cantanhede
XIX - Estatística atuarial	Lino de Sá Pereira
XX - Estatística educacional	Lourenço Filho
XXI - Estatística cultural	Fernando Azevedo
XXII - Estatística moral	Alceu de Amoroso Lima
XXIII - Estatística dos cultos	padre Helder Câmara
XXIV - Estatística policial	vago
XXV - Estatística judiciária	Filadelfo Azevedo
XXVI - Estatística da defesa nacional	General Francisco José Pinto
XXVII - Estatística da organização administrativa	Francisco Sales de Oliveira
XXVIII - Estatística financeira	Romero Estelita
XXIX - Estatística política	Azevedo Amaral B
Representações	
I - Agricultura	Fernando Costa
II - Indústria	A J Renner
III - Comércio	Lafaiete Belfort Garcia
IV - Trabalho	João Carlos Vital
V - Imprensa	Paulo Filho
VI - Ensino	Raul Leitão da Cunha
VIII - Religião	Padre Leonel Franca